

A MORTE DA MEDICINA

Hélio Angotti Neto

VIDE EDITORIAL

DADOS DE COPYRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe ***Le Livros*** e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudíavel a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

Sobre nós:

O ***Le Livros*** e seus parceiros disponibilizam conteúdo de dominio publico e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: ***LeLivros.club*** ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste link.

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."

Hélio Angotti Neto

A MORTE DA MEDICINA

VIDE EDITORIAL

SUMÁRIO

Capa
Folha de Rosto
Introdução
    Mas do que exatamente estou falando?
Capítulo 1 | Um eufemismo cruel
Capítulo 2 | O valor de uma vida
Capítulo 3 | Análise crítica de um artigo "científico"
Capítulo 4 | O protocolo Groningen
Capítulo 5 | Valores morais num mundo fictício sem princípios
Capítulo 6 | A falta que a metafísica faz
Capítulo 7 | Alguém tem alguma objeção?
Capítulo 8 | Reações adversas
Anexo I | No rastro de hipócrates
Anexo II | Pelo direito de matar os mongolóides
Anexo III | Novamente, um curioso jogo de palavras
    Torcendo a estatística
    O elemento esquecido da equação sangrenta
    Soluções radicais para problemas evitáveis
    Deus é César ou César é Deus?
Anexo IV | Mea culpa?
    Informação exposta demais
    Utilitarismo emocional populacional
    Na dúvida não exploda o prédio
    Reconhecer o potencial é diferente de prever o futuro

Os autores não foram "felizes"
Posfácio
Créditos
Sobre o Autor
Sobre a Obra

INTRODUÇÃO

Esta obra surgiu do espanto. De certa forma, aquele mesmo espanto aristotélico que inicia o esforço filosófico, mas neste caso, com um toque de terror.[1] O espanto se deu ao ler um artigo [2] que preconizava o “abortamento pós-nascimento”, um eufemismo para infanticídio. E é sobre esse artigo publicado – pasmem – num renomado periódico de ética médica, que o meu texto será desenvolvido. Como método, farei uma crítica pormenorizada do que foi dito pelos autores, Giubilini e Minerva.

O choque, causado pelo terror, não veio de uma grande novidade. Argumentos dessa natureza, relacionados à perda do valor da vida, já me foram administrados em doses regulares durante minha formação, permeada pela decadência e a relativização dos valores mais básicos de nosso povo. Por esse processo, todo jovem brasileiro passa em maior ou menor grau, e eu, como um papagaio de ventríloquo, repeti por muito tempo muitos *slogans* ensinados, pois preferia ficar numa confortável alienação acerca desses assuntos mais controversos, feliz em estudar e viver a vida de um adolescente típico.

Recentemente, já como médico, doutor e professor, fiquei chocado ao constatar como uma idéia tão absurda, a de matar um bebê, era capaz de ser transmitida com ares filosóficos. Como era possível revesti-la de objetividade científica quando na verdade não passava do mais puro subjetivismo ideológico sem fundamento algum na realidade? A novidade não estava nos argumentos, mas parecia estar em um certo “refinamento” somado à aplicação no meio médico. Como diriam os apologistas da fé cristã, das heresias só as máscaras mudam.

Quando comecei na medicina, ainda estudante, não conheci nenhum profissional que me expusesse de forma adequada o problema da vida, ou ainda, que tenha se aprofundado em temas éticos e morais de forma prática e integral.

Passei a minha graduação quase toda sem me importar muito com essas questões sobre o valor da vida, o abortamento de bebês, a eutanásia e demais temas controversos nos quais, inevitavelmente, um médico acaba por se envolver.

Eu estava dentro do “paradoxo do interesse moral”, se assim posso chamar, descrito por Eric Weil:[3] a idade na qual é mais importante estabelecer os princípios morais e discutir sobre o certo e o errado é justamente o período no qual o indivíduo costuma se interessar menos por tais assuntos. Quando surge o interesse em questionar e buscar em profundidade o Bem, normalmente muitos anos se passaram e muito estrago já aconteceu.

Mais tarde, já formado, o contato direto com pacientes e o simples fato de estar ao lado de bons médicos em atendimento foi decisivo para uma mudança. Independente do que havia sido inculcado em minha mente, consegui emergir para ver a realidade. Vi o desespero diante da morte, o esforço pela vida, a alegria de uma cura alcançada, a angústia do médico que se dispõe a assistir o paciente no limite de sua capacidade. Disso tudo, a vida surgiu, inevitavelmente, como algo de grande valor, bela e desejável em todas as suas manifestações. Descobri o que é ser médico, o que é ser paciente, o que é sofrer e o que é viver consciente das grandes coisas que nos acontecem a cada dia. Posso dizer que a realidade me tornou menos fútil.

Por providência, sempre tive contato com ótimos profissionais médicos, exemplos de amor ao paciente, à verdade e à profissão. Sinto-me obrigado a citar alguns em reconhecimento às lições que recebi nos assuntos relativos à ciência e à técnica médica, aos valores da medicina e à amizade. São os oftalmologistas Abraao Garcia Mendes, Diusete Pavan Batista e Ângelo Passos, da Universidade Federal do Espírito Santo; Yoshitaka Nakashima, Milton Ruiz Alves e Mário Luiz Ribeiro Monteiro, da Universidade de São Paulo.

No campo da filosofia, tenho a agradecer a valiosa influência do filósofo Olavo de Carvalho, cujas lições geraram o meu verdadeiro despertar frente à realidade. Graças a ele, também pude desfrutar dos mais sábios e melhores professores que a humanidade já teve: Platão, Aristóteles, Xavier Zubiri, Mário Ferreira dos Santos, Eric Voegelin e outros.

Porém, neste processo de despertar, o mais importante dos fatores foi a lenta reconquista pessoal da cultura cristã, antes zombada e relegada a uma série de superstições iluministas de quinta categoria.

Quanto a este livro, destinado à crítica e à reflexão acerca da medicina e dos preceitos éticos que a acossam, é fruto de uma discussão de vários dias sobre o artigo de Giubilini e Minerva, que chamarei de agora em diante de “artigo do infanticídio”. As reuniões integraram o *Seminário de Filosofia Aplicada à Medicina* em seu primeiro módulo, denominado “Ciência, Filosofia e Saúde”. O módulo foi realizado dentro do Centro Universitário do Espírito Santo (UNESC), em Colatina, e contou com o apoio da Reitoria e do Núcleo de Extensão Universitária e Atividades Complementares, a quem agradeço pelo voto de confiança e pelo total apoio. O seminário teve e tem como objetivo a reconquista da riqueza cultural ocidental e sua aplicação à Medicina, e nasceu da inspiração no *Seminário de Filosofia* do professor Olavo de Carvalho.[4]

MAS DO QUE EXATAMENTE ESTOU FALANDO?

A medicina está em perigo. De certa forma, sempre esteve. Principalmente naqueles momentos em que muitos de nós, médicos, esquecemos o que é ser médico.

Desde o início dos tempos recordados pela história, o médico tem um papel relativamente claro dentro da sociedade. Pode-se dizer que o médico é alguém que, essencialmente, busca o bem do paciente, o que é, certamente, um nobre ideal. Mas é claro que muita coisa depende do que se entende por "bem".[5]

Nos últimos anos, a medicina tem participado em uma luta entre idéias e visões de mundo. No campo da engenharia social de ideólogos e políticos, a medicina é um importante instrumento de manipulação e controle das massas, como já criticava tão ferozmente Ivan Ilich.[6] Nem mesmo o Juramento de Hipócrates, elemento sagrado da formatura de um médico, escapou de ser amputado de alguns de seus valores.[7]

A consciência do médico é, inevitavelmente, o palco de batalha dessas ideologias, pois é um dos profissionais que mais influencia o próximo. Serve, portanto, como eficiente arma cultural. E tal influência sobre o próximo sempre foi assim. Reis e generais, plebeus e advogados, livres e prisioneiros, todos escutaram e continuam escutando as prescrições e conselhos de médicos. Todos mudaram seus modos de viver e de se comportar desde o início da história em função do que disseram seus médicos. Mas todos o fazem com a confiança e o sentimento de que o médico deseja o que é melhor para ele, ou ainda, o seu bem. Ninguém entregaria sua saúde ao seu algoz.

Quando, por trás das ações médicas, sejam elas consultas, cirurgias, pesquisas ou trabalhos diversos, desejos e objetivos obscuros se fazem presentes, e o bem do paciente se torna algo secundário em relação a outro ideal, a essência da medicina é perdida. O médico deixa de ser médico e se torna outra coisa, muitas vezes brutal e potencialmente letal.

Este livro busca, por meio da análise do *artigo do infanticídio*, mostrar a invasão de idéias estranhas e perigosas à profissão do médico, que deveria acima de tudo, cuidar do bem e da saúde do próximo. Quando o trabalho médico é submetido a interesses secundários ou outros que nem mesmo deveriam existir,

algo se “quebra”. E o que originalmente o médico deveria ser fica mais e mais distante. Discutirei, portanto, alguns pontos centrais da defesa da saúde, da pesquisa e da intelectualidade de profissionais envolvidos com a vida humana. Não julgo os autores, mas julgo a sua obra e, inevitavelmente, um pouco da sentença recairá sobre seus caráteres.

Leiam e tirem suas conclusões. Espero ser proficiente o bastante para expressar com precisão e de forma clara o perigo que corre a medicina de nossos dias.

“*De fato os homens começam a filosofar, agora como na origem, por causa da admiração (espanto), na medida em que, inicialmente, ficavam perplexos diante das dificuldades mais simples; em seguida, progredindo pouco a pouco, chegaram a enfrentar problemas sempre maiores* [...]” (Aristóteles, *Metafísica*, 982b 10-15).

“After-birth abortion: why should the baby live?”, Alberto Giubilini, Francesca Minerva. *Journal of Medical Ethics*, março de 2012.

Eric Weil, *Filosofia Moral*, São Paulo: É Realizações, 2011.

www.seminariodefilosofia.org.

Em diferentes tempos, diferentes visões do que seria o “bem” surgiram e tentaram se impor sobre a sociedade. Não cabe aqui a discussão de quais foram essas visões e se havia uma melhor entre todas. Mas é interessante mencionar que uma eventual comparação entre as diferentes visões só é possível se existir a idéia de um Bem Absoluto perante o qual todos os outros sejam relativos, mesmo que tal Bem Absoluto do qual todo bem participa seja inalcançável em sua integridade.

Ivan Illich. *A Expropriação da saúde – Nêmesis da Medicina*. São Paulo: Nova Fronteira, 1981 – Um livro que critica a medicalização da sociedade e o papel excessivo do médico contemporâneo dentro do cotidiano do paciente.

Um exemplo claro e escancarado do absurdo feito com o Juramento pré-cristão pode ser visto na introdução de códigos de ética do estudante de medicina que estão presentes em páginas virtuais de conselhos regionais de medicina, onde trechos referentes à proibição de praticar o abortamento e de auxiliar ou apressar a morte são simplesmente abolidas, numa supressão de idéias no mínimo criminosa por parte de alguns profissionais inconseqüentes. É a cultura da morte destruindo os valores mais básicos da medicina, transformando-a numa instituição a serviço dos valores “do momento político”. V. o ANEXO I.

CAPÍTULO 1

UM EUFEMISMO CRUEL

Eufemismo é utilizar um discurso amenizado para evitar repulsa ou impacto indesejado na transmissão de uma informação. É dizer que alguém sofreu um acidente grave e está internado ao invés de, rudemente, anunciar que a mesma pessoa foi atropelada e, após sua cabeça ter sido esmagada e ter tido o diagnóstico de morte cerebral, está no hospital aguardando a autorização da família para doação de órgãos. É claro que o exemplo foi um pouco exagerado e que, na maioria das vezes, dizemos pequenos eufemismos por educação ou por preocupação frente às emoções de nossos conhecidos. O uso do eufemismo, em alguns casos, pode até mesmo ser indício de carinho e preocupação genuína.

Mas analisando o *artigo do infanticídio*, há um eufemismo inacreditável e abjeto logo em seu título: “Aborto pós-nascimento. Por que o bebê deve viver?”. [8] Devo confessar que quando li a primeira vez, minha reação foi de repulsa, plenamente justificável.[9]

É possível pensar num título mais direto, em total consonância com o conteúdo do artigo, como as seguintes sugestões:

– Matando bebês e fetos, pois não chegaram a ser gente.

– Se podemos matar fetos, podemos matar bebês.

– Bebê não é gente e por isso, podemos matá-lo. Não se esqueçam de matar também os fetos!

É possível fazer uma lista imensa de sugestões carregadas de igual crueldade, mas sem o toque do eufemismo.

O interessante não é somente a ocultação da palavra infanticídio no título, e como veremos, também em quase todo artigo,[10] mas principalmente a ampla seleção de opções eufemísticas, mostrando que deliberadamente, os autores relutam em utilizar termos fortes, preferindo descrever o cruel assassinato do bebê nas seguintes formas:

– Matar um humano recém-nascido (saudável) (2 vezes);

– Eutanásia em crianças (1 vez);

– Terminar de forma ativa a vida de uma criança (1 vez);

– Aborto pós-nascimento (9 vezes);

– Prevenir alguém de se tornar uma pessoa “atual” (1 vez);

– Matar uma pessoa em potencial no estágio de recém-nascida (1 vez).

As duas últimas são definitivamente as maiores “pérolas”.

É certo que utilizar diretamente os termos “matar bebês” ou “infanticídio” num periódico científico seria grotesco, embora seja exatamente isso o que o artigo defende, mas o uso eufemístico para transmitir uma idéia tão nefasta não deveria passar em branco pelos revisores.

Existem outros eufemismos motivados por razões ideológicas que invadiram a medicina. Um exemplo é “eutanásia ativa involuntária”, que “garante” ser politicamente correto, mas que significa matar o paciente sem o consentimento do mesmo (acredite, isso existe!). Ninguém fala em economia de custos associados ao paciente terminal, ou de matar aquele vovô que não quer morrer.

O paciente sofre sem esperança de viver muito tempo? Vamos ajudá-lo a fazer a “passagem”? Dizer assim é, com certeza, melhor do que se oferecer para matar o paciente inconveniente. O engraçado nisso tudo é como a idéia de que o sofrimento possa carregar algum valor não somente para o próprio doente como para a família e os profissionais envolvidos simplesmente não entra na discussão.[11] Isso numa sociedade ocidental que brotou do sofrido sacrifício do seu próprio Deus há dois milênios!

Há também uma forma de aliviar a situação vivida pelos pacientes e médicos simplesmente ocultando parte do problema ao invés de anunciá-lo todo. Defensores do “abortamento voluntário” ou da “interrupção da gravidez” (dois eufemismos para assassinato de bebês durante a gestação) utilizam expressões como “direito de decidir”, “autonomia das mulheres” e até mesmo “liberdade sexual”, ocultando a outra face da moeda, na qual se questionaria qual o direito dado ao feto em tal decisão, qual a autonomia do bebê e que liberdade é essa na qual a mulher se liberta das conseqüências para se escravizar ao prazer e ao capricho enquanto submete seu filho à morte.

Corro o grave risco de ser chamado de reacionário ou – tremam diante do horror – machista (crime mais grave do que assassinato qualificado, nos dias de hoje). Mas ouso dizer que, no final das contas, sou apenas um médico que compartilha dos valores de muitos outros médicos que também defendem a vida.

A utilização de expressões politicamente corretas não é feita em vão. Seus formuladores as elaboraram com determinados fins em mente; fins ideológicos para dizer de forma mais clara. Como diria o psiquiatra holandês Joost Meerloo, "*aquele que dita e formula as frases e palavras que nós usamos, que domina a imprensa e o rádio, aquele é o senhor do espírito"*.[12]

Outro exemplo bem difundido de manipulação verbal é o amplo uso do termo "responsabilidade social": para que acrescentar social ao termo responsabilidade? Existe alguma responsabilidade que não ocorra dentro de uma sociedade?

Tantos outros termos foram manipulados, como caridade, trocada por uma espécie de altruísmo; o amor ao próximo que se transformou num amor a uma estranha e distante entidade chamada "humanidade". A nova "caridade" conseguiu transformar o ato de dar esmolas em uma afronta à "responsabilidade social" politicamente correta. No *artigo do infanticídio*, os autores defendem a humanidade futura, mas não hesitam em pregar a morte da humanidade atual. Entregar-se sem crítica e absorver tais conceitos recheados de bom-mocismo é um belo exercício de estupidificação muito bem difundido no Brasil.

O paciente transformou-se num cliente, e o médico se transformou num prestador de serviços. A fama do médico nos dias atuais está na esfera do *marketing* pessoal, e o elitismo acadêmico, tão arrogante, tão prepotente, deve ser trocado pelo senso de coletivismo. O respeito aos mestres e suas famílias virou corporativismo. E por aí vai o desfile de imbecilidades.

Há uma agenda política em curso. A imagem do que seria um bom médico aos poucos vira uma patética e odiosa caricatura. O médico se transforma, pouco a pouco, no que poderíamos denominar um burocrata da saúde ou um mercador de produtos. Nada mais distante do que verdadeiramente é o médico, considerando o projeto hipocrático e cristão do mesmo.

Após discutir o artigo, escreverei um pouco mais sobre as reações à leitura do artigo publicado e a resposta dos seus autores e do editor do periódico, mas digo que suspiro aliviado ao ver que a pregação da morte ainda desperta revolta nos corações humanos. Por enquanto, basta dizer que um dos autores se defendeu dizendo que tudo era apenas uma discussão de idéias, nada mais. Engraçado... as piores atrocidades e crimes de nossa história começaram como simples idéias nas cabeças mais malucas ou malignas. O simples fato de aceitar discutir polidamente idéias como o infanticídio como se fosse algo civilizado é patético e aviltante.

Como diria Richard Weaver no título de seu livro: “As idéias têm conseqüências”.[13] Somos todos responsáveis por nossas idéias, e os autores não podem fugir do debate ou da crítica pública, por mais dura que seja.

Publicado com o nome original de *After-birth abortion. Why should the baby live*?.

Repulsa compartilhada por muitas pessoas, que responderam ao artigo com extrema reprovação. Alguns comentários foram citados na própria página virtual do periódico que publicou o trabalho, e os reproduzo a seguir com tradução livre: “Esse pessoal é mau. Puramente maligno. Que eles se sintam seguros em colocar seus pensamentos distorcidos em palavras revela agora o quão longe nós decaímos como sociedade”; “Eu não acredito que tenha escutado algo tão vil quanto o que essas ‘pessoas’ estão defendendo. Assustador, realmente assustador”; “O fato do Periódico de Ética Médica publicar esse trabalho ultrajante e imoral é ainda mais assustador”.

A mesma aparece somente uma vez em todo o trabalho.

Não vou entrar na questão sobre a validade da eutanásia em todas as situações, mas com certeza o debate é carregado de eufemismos e linguagem ardilosa.

Joost Abraham Maurits Meerloo foi um psiquiatra holandês que conviveu com os terrores da segunda guerra mundial e estudou as técnicas utilizadas pelos regimes totalitários comunistas e nazistas. Sua obra *Lavagem cerebral – Menticídio: o rapto do espírito* (Editora Ibrasa, 1980) delineia as táticas de condicionamento e controle mental exercidas sobre o indivíduo, e é obrigatória para aqueles que desejam estudar a influência que sofrem como cidadãos e até mesmo como médicos.

Richard Weaver. *As idéias têm conseqüências*. São Paulo: É Realizações, 2012.

CAPÍTULO 2

O VALOR DE UMA VIDA

Em nossa sociedade, o valor da vida deriva da noção cristã de que somos feitos à imagem e semelhança do Criador. Mesmo para os agnósticos e ateus, que subscrevem, ou deveriam subscrever, uma ética baseada em direitos humanos universais, sejam eles de ordem pragmática ou absolutamente “naturais”, a vida é um valor reconhecido desde cedo e o ser humano é um fim digno em si mesmo, ou digno por ser criatura semelhante ao Criador.[14]

Mesmo antes do judaísmo e da cultura greco-romana se fundirem por obra do cristianismo, a vida já era citada como um valor inestimável, a ser reconhecido pelos médicos da antiguidade, pelo menos por aqueles que seguiam uma linha hipocrática.[15] Não é à toa que os médicos caminhavam próximos da atividade sacerdotal, já que lidavam com os valores estruturantes da sociedade nos mais diversos tempos, e até hoje ainda se fala em medicina como vocação.[16]

Mas a vida é um valor que tem sofrido progressiva relativização.

O que um médico que não se entrega de coração à defesa da vida pode se tornar, todos nós já ouvimos falar algum dia. Quem nunca teve notícias sobre a medicina nazista?[17] Sobre experiências em seres humanos vivos que se tornaram simples cobaias a serviço da raça ariana sonhada por Hitler e seus asseclas? Ou pesquisas onde indivíduos eram sacrificados pelo bem da coletividade? O médico, ao se esquecer do valor indiscutível e transcendental que a vida tem, deixa de ser médico e vira o carrasco perfeito, um executor com conhecimentos superiores sobre o corpo humano e de sua fisiologia. O médico vira uma criatura de pesadelos.

Ser médico subentende não somente uma forma de agir, mas uma forma de agir como reflexo de uma forma de pensar, uma forma de ser, na busca de um ideal. Essa causa formal do médico está intrinsecamente ligada ao respeito pela vida. É isso que o separa de um açougueiro canibal psicopata.

Mas quais as formas de se relativizar a vida? Algumas são bem freqüentemente empregadas e as usarei para exemplificar.

A forma mais comum se utiliza de recursos matemáticos para denotar a vida em termos econômicos. Há uma abstração da qualidade e do valor inerente da vida humana e uma exacerbação das características quantificáveis nas discussões públicas. Chegamos ao ponto de anunciar análises estatísticas que contabilizam uma relação de 30 mortes por abortamento voluntário para cada crime evitado em certos locais dos Estados Unidos. Isto é: mate 30 bebês pobres e evite um assassinato.[18] Estamos dentro do filme "*Minority Report*" e não sabemos?[19]

Há argumentos que atacam a disposição em gastar dezenas ou até mesmo centenas de milhares de reais para manter uma vida por meio de aparato tecnológico e mão de obra médica especializada de última geração. Os amantes da humanidade [20] advogam que os recursos podem ser analisados e gastos de forma mais racional para salvar uma infinidade de vidas a mais, que padecem de problemas mais simples. Resumindo, para que tratar um paciente que requer altos custos e que irá morrer em breve se você gasta a mesma coisa para salvar dezenas de crianças com diarréia?

Observando a realidade concreta, o fato de se gastar muito com um paciente grave numa UTI (Unidade de Tratamento Intensivo) não resulta necessariamente na perda de assistência mais básica à população. O sistema de saúde de nosso país vai do básico ao terciário e complexo. Quando se trata um paciente complexo, nenhum outro paciente é expulso do hospital. O governo gasta uma determinada quantidade com a saúde, e cada área de especialização e complexidade é agraciada com determinada quantidade de recursos. O fato de alocar recursos para pacientes com necessidades especiais e caras não irá necessariamente resultar na suspensão de medidas mais básicas para outros pacientes.

E se o governo não utilizar o dinheiro de nossos impostos em prol da vida do povo que sustenta o próprio governo, gastará em quê? No mensalão do Partido dos Trabalhadores?[21]

A idéia de que a vida tem um custo e que tal custo é permutável por qualquer outra coisa produzida por mãos humanas, é hedionda, pura e simplesmente hedionda.

A idéia de se poder fazer algo para salvar alguém, mas escutar que vai custar caro e que se deve deixar o problema – isto é, o paciente – para lá, é algo que pode atormentar as mais brutas consciências. Claro que não me refiro aos psicopatas.

A vida não pode ser transformada em dinheiro ou ser trocada por outras vidas. Nenhum dinheiro gasto para promover o bem concreto de seres humanos e sua sobrevivência é demais. Falta objetiva de recursos é uma coisa, desculpas para economizar com a morte alheia ou faturar com a mesma, no caso de clínicas de aborto, é outra coisa.

Outra forma de relativizar a vida é a visão hedonista de mundo. Uma vida com dor não teria valor, não teria significado, pois para muitos a vida é “curtição pura”, é ter prazer. É óbvio que nesse caso o sentido mesmo da vida é o prazer, e que toda dor é má. Nada mais falso. Quem não reconhece ganho algum no sofrimento em qualquer situação simplesmente não pensou muito a respeito ou não viveu o suficiente para aprender a tirar lições de seus erros e de suas dores. O sofrimento não é bom, a dor que ele pode trazer ao doente e à família é terrível, mas não é só isso que ele traz. Quantos poetas, quantos cientistas, quantos médicos e quantas pessoas no dia-a-dia não foram movidos positivamente pela dor, pela compaixão e pela caridade?

Quando alguém defende que uma vida com dor não merece ser vivida, deveria buscar compreender um pouco melhor a complexidade do real e das emoções humanas.

Depois destas observações, chegou a hora de criticar ponto a ponto o *artigo do infanticídio*.

Há éticas minimalistas em saúde, que descartam os valores benevolentes do Cristianismo e a noção de Dignidade, como pode ser lido na obra de H. Tristram Engelhardt Jr., *Fundamentos da Bioética*. O cenário é extremamente pobre e devastador, mas o autor fez um esforço realmente intenso para apresentar com coerência o que é uma Medicina destituída da cultura cristã herdada.

V. ANEXO I.

Recomendo a leitura dos artigos e livros de Edmund Pellegrino, obrigatório para médicos.

Falsamente tida como avançada ou de vanguarda, na verdade não passou de uma desculpa esfarrapada para torturar pessoas e brincar de cientista. Os resultados científicos da medicina nazista foram pífios, a metodologia foi tosca e as conclusões, em grande parte, inúteis. Sugiro a leitura do artigo publicado no *New England Journal of Medicine* intitulado "*Nazi Science. The Dachau Hypotermia Experiments"*.

O livro onde tal pesquisa é apresentada chama-se *Freakonomics – o lado oculto e inesperado de tudo que nos afeta* de Steven Levitt e Stephen Dubner (Editora Campus, 2007), que possui dados muito interessantes e que, em certo momento, credita a queda na criminalidade à liberação da prática do abortamento nas camadas mais pobres da população. Interessante a noção de que a pobreza e as dificuldades em se criar um filho determinam ou predispõem à criminalidade, e que 30 vidas de bebês pagam o preço para evitar um assassinato. Não está acontecendo uma assimetria no pagamento pela segurança? Considerando que cada "bebê assassino" morto cometa apenas um assassinato, será justo matar 29 bebês inocentes? Já se justifica a prática de um abortamento voluntário por crimes que hipoteticamente serão prevenidos?

O filme mostra um futuro onde videntes prevêem os crimes e informam à polícia, que prendem os futuros assassinos baseados nos crimes que irão cometer. Novamente, a vida imita a arte, ou seria o contrário?

Uso o termo com indisfarçável ironia, pois em nossa trágica história dos últimos séculos, os maiores amantes da humanidade, cheios de solidariedade e igualdade, foram os maiores exterminadores de seres humanos concretos de todos os tempos. Robespierre, Stálin, Hitler, Pol Pot, Mao Tsé Tung e outros que não me deixam mentir.

Esquema corrupto de controle político baseado na compra de deputados do Legislativo para apoiar as decisões do Executivo.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE CRÍTICA DE UM ARTIGO “CIENTÍFICO”

Convido o leitor a pensar sobre o artigo criticado junto comigo. Apresentarei os trechos,[22] um a um, e farei uma análise, nem sempre breve - dada a seriedade do assunto – mas necessária. Em vários pontos lembrarei o perigo que ronda a prática médica de nossos dias.

RESUMO

O abortamento é amplamente aceito até mesmo por razões que nada têm a ver com a saúde do feto. Mostrando que: (1) ambos, fetos e recém-nascidos, não têm o mesmo status moral do que pessoas atuais; (2) o fato de que ambos são pessoas em potencial é moralmente irrelevante e; (3) a adoção nem sempre é do interesse de pessoas atuais; os autores argumentam que aquilo que chamamos “abortamento pós-nascimento” – matar um recém-nascido – deveria ser permitido em todos os casos nos quais o abortamento é permitido, incluindo os casos nos quais o recém-nascido não é gravemente limitado.

Inicialmente, os autores não oferecem dados concretos para definir o que é “amplamente aceito”. No Brasil, por exemplo, onde o governo tenta convencer a população a aceitar o abortamento voluntário[23] a qualquer custo, através da ação de Organizações Não-Governamentais[24] e campanhas muitas vezes movidas com recursos públicos, o próprio povo se mantém contrário à prática abortista.[25] Da minoria favorável à prática do aborto, muitos ainda a condicionam a vários fatores, repudiando completamente o seu uso em fetos normais. Quando se fala de assassinato infantil, é provável que quase a totalidade da população seja contra. É o tipo de proposta que não seria nem mesmo remetido a um plebiscito ou pesquisa.

É preciso definir também o que seria o status moral, e o que define o status moral de uma pessoa. No artigo, mais à frente, os autores falarão um pouco sobre isso. Mas, adiantando um pouco o assunto, podemos dizer que em uma civilização com origem no cristianismo, o bebê, mais do que qualquer outro ser humano, possui um status moral privilegiado, já que ainda não cometeu crime

algum e se encontra juridicamente inocente. Evidentemente, temos o pressuposto de que a vida de qualquer pessoa tem dignidade e que o ser humano merece respeito.[26]

Outro esclarecimento que se faz necessário já neste momento refere-se aos termos “potencial” e “atual”. Aristóteles definiu os termos em sua obra, principalmente na Metafísica, resolvendo o “duelo” entre Heráclito e Parmênides. Heráclito dizia que nada permanece, tudo está em transformação. Parmênides, por outro lado, dizia que o ser é imóvel e eterno, que a existência está atrelada à unidade. Aristóteles, de forma muito sábia, esclarece: as coisas são imóveis e mutáveis ao mesmo tempo; há algo nos seres que mantém sua identidade, sua unidade; e há algo que os faz mudar a cada instante. Aquilo em que o ser pode se tornar faz parte do que o ser é, pois se não estiver dado em potência, tampouco poderia vir a ser. Embora a questão de Heráclito e Parmênides[27] já há muito tenha sido resolvida, o presente artigo parece querer retomá-la.[28]

Assim, quando dizemos o que os seres são “atuais”, expressamos tudo o que neles já foi atualizado e que neles está presente concretamente no momento. Quando falamos em ser em “potencial”, falamos daquilo que ainda não se atualizou, mas que já está presente em potência, pois se assim não estiver, já nos disse Aristóteles, não poderá nunca ser atualizado.

Sobre a pretensão dos autores em usar o eufemismo *abortamento pós-nascimento*, complemento o que já foi exposto no capítulo primeiro.

Existem vários detalhes que diferem um abortamento (intra-uterino) e o assassinato de bebês após o nascimento. Ambos são crimes terríveis contra a vida humana, mas no contexto do artigo, que busca igualar os dois eventos, dando a ambos o mesmo nome, basta uma breve análise de semelhanças e diferenças fisiológicas, anatômicas e pragmáticas para se detectar a farsa:

- Quanto ao local em que é realizado: o primeiro ocorre dentro do útero materno e o segundo ocorre do lado de fora.
- Quanto ao risco: o primeiro oferece riscos de complicações cirúrgicas diversas, o segundo ocorre após o parto normal ou cesariano, num momento já sem risco adicional para a mãe.

- Quanto ao procedimento: o primeiro ocorre com todo um equipamento específico para a realização do abortamento, incluindo aparelhos de sucção e extração; o segundo ocorre após o nascimento, sob a luz dos focos cirúrgicos, com uso de instrumentos e substâncias diferentes.
- Quanto à reação do feto: o primeiro reage, mas o faz dentro do útero, visível somente por meio da ultra-sonografia;[29] o segundo reage com grito e choro que são percebidos a olho nu.
- Quanto ao momento: o primeiro pode variar dos primeiros dias de gravidez até os momentos finais; o segundo ocorre após o período de gestação.
- Quanto aos efeitos colaterais: o primeiro gera uma série de complicações físicas (incluindo esterilidade) e psicológicas para a mãe; o segundo já não oferece mais riscos físicos para a mãe, uma vez que o risco que a mesma enfrentou foi o parto que precede o infanticídio (o risco psicológico permanece, e em linguagem teológica, ambos levarão à condenação).
- Quanto à situação fisiológica do bebê, sua circulação sangüínea, sua respiração, sua capacidade perceptiva e seus movimentos mudam drasticamente no momento do parto.

Uma questão que não levanto aqui, mas que seria pertinente – o que não deixa de ter um forte aspecto mórbido, certamente – é o debate sobre qual método é utilizado para matar o bebê após o parto. Uma injeção letal? Câmara de gás? Forno? Decapitação? Morte por vivissecção para se retirar órgãos e tecidos aproveitáveis? Daí poderia surgir até um “novo” comércio, não é mesmo?

Portanto, aborto e infanticídio não são a mesma coisa, e nem podem ser chamados pelo mesmo nome. É uma questão de observar a realidade nua e crua. Lugares diferentes, fases de crescimento diferentes, momentos diferentes, instrumentos diferentes, atitudes diferentes e reações diferentes por parte do bebê, da mãe e do médico. Aborto pós-nascimento é um eufemismo que esconde essas diferenças, assim como abortamento voluntário é um eufemismo para infanticídio intrauterino ou assassinato de bebês antes do parto. O fator comum entre todos eles, a morte, chama muito mais a atenção e coincide exatamente antes e após o parto, em intenção e no resultado. Por que não chamar os dois atos, separados por um parto, de assassinato?

Um revisor menos parcial questionaria o próprio uso do termo abortamento pós-nascimento. Simplesmente não aceitaria o seu uso. Seria como chamar uma injeção de penicilina cristalina de “beber antibiótico pela pele”, ou chamar uma sessão de tortura de “convencimento”. O que pode ter interferido no juízo dos editores e revisores? Ideologia secular fanática seria um termo apropriado, sem eufemismos.

Por que não chamar o abortamento de infanticídio ou assassinato? Os termos seriam muito mais adequados e muito mais coerentes cientificamente com a realidade a qual se referem. Deixo a pergunta para reflexão dos leitores.

INTRODUÇÃO DO ARTIGO

Anomalias graves do feto e riscos à saúde física ou psicológica da mulher são freqüentemente citadas como razões válidas para o abortamento. Algumas vezes as duas razões estão conectadas, como nos casos em que uma mulher alega que ter uma criança limitada gravemente representa um risco à sua saúde mental. No entanto, o simples fato de ter uma criança pode ser um fardo insuportável para a saúde psicológica da mulher ou de seus filhos já nascidos, independentemente da condição do feto. Isso pode acontecer nos casos em que a mulher perde seu parceiro após descobrir que está grávida e, portanto, sente que não conseguirá cuidar da possível criança sozinha.

Os autores acertam quando dizem que é freqüente a citação de anomalias do feto e risco à vida materna como razões que justificam o abortamento. Anomalias graves que justificam o abortamento, pela lei brasileira, são aquelas incompatíveis com a vida (a anencefalia, por exemplo, onde a criança falece momentos após nascer). O risco de vida materno também é uma exceção aceita pela lei brasileira para realização do abortamento ou do parto prematuro, como observamos tão freqüentemente em mulheres com pré-eclâmpsia ou eclâmpsia. Opta-se por realizar um tratamento para salvar uma vida, a da mãe, e que por fatalidade pode vir a matar o bebê, como opção ao risco de se perder as duas. Contudo, estas situações não têm a mesma dimensão que abortar para preservar a “saúde psicológica” da mãe.

Alguma mãe ficou louca por ter um filho? Ter um filho pode gerar uma psicopatia ou um quadro psicótico, demencial ou catatônico por si só numa pessoa antes saudável? Há quadros de alterações até mesmo psicóticas no pós-parto, mas para estes casos, seria necessário estudar tanto a reversibilidade do quadro como também a gravidade das conseqüências para a mãe e o bebê no

longo prazo, sem falar dos fatores predisponentes e das alterações psiquiátricas prévias.

Mas o que o autor quer considerar quando fala de risco à saúde psicológica da mulher? Visto que a gravidez geralmente não causa esquizofrenia ou surtos de assassinatos em série em mulheres diagnosticadas como normais antes dela, a única resposta plausível é que os autores usam o termo para indicar, na verdade, um desconforto psicológico. Desconforto este baseado numa expectativa que a mãe tem em relação ao seu futuro e ao futuro do bebê, isto é, baseado numa situação em potencial.

O que está dito é que se a mulher se sentir desconfortável, ou acreditar que terá muito desconforto num futuro hipotético, ela pode matar o seu bebê que não tem problema. Embora pareça exagero, o leitor pode constatar que o próprio artigo não exclui nem mesmo as crianças normais, que podem ser mortas se a mãe assim considerar que deve ser. Não estou exagerando de forma alguma. Basta um... desconforto.

Se fosse assim permitido, se todas as mulheres pudessem matar seus filhos porque sentiram um desconforto, porque foram abandonadas por seus parceiros, porque não estavam a fim de ter um trabalho danado para cuidar do bebê ou porque naquele dia acordaram meio deprimidas, com mau-humor, ou coisa que o valha, quantas pessoas que hoje estão vivas e são eficientes para a sociedade simplesmente não existiriam?

Deste ponto, para se chegar à defesa do assassinato de bebês nascidos de famílias pobres ou em dificuldade é um pequeno salto, já tentado outras vezes.[30]

A crença boba e imbecil de que crescemos de acordo com um determinismo social simplificado e tosco, pelo qual filho de pobre é bandido e deve ser abortado, simplesmente não se sustenta na realidade. Das situações mais críticas e miseráveis de vida podemos observar as mais gratificantes surpresas e vice-versa.

O presidente dos Estados Unidos (Barack Hussein Obama) e o ex-presidente do Brasil (Luiz Inácio Lula da Silva) são provas vivas que crianças nascidas nas mais difíceis condições podem ter futuros surpreendentes e inesperados. Num

plano infinitamente superior e distinto em quase todos os sentidos dos exemplos anteriores, poderíamos citar o próprio Cristo, nascido num lar pobre, em situação escandalosa para a sociedade de sua época.

Mais adiante, os autores colocam como critério para a decisão de abortar, o sentimento da mulher de que não dará conta. Eu arriscaria dizer que quase a totalidade das mulheres "sentem" que não conseguirão cuidar de uma criança, em uma hora ou outra. Todas, em algum momento, já se sentiram incapazes diante da tarefa, de tamanha responsabilidade. A tarefa de criar um ser humano, de educá-lo e de sustentá-lo é uma das mais desafiadoras, um dos compromissos mais assustadores. Porém, uma escolha das mais gratificantes e amorosas que pode envolver o ser humano.

A frase do artigo *"sente que não conseguirá cuidar da possível criança sozinha"* é muito subjetiva, e configura o uso de termos elásticos e abertos a múltiplas interpretações. Não cumpre os requisitos básicos de uma redação que pretenda ser filosófica ou científica. E de forma alguma, este "sentimento" da mãe pode ser utilizado como critério para que ela tenha o direito de tirar a vida de seu filho.

RESOLVENDO UM PROBLEMA FILOSÓFICO:
MATEM TODOS!

Um problema filosófico sério surge quando as mesmas condições que teriam justificado um abortamento tornam-se conhecidas após o nascimento. Em tais casos, precisamos analisar os fatos para decidir se os mesmos argumentos que se aplicam a matar um feto humano podem ser aplicados de forma consistente para matar um humano recém-nascido.

Antes de tudo, não sei se seria correto falar que existe aí um problema filosófico sério, da forma como foi exposto. Creio que estamos falando de um problema do cotidiano de muitas famílias. É um problema moral. É um problema de valores e, nesse caso, considerando a filosofia como estudo do ser e de seu papel no mundo, considerando-a no seu projeto original imaginado por Sócrates e desenvolvido por Platão e Aristóteles para depois ser absorvido pela cultura cristã,[31] podemos até falar que é um problema filosófico, mas não no sentido que os autores parecem indicar. No artigo há um jogo de palavras, a exposição de algumas premissas truncadas e altamente questionáveis. Após "demonstrar"

por um silogismo forçado, obtém-se uma conclusão assassina e completamente fora da realidade. É a lógica a serviço da morte, só. Não é correto chamar isso de problema filosófico se filosofia é isso o que os autores nos oferecem nesse artigo: uma brincadeira de palavras, um jogo lógico.

E é claro que utilizar argumentos que justifiquem matar alguém me parece realmente um uso inadequado desse instrumento sistematizado por Aristóteles há mais de dois mil anos, que é a lógica. O velho "mestre daqueles que sabem" deve estar se revirando de frustração e raiva no limbo onde Dante o colocou.[32]

MATAR PARA NÃO SOFRER

Tal questão surge, por exemplo, quando uma anormalidade (anomalia) não foi detectada durante a gravidez ou ocorre durante o parto. Asfixia perinatal, por exemplo, pode causar dano cerebral grave e resultar em restrições mentais e físicas muito graves, comparáveis àquelas pelas quais a mulher solicitaria um abortamento.

Antes de prosseguir, é interessante notar que todos os discursos que apelam para a morte do bebê, seja no período gestacional, seja após o parto, o fazem citando exemplos de situações extremas, mas quase sempre o fazem num contexto de liberar o abortamento para todas as situações, mesmo naquelas onde o bebê está normal. Neste artigo há uma curiosa mistura de informações e de contextos. Os autores, pelo menos, têm a honestidade de deixar bem claro que não acreditam na relevância moral do assassinato de um bebê (doente ou normal), mas mesmo assim, mantêm a conduta já clássica de utilizar exemplos extremos (bebês portadores de doenças graves, asfixia perinatal) para justificar qualquer caso.

Ao invés de tais exemplos, os autores poderiam utilizar a seguinte história, diante do que defendem: *João e Maria tiveram um lindo bebê, gorducho e saudável, que crescia perfeito. Infelizmente se separaram depois de uma briga feia e o bebê perfeito foi morto numa clínica de infanticídio para não virar um incômodo*. Por que ninguém utiliza este exemplo?

Além disso, anomalias não são sempre, ou não podem ser sempre, diagnosticadas por meio de testes de rotina durante o pré-natal, mesmo se tiverem origem genética. Isso tem mais chances de ocorrer quando a doença não é hereditária, mas sim, o resultado de mutações genéticas que ocorrem nos gametas de um pai normal.

Esta parte do artigo lembra-me de um artigo jornalístico publicado por um articulista do *Jornal de Uberaba*, José Loubeh, que criticava o não uso do teste para detecção precoce de síndrome de Down durante a gravidez. Segundo o articulista, era um crime permitir que bebês com síndrome de Down nascessem e ele então aconselhava as mães a fazerem o teste em clínicas particulares. E para as gestantes em risco, que tivessem dinheiro, que pegassem um avião para Havana ou Lisboa, onde poderiam fazer o procedimento abortivo gratuitamente.[33] Indignadas, muitas mães de crianças com síndrome de Down responderam ao artigo de José Loubeh. De certo, estas mães que vivem com crianças portadoras de deficiências há anos entendem muito mais sobre o valor da vida de uma criança que um articulista que gosta de teorizar sobre a limitação da vida alheia em textos jornalísticos.

Um exemplo é o caso da síndrome de Treacher-Collins (STC), uma condição que afeta 1 em cada 10.000 nascimentos causando deformidade facial e deficiências fisiológicas relacionadas, particularmente no aparelho respiratório, gerando deficiência potencialmente letal. Normalmente aqueles afetados pela STC não sofrem retardo mental e são completamente conscientes de sua condição de serem diferentes de outras pessoas, e de todos os problemas que sua doença lhes causa. Muitos pais escolheriam abortar se soubessem, por meio de testes genéticos durante o pré-natal, que seus fetos são acometidos pela STC. No entanto, testes genéticos durante o pré-natal para STC são realizados, em geral, apenas em casos com histórico familiar da doença. Contudo, em alguns casos, a doença é causada por uma mutação genética que ocorre nos gametas de um dos membros do casal sadio. Além do mais, testes para STC são caros e demoram várias semanas para obtenção do resultado. Considerando que é uma doença muito rara, podemos entender por que mulheres não são normalmente testadas para esta desordem.

A síndrome de Treacher-Collins (STC) realmente traz dificuldades para a vida de uma pessoa. Mas a primeira questão que gostaria de colocar diz respeito ao argumento de ser uma deficiência potencialmente letal, pois existem inumeráveis outras situações potencialmente letais. Todo parto carrega riscos que podem ser potencialmente letais ao feto, por complicações diversas e/ou imprevisíveis. Ao nascer, o contato com o ambiente inóspito pode levar o bebê a infecções diversas e à morte. Qual o limite objetivo que justificaria abortar alguém porque o risco de desenvolver limitações graves ou morrer é grande demais? Todas as pessoas não morrerão por algum motivo em algum momento de suas vidas? E quem pode dizer que não possui nenhum tipo de limitação?

Observem, com muita atenção, que os autores falam que a STC é potencialmente letal. Vou repetir, *potencialmente*. Guarde bem o uso dessa argumentação e da utilização da palavra potencialmente, pois logo abaixo, os próprios autores desautorizarão o conceito de potencialidade numa circunstância específica

Os autores justificam a defesa do infanticídio dos portadores de STC por ser uma doença muito rara e porque testes específicos durante a gestação não são realizados, não permitindo, portanto, que se aborte a criança antes do nascimento. Eles deixam claro, também, que a criança nascida é consciente de sua condição, sendo motivo suficiente para o infanticídio o desconforto paterno e materno diante das dificuldades potenciais.

E no caso de mutações que venham a ocorrer durante a vida adulta, como um câncer, por exemplo? Não seria aconselhável matar o indivíduo para evitar o desconforto social e os custos dos tratamentos dispendiosos a ele ministrados? E quanto a essa limitação inerente ao ser humano chamada velhice, em que acumulamos danos teciduais e degenerações diversas que culminam em nossa morte? Não seria adequado matar o vovô para poupá-lo do grande fardo pessoal de se ver limitado e do fardo social em sustentá-lo?

Porém, o autor defende que se possa matar um bebê porque ele não é gente, ele só é potencialmente gente. É interessante notar que nesta situação específica, a palavra potencialmente não adquire a mesma estatura que no caso anterior. Se a criança potencialmente pode desenvolver limitação, considera-se este potencial de ocorrência; se ela é potencialmente gente, não é válido considerá-la como gente, como pessoa, mas somente como um saco de carne impessoal, que pode ser morto ao bel prazer dos adultos.[34]

No entanto, tais doenças raras e graves não são as únicas que tendem a permanecer não detectadas até o parto; até mesmo doenças genéticas mais comuns, cujos testes são realizados normalmente nas gestantes, podem não ser detectadas. Uma verificação em 18 orgãos de registro europeus revela que entre 2005 e 2009, apenas 64% dos casos de síndrome de Down foram diagnosticados por meio de testes pré-natal. Esse percentual indica que, considerando apenas as áreas europeias sob estudo, cerca de 1700 crianças nasceram com síndrome de Down sem que seus pais soubessem disso antes do nascimento. Uma vez nascidos, não há outra escolha para seus pais, a não ser mantê-los, o que às vezes era exatamente o que eles não fariam se a doença tivesse sido diagnosticada antes do nascimento.

O que eu gostaria de saber é o número de pais e mães que prestaram depoimento aos autores dizendo que se soubessem que seus filhos atuais e vivos nasceriam com Síndrome de Down, teriam abortado. Os autores fizeram uma pesquisa perguntando isso para as famílias? Perguntaram: se vocês soubessem que seu filho nasceria com síndrome de Down, vocês teriam feito um aborto? A repulsa que o artigo de José Loubeh gerou em várias mães e pais de crianças com a síndrome, refuta este argumento, o que me faz pensar que os autores do artigo sobre infanticídio imaginaram uma situação hipotética na qual pais cheios de vontade de matar seus filhos limitados, sentem-se frustrados por um injusto sistema de leis que os proíbem de eliminar esses incômodos seres humanos.[35]

Mesmo que os autores digam que conheceram um pai ou uma mãe que afirme peremptoriamente que matariam seu feto se soubessem que nasceria retardado ou com síndrome de Down, ou doente, isso não bastaria para um artigo acadêmico. Quando os autores se propõem a escrever um artigo científico, ou filosófico, não podem, nos padrões contemporâneos, descrever fenômenos baseados no “ouvi dizer”, “deve ser assim” ou “me contaram que”. É necessário que sejam apresentados dados concretos e verificáveis,[36] ou entraremos no plano das especulações fantasiosas de uma realidade que só existe na cabeça de quem escreve ou que necessita ser implantada na cabeça de leitores incautos. No mínimo, é necessário fazer referência a situações reais e concretas do senso comum (ou bom senso, na acepção mais antiga do termo).

Pessoas reais se emocionam e sofrem com crianças gravemente limitadas, mas obtêm experiências positivas também. Não pretendo fazer uma afirmação científica aqui neste livro, onde não escrevo para periódicos com pretensão científica, mas aconselho a todos que queiram conhecer a verdade sobre tal assunto, que conversem sobre a questão com pais e mães reais, de crianças reais com síndrome de Down e peçam, mui respeitosamente, que lhes contem como suas vidas mudaram, quais as alegrias e quais os sofrimentos, quais os valores despertados, e qual a visão deles sobre o assunto deste artigo desumano que critico tão abertamente. Depois leia o artigo de Giubilini e Minerva de novo e compare com o que ouviu.

Para facilitar a identificação, todos os trechos do artigo estarão destacados por um quadro. A tradução é livre e feita pelo autor do livro – NE.

Abortamento voluntário é o termo utilizado para designar o abortamento baseado na vontade materna simplesmente, independente de deficiências graves ou risco de vida.

Uma tradicional ONG é a "Católicas pelo direito de decidir", composta por mulheres que dificilmente se encaixariam naquilo que poderíamos chamar de católicas, todas reunidas na luta para decidir o que fazer com o "feto parasita" em seus corpos, desde que "decidir" inclua "abortar". Claro que essa ampla decisão mata junto com o feto qualquer capacidade de decisão que o pequeno bebê venha a ter num futuro possível.

Sugiro a leitura do ANEXO II deste livro (Pelo direito de matar), onde há uma crítica a um artigo publicado no *Le Monde Diplomatique* por uma dessas "católicas". Mais informações podem ser encontradas nos artigos publicados na revista *Mirabilia Medicinae* (vol. 1), que trataram justamente da questão do abortamento voluntário e de tais instituições. Disponível em: <http://www.revistamirabilia.com/medicinae/issues/medicinae-1-2013-2>. Acesso em: 23 janeiro de 2014.

Conforme pesquisas realizadas pelo Datafolha em 2010, que podem ser checadas em http://www1.folha.uol.com.br/poder/812927-aumenta-a-rejeicao-ao-aborto-no-brasil-apos-tema-ganhar-espaco-na-eleicao.shtml

Embora alguns citem tal pressuposto como típico de Kant, seria mais justo e fiel à verdade dizer que é inerentemente cristão.

Uma boa fonte de estudos sobre filosofia antiga, além das obras de Giovanni Reale que já possuem tradução para o português no Brasil (Coleção *História da Filosofia – 7 volumes*, Giovanni Reale e Dario Antiseri, Editora Paulus), é a coleção *A History of Philosophy – 9 volumes* de Frederick Copleston. O volume 1 trata justamente da filosofia clássica grega e romana.

Eu ressaltarei, propositadamente, por diversas vezes as referências sobre potencialidade, e peço ao leitor que preste atenção a estas referências, pois são importantes para o entendimento da análise.

Para ter uma noção melhor do que ocorre, sugiro procurar o documentário "Grito silencioso", produzido pelo Dr. Bernard Nathason, médico ginecologista norte-americano, um dos líderes do movimento pela legalização do aborto nos Estados Unidos, que reviu suas posições após observar através de um aparelho de ultrassonografia um pequeno feto se debatendo enquanto tentava fugir do equipamento letal, bem como suas expressões de dor e desconforto.

"[...] leis de esterilização compulsória adotadas por mais de 30 estados norte-americanos levaram a mais de 60.000 esterilizações de indivíduos deficientes. Muitos desses indivíduos foram esterilizados por causa de uma deficiência: eram deficientes mentais ou doentes, ou pertenciam a um grupo em desvantagem social vivendo à margem da sociedade. As leis e práticas eugenistas implementadas na América nas primeiras décadas do século vinte influenciaram o programa de esterilização compulsória do Partido Nacional Socialista da Alemanha (Nazista), muito mais amplo, que levou à esterilização compulsória de aproximadamente 350.000 pessoas entre os anos de 1934 e 1945, e foi um dos fundamentos do Holocausto. […] Alguns estados continuaram esterilizando pessoas até dentro da década de 70". Veja em http://www.uvm.edu/~lkaelber/eugenics/.

Para entender melhor o que é filosofia realmente, e diferenciá-la de filodoxia ou do preciosismo formal lógico sem conteúdo real efetivo, sugiro a leitura do livro *A Filosofia e seu inverso*, de Olavo de Carvalho, Vide Editorial, 2012.

Dante Alighieri, em sua esplêndida obra *A divina comédia*, coloca Aristóteles no círculo externo do Inferno, chamado limbo, num local destinado aos grandes poetas e filósofos da antiguidade grega, pré-cristã, que não pertenciam ao povo judeu. Lá Aristóteles é "o mestre daqueles que sabem". Considerando sua influência sobre a escolástica e toda a cultura ocidental, não é um título imerecido.

Artigo intitulado "Síndrome de Down, Exames Diagnósticos e Aborto", de autoria do articulista José Loubeh, publicado no *Jornal de Uberaba* em janeiro de 2009. No ANEXO III, reproduzo o texto e faço alguns comentários.

É evidente que o exemplo utilizado é somente para mostrar que os próprios autores se contradizem. Pessoalmente, considero que o conceito de pessoa utilizado é totalmente impróprio, mas isto será discutido

mais à frente.

Um exemplo extremamente ilustrativo de como uma criança com dificuldades pode enriquecer a vida de seus pais, apesar dos ou justamente por causa dos desafios, pode ser lido no livro de Diogo Mainardi *A Queda: As memórias de um pai em 424 passos*, publicado pela Editora Record em 2012. Outra obra, escrita por Nuno Lobo Antunes, intitula-se *Sinto muito*, e mostra como o médico é enriquecido existencialmente ao lidar com o sofrimento.

De uma forma extremamente simplificada, poderia ser dito que o "conhecimento científico é aquele provado. As teorias científicas são derivadas de maneira rigorosa da obtenção dos dados da experiência adquiridos por observação e experimento. A ciência é baseada no que podemos ver, ouvir, tocar etc. Opiniões ou preferências pessoais e suposições especulativas não têm lugar na ciência". Tal definição simplista e sua crítica podem ser encontradas no livro de Allan Chalmers, *O que é Ciência afinal?*, São Paulo: Editora Brasiliense, 2009.

CAPÍTULO 4

O PROTOCOLO GRONINGEN

A eutanásia em crianças tem sido proposta por filósofos (Helga Kuhse & Peter Singer) para crianças com anomalias graves cujas vidas trazem a expectativa de não valer a pena de serem vividas e que experimentam sofrimentos insuportáveis.

Helga Kuhse e Peter Singer, fundaram o Centro de Bioética Humana da Universidade Monash, onde um dos autores trabalha. São estudiosos que gostam de falar em eutanásia e abortamento em termos utilitaristas, visando sempre a "maior felicidade geral". Só não queiram, caros leitores, estar fora desse "geral".

Chamá-los de filósofos é como chamar Josef Mengele[37] de médico. É óbvio que não imputo o crime de nazismo aos "filósofos" que passo a chamar, de agora em diante, de filodoxos.[38] Eles simplesmente são defensores de uma opinião criminosa e abominável para qualquer sociedade que tenha por base a moral cristã, isto é, quase todo o Ocidente.[39]

Algumas pessoas podem dizer: não sou cristão! Mas simplesmente pelo fato de ter nascido nesta época e na civilização ocidental, você tem como um dos pilares da sua formação a moral judaico-cristã, portanto, raramente alguém pode dizer que não subscreve uma moral cristã em maior ou menor medida. Mas, caso você não queira viver sob a moral cristã, pode se contentar tranqüilamente com a ética nazista ou a ética comunista e seus campos de extermínio e campos de concentração, que ceifaram a vida de milhões e milhões de pessoas.[40]

Mesmo profissionais médicos têm reconhecido a necessidade de diretrizes sobre casos nos quais parece que a morte é a melhor opção para a criança. Na Holanda, por exemplo, o Protocolo Groningen (2002) permite que se termine ativamente a vida de crianças com um prognóstico sem solução e que experimentam o que pais e médicos especialistas consideram ser um sofrimento insuportável.

Quais e quantos profissionais médicos reconhecem a necessidade de tais protocolos? Qualquer pessoa poderia afirmar que "existiram médicos" que reconheceram a necessidade de se exterminar judeus em prol de pesquisas para o

bem da “raça ariana”, por exemplo. A afirmação de que profissionais médicos reconhecem a necessidade de criar diretrizes para o assassinato de bebês defeituosos (como se eles não tivessem também os seus defeitos), não passa de uma proposição pouco fundamentada, sem mencionar nenhum dado objetivo, jogada no meio do texto para tentar conferir autoridade a um artigo controverso e contraditório. Os autores poderiam pelo menos mencionar a quantidade relativa ou aproximada desses profissionais médicos, incluir referências e especificar em termos objetivos quais os casos em que eles consideram ser a morte a melhor opção e por quê. E lembro, mais uma vez, que os autores do artigo defendem que os pais possam matar mesmo os filhos que tenham boa saúde, por razões diversas, e não somente os que sejam portadores de más-formações graves e incompatíveis com a vida, ou de sofrimento insuportável, seja lá o que eles consideram como sendo sofrimento insuportável.[41]

Em 2005, foi publicado um artigo assustador na revista *New England Journal of Medicine* com o título de “The Groningen Protocol — Euthanasia in Severely Ill Newborns”[42] por uma equipe de médicos holandeses. No artigo, os médicos citam como exemplo de casos de sofrimento insuportável e sem esperança, crianças nascidas com espinha bífida e sem prognóstico algum de sobrevivência após o desligamento de aparelhos. Abaixo, seguem os critérios que permitem, segundo os criadores do Protocolo Groningen, o extermínio da vida humana:

1. O DIAGNÓSTICO E O PROGNÓSTICO TÊM QUE ESTAR CERTOS – é necessário entender que nem sempre essa é a situação. Qualquer médico sabe da luta que é a busca de um exame com alta sensibilidade e alta especificidade no diagnóstico,[43] e a imprevisibilidade na determinação da evolução de uma doença.
2. SOFRIMENTO INSUPORTÁVEL E SEM ESPERANÇA DEVEM ESTAR PRESENTES – critério completamente subjetivo e maleável, podendo estar sujeito a várias distorções. Não deveria valer como regra geral por ser extremamente impreciso e depender muito do julgamento das pessoas que assistem a família, julgamento este influenciado por incontáveis interesses e visões de mundo diferentes.
3. OS QUESITOS 1 E 2 DEVEM SER CONFIRMADOS POR PELO MENOS UM MÉDICO INDEPENDENTE – este critério garante um pouco de transparência à decisão de matar o bebê, uma vez que um médico independente não está envolvido

emocionalmente com o caso, mas também não nos dá certeza de que tudo ocorrerá de uma forma apropriada, se é que pode ser apropriado optar por matar alguém.

4. AMBOS OS PAIS DEVEM DAR CONSENTIMENTO INFORMADO – em alguns países como a Holanda, isso pode até ser uma medida que aumenta muito a segurança do procedimento. No Brasil, onde a política e a ideologia de qualidades péssimas permeiam nosso ambiente universitário e médico, qualquer abortista de meia tigela pode convencer uma família menos preparada de que seu filho deve morrer.
5. O PROCEDIMENTO DEVE SER REALIZADO DE ACORDO COM OS PADRÕES MÉDICOS ACEITÁVEIS – quer dizer que existem parâmetros médicos de como matar alguém? Até onde eu sei, cabe ao médico lutar pela vida, jamais encerrá-la. Se padronizarmos condutas homicidas em nossa prática, o que seremos? No que nos transformaremos?

Para o bem da honra da classe médica, devo dizer que muitos médicos se posicionaram contrários ao famigerado Protocolo de Groningen.[44] O presente livro mesmo constitui uma crítica a tais concepções. Portanto, mais uma vez insisto que o artigo menciona que profissionais médicos reconhecem a necessidade de tal protocolo de morte, mas nada falam sobre aqueles profissionais que repudiaram completamente tal iniciativa.

Se olharmos a bibliografia do artigo aqui discutido, perceberemos que o trabalho de levantamento bibliográfico numa questão tão controversa foi simplesmente muito “porco”, com as devidas desculpas pelo uso do termo.[45]

Como princípio da dialética e do próprio método científico atual, quando se está de frente a uma investigação, qualquer cientista, ou filósofo sério, tem o compromisso de realizar o contraste de hipóteses e de idéias.[46] Os autores deveriam ter dado crédito às opiniões discordantes de seus argumentos e terem levado em consideração os críticos da bibliografia favorável citada em seu artigo infanticida. O que se observa? A bibliografia discordante é irrisória. Uma das raras citações que parece contradizer, ainda que minimamente, o que os autores dizem é a de um pesquisador que afirma que crianças com síndrome de Down podem ser, ou aparentam ser, felizes. Será que eles não conseguiram descobrir nenhum argumento contrário um pouco mais elaborado e profundo?

Embora seja razoável predizer que viver com uma condição gravemente limitante é contra o melhor interesse do recém-nascido, é difícil encontrar argumentos definitivos para a conclusão de que a vida associada a certas doenças não vale a pena ser vivida, mesmo no caso daquelas doenças que constituem razões aceitáveis para o abortamento. Pode ser mantido que, mesmo considerando a mais otimista avaliação do potencial das crianças com síndrome de Down, esse potencial não pode ser considerado como igual àquele de uma criança normal. Mas, de fato, pessoas com síndrome de Down, assim como pessoas afetadas por muitas outras limitações graves, são frequentemente relatadas como felizes.

Não é razoável dizer que viver em limitação é contra o melhor interesse do recém-nascido. Não é opinião unânime e nem pode ser citado, sem que tal citação seja considerada altamente questionável. Alguém já escutou um bebê recém-nascido pedir para morrer? Pelo contrário, o choro e seus reflexos, mesmo quando minimamente presentes, indicam de forma bem estimulante o desespero de sua luta para viver! Mesmo sendo difícil encontrar argumentos para justificar a morte de alguém doente, os autores se esforçaram bastante.

Alegar que o potencial das crianças com síndrome de Down não pode ser igual ao potencial de outras crianças é algo completamente inespecífico. Qual o critério quantitativo e qualitativo exato para designar potencial? É verificável, por exemplos reais e práticos, que potenciais inferiores podem culminar em ações superiores em muitos aspectos. Uma criança, normal ao nascer, pode crescer e se tornar um mendigo completamente ocioso ou até mesmo um criminoso delinqüente e perigoso à sociedade, enquanto que uma criança portadora da trissomia do 21, gravemente “limitada” em seu potencial, pode crescer e se tornar uma empregada de uma instituição de ensino, beneficiando o próximo e a sociedade, muito mais que a outra criança potencialmente muito melhor.[47] A colocação dos autores simplesmente não encontra fundamentação na realidade.

No trecho acima, temos uma das poucas referências que segue tangencialmente contra a tese proposta, ao dizer que crianças com Down podem ser felizes. Mas gostaria de lembrar que esta é uma concessão muito pobre, já que os próprios autores defendem o infanticídio em crianças normais e *potencialmente* alegres. Tal concessão parece surgir mais como recurso erístico do que como dialética verdadeira.[48] Neste caso em especial, o recurso erístico pode ser denominado como “objeção frívola”, onde um possível contraponto não faz contraposição

nenhuma, e a tese permanece sem oposição real, sem concretizar a tão necessária dialética.[49]

Mesmo assim, criar tais crianças pode ser um fardo insuportável para a família e para a sociedade como um todo, quando o estado deve prover os devidos cuidados em termos econômicos.

Se critérios econômicos forem levados em conta, estaremos matando nossos idosos e qualquer outra pessoa que se aposente. A idéia e a justificativa são tão abomináveis que levá-las às últimas conseqüências é imaginar um reino de escravos aterrorizados pela possibilidade de que sejam considerados um fardo para a sociedade.

Quando é que deixamos de ser suportáveis e nos tornamos insuportáveis para a sociedade? No mínimo, podemos dizer que é uma forma de se pensar muito perigosa que na prática já comprovou ser letal por diversas vezes em nossa história.

Nesses termos, o fato de que o feto tem o potencial de se tornar uma pessoa que terá um vida (pelo menos) aceitável não é motivo para se proibir o abortamento. Então argumentamos que, quando as circunstâncias em que o abortamento seria justificado antes do nascimento, ocorrerem após o nascimento, o que chamamos de abortamento pós-nascimento deveria ser permitido.

Os autores rapidamente aceitam como critério a negação do potencial, nesta situação particular. É interessante observar como o uso da potencialidade negativa do feto e do bebê já foi utilizado para justamente defender a tese dos autores. Se potencialmente o bebê poderá sofrer ou potencialmente poderá prejudicar a delicada saúde mental de seus pais e da população, nada mais natural do que matá-lo baseado neste potencial. Se potencialmente o bebê poderá se tornar uma pessoa adulta, tal fato nada ou pouco importa.

Apesar da contradição na expressão, propomos chamar essa prática de ‘abortamento pós-nascimento’ ao invés de ‘infanticídio’, para enfatizar que o status moral do indivíduo morto é comparável com o status do feto (em quem o ‘abortamento’ no sentido tradicional é realizado) ao invés de ser comparável ao de uma criança (mais crescida). Portanto, defendemos que matar um recém-nascido pode ser eticamente permissível em todas as circunstâncias nas quais o abortamento seria permitido. Tais circunstâncias incluem casos nos quais o recém-nascido tem o potencial de ter uma vida (ao menos) aceitável, mas nos quais o bem-estar da família está em risco. Da mesma forma, uma segunda especificação terminológica é que nós chamemos a tal prática de ‘abortamento pós-nascimento’ ao invés de ‘eutanásia’ porque o melhor interesse daquele que morre não é

necessariamente o critério principal para a escolha, o que é o contrário do que ocorre no caso da eutanásia.

Vamos ser bem claros: o bem-estar da família pode ser considerado “em risco” em praticamente todos os partos existentes. A vida muda, a família cresce, obrigações aparecem. Criar filhos é uma aventura e é claro que qualquer psicopata sempre pode alegar que sua vida ficará transtornada pela vinda do bebê para justificar a morte da criança.

A medicina não advoga e não pode advogar a morte do bebê, muito menos o abortamento voluntário, pois ao abandonar a idéia de dignidade da vida humana, o médico deixa de ser aquele que cuida da vida para se tornar no eficaz distribuidor da morte. Como já mencionado anteriormente, deixa de ser médico, para se tornar o carrasco.

Outro ponto contraditório: os autores defendem que o infanticídio deve ser chamado de “abortamento pós-nascimento” e não eutanásia infantil porque a escolha não tem como critério principal o interesse do bebê. Mas que interesse? Os autores defendem a tese de que o bebê não formula objetivo como uma pessoa faria e, portanto, não deve ser considerado como uma pessoa. Mas na hora de definir o termo que usarão para tal ato, os autores reconhecem que parece haver algum interesse da parte do bebê, pelo menos um interesse em potencial. Novamente, vemos o uso de um argumento que é desprezado logo após, e uma grave contradição de argumentos.

Reconhecer que o bebê não pode protestar contra sua própria morte e ainda considerar isso um argumento para realizar o infanticídio, a despeito de ser o melhor ou o pior para o bebê, é simplesmente o cúmulo da injustiça. É a apologia do extermínio do inocente e do indefeso. É o assassinato de nossa civilização e a ascensão da cultura da morte.

Falhar em trazer uma nova pessoa à existência não pode ser comparado com o erro causado por provocar a morte de uma pessoa existente. A razão é que, de forma diferente do que ocorre na morte de uma pessoa existente, falhar em trazer uma nova pessoa à existência não impede ninguém de realizar qualquer um de seus objetivos futuros. No entanto, essa consideração subentende uma idéia muito mais forte do que aquela em que crianças com graves limitações devem sofrer eutanásia. Se a morte do recém-nascido não é prejudicial com base no fato de que ele ainda não pode ter formado nenhum objetivo cuja realização ele esteja sendo impedido de realizar, então

também deve ser permissível praticar um 'abortamento pós-nascimento' num recém-nascido saudável, dado que ele ainda não formou nenhum objetivo.

Se você não tem objetivos para o futuro, você não é uma pessoa! Mas de onde brotou essa insanidade? Quais filósofos afirmam isso? Quais negam? Qual a definição de pessoa? Quais são os critérios reais e práticos para se definir pessoa? É certo de que na avaliação do que é uma pessoa, não entram características potenciais? Como podem dizer que o recém-nascido não tem objetivos? Quem não reconhece nas ações dos bebês o claro objetivo de sobreviver, de conseguir leite, de se manter longe de estímulos desconfortáveis ou dolorosos, este último ainda dentro do útero materno? Onde termina o instinto e começam os objetivos e como identificar esta diferença? São tantas questões mal abordadas que seria recomendável classificar o artigo como peça sofística de baixa qualidade.

Aceitar tal argumentação é tão válido como dizer simplesmente: pessoas são aquelas que conseguem entrar num curso superior ou, pessoas são aquelas capazes de dizer nomes ou, como já observamos em nossa história, pessoas dignas de tal nome são aquelas da raça ariana ou da classe social correta, o que é pura loucura. E para os que aceitarem tal loucura, recomendo que façam planos bem elaborados para o futuro distante, antes que julguem que você se enquadra no critério de "não-pessoa".

HÁ DUAS RAZÕES QUE, TOMADAS EM CONJUNTO,
JUSTIFICAM TAL ARGUMENTO:

1. **O status moral de um recém-nascido é equivalente ao de um feto, isto é, nenhum deles pode ser considerado uma 'pessoa' em um senso moralmente relevante.**
2. **Não é possível danificar um recém-nascido ao impedir que desenvolva o potencial de se tornar uma pessoa em um senso moralmente relevante.**

Justificaremos esses dois pontos nas duas sessões seguintes.

Também a seguir, rebaterei as tais justificativas.

Josef Rudolf Mengele foi um oficial da SS alemã e cientista nazista com doutorado em antropologia pela Universidade de Munique, locado no campo de concentração de Auschwitz, onde realizava experimentos em seres humanos de origem considerada "imprópria", como judeus, por exemplo.
Filodoxos: amantes da opinião, o contrário do que seria um filósofo de verdade.

Ao observar o ódio à civilização ocidental gerado pelo comunismo e pela Escola de Frankfurt (especialmente por Herbert Marcuse), é fácil entender a existência de filósofos que se dediquem a desconstruir os valores cristãos de nossa civilização. O preço disso tudo tem se mostrado caro demais.
Sobre o grande genocídio da humanidade, sugiro ler o *Livro Negro do Comunismo* e verificar quais foram os resultados da implementação na prática da ideologia ateísta.
Um sofrimento insuportável culminaria obviamente na incapacidade de viver do pobre ser humano que padece de tamanho tormento. Se for suportável, a pessoa em questão sobreviveria, mesmo que atormentada. Logo, se for insuportável, o próprio sofrimento já mata a pobre vítima, sendo desnecessário que qualquer outra pessoa venha e se ofereça para "terminar" com tal sofrimento. Claro que existem situações raras e extremas que não se encaixam nesse raciocínio simplificado. No artigo de Eric Kordish (*Paediatric Ethics: a repudiation of Groningen Protocol*, vol. 371, 15 de março de 2008. disponível em www.thelancet.com), o conceito de sofrimento insuportável também é contestado em bases metafísicas, mostrando a contradição desta alegação em relação ao bebê, e também no fato de que o próprio sentimento de sofrimento pode ser relativizado em muitas instâncias e momentos. O artigo também critica o que seriam padrões médicos aceitáveis para terminar a vida de alguém.
Em português, "O Protocolo Groningen – Eutanásia em recém-nascidos gravemente doentes", de autoria de Eduard Verhagen, M.D., J.D., e Pieter J.J. Sauer, M.D., Ph.D.
A sensibilidade de um exame significa a capacidade do mesmo dar positivo em pacientes portadores de determinada doença, isto é, a capacidade de acusar quem está com a doença. Especificidade se refere à capacidade do teste em não acusar doença naquelas pessoas saudáveis. Um teste pouco sensível poderia deixar de diagnosticar um paciente soropositivo para HIV, permitindo que seu sangue doado contaminasse um receptor saudável numa transfusão, por exemplo. Já um teste pouco específico poderia acusar alguém saudável como portador de HIV, gerando terríveis mal entendidos e consequências que podem, muitas vezes, ser graves para a vida do paciente. Imagine então, estes aspectos de falta de sensibilidade e/ou de especificidade em situações nas quais se pretende "terminar a vida" de alguém e o tamanho do problema e da responsabilidade envolvidos.
De 1997 a 2004, 22 crianças com espinha bífida e hidrocefalia foram assassinadas. As crianças em média aguardaram mais de 5 meses para serem mortas. Será que o sofrimento era insuportável por 5 meses? Os autores do artigo "*Deliberate termination of life in newborns in the Netherlands; review of all 22 reported cases between 1997 and 2004*" acham que sim; um dos autores é o Dr. Eduard Verhagen, autor da publicação do Protocolo Groningen, advogando em causa própria. Cerca de nove meses após a publicação da casuística de morte feita por Eduard Verhagen, um novo artigo intitulado "*Questionable basis for hopeless and unbearable suffering as the criterion for the active termination of life in newborns with spina bifida*" dos autores Kompanje E.J, de Jong T.H, Arts W.F, Rotteveel J.J., avisava que os critérios utilizados para definir a criança com espinha bífida como passível de infanticídio eram impróprios. Um segundo artigo de De Jong publicado no periódico "*Child's Nervous System"* de 2008 (vol. 24, p. 13 a 28), "Deliberate termination of life of newborns with spina bifida, a critical reappraisal" questiona com muita propriedade o exemplo citado no artigo que descreve o Protocolo de Groningen, afirmando que a criança com espinha bífida não tem uma doença terminal e tem sim, esperança de futuro. Alexander Kon, no artigo "*Neonatal Euthanasia is Unsupportable: the Groningen Protocol should be abandoned*" ("*Theoretical Medicine and Bioethics"*, vol. 28[5], 2007, p. 453-63.) também reforça a subjetividade do protocolo e afirma que: se o médico deseja o bem do paciente, não deve realizar tal procedimento. Antonio Spagnolo no artigo "*Neonatal euthanasia is unsupportable: the Groningen protocol should be abandoned*" diz que o conceito embutido no Protocolo Groningen vai contra a noção de dignidade humana que fundamentou todo o ideário de Direitos Humanos de nossa civilização (*Child's Nervous System*, vol. 24, 2007, p. 37-38). O advogado Wesley J. Smith, no site "http://findarticles.com/p/articles/mi_6899/is_3_35/ai_n28537080", para não restringirmos nossos comentários somente à classe médica e pesquisadores biomédicos, declara que estão abertamente forçando a legalização do infanticídio e conecta a discussão atual sobre o Protocolo Groningen com antigas pretensões não muito saudáveis do nazismo, como a eugenia.
Mas existem outros que ainda advogam a prática, como Jacob Appel, que afirma que os pais não devem

nem mesmo ser consultados como afirma o Protocolo Groningen, e que a decisão deve se basear no "muito objetivo" critério do sofrimento insuportável ("*Neonatal Euthanasia: Why require parental consente?"*. *Journal of Bioethical Inquiry*, vol. 6[4], 2009, 477-82); o que demonstra que um corpo burocrático de médicos consideraria mandar matar o bebê sem perguntar aos pais. Realmente os autores simplificaram muito uma questão extremamente polêmica e controversa. Dizer que "profissionais médicos" aceitam, não quer dizer nada. Dizer que Josef Mengele gostaria disso diria muito mais.
http://jme.bmj.com/content/early/2012/03/01/medethics-2011-100411.full.pdf+html
V. Olavo de Carvalho, *Aristóteles em Nova Perspectiva: Introdução à Teoria dos Quatro Discursos*, Campinas, VIDE Editorial, 2013, que traz toda uma teoria discursiva e suas repercussões sobre conceitos pedagógicos e científicos contemporâneos.
Caso presenciado por mim no meu local de trabalho atual (2013 – UNESC Colatina, ES), onde um jovem com síndrome de Down realiza diversas atividades dentro da instituição de ensino superior, e é muito querido por diversos colegas. Felizmente há incentivo para integrar tais pessoas na sociedade, sinal do respeito à vida do qual jamais devemos abrir mão.
Sobre erística e falsas concessões, sugiro a leitura do livro *A arte de vencer um debate sem precisar ter razão: em 38 estratagemas (dialética erística)*, de Arthur Schopenhauer, com comentários de Olavo de Carvalho, publicado pela Topbooks, Rio de Janeiro, 2003. Voltarei ao tema da falsa concessão ainda neste ensaio.
Pirie M., *Como Vencer Todas as Argumentações: Usando e Abusando da Lógica*. São Paulo: Loyola, 2008, pp. 135-136.

CAPÍTULO 5

VALORES MORAIS NUM MUNDO FICTÍCIO SEM PRINCÍPIOS

O RECÉM-NASCIDO E O FETO SÃO MORALMENTE EQUIVALENTES

O valor moral de um bebê é equivalente ao de um feto no sentido em que ambos carecem daquelas propriedades que justificam a atribuição de direito à vida a um indivíduo.

É a hora de perguntar o que um adulto tem que o bebê e o feto não têm, que é o que os autores se propõem a responder, e se tal diferença realmente é critério aceitável para se julgar que tal ausência não garante o direito à vida. E será que podemos atribuir a alguém o direito à vida? Ou retirá-lo? Nós ainda mal sabemos com clareza o que é vida!

E os autores do artigo sobre infanticídio falam de propriedades que justificam atribuir o direito à vida. Quantas são essas propriedades e quais são exatamente? De fato, temos que pensar na resposta para a seguinte pergunta: qual a propriedade, ou quais as propriedades, de um humano vivo que, se ausente(s), nos permite(m) matá-lo? Os autores colocam o foco em uma propriedade específica, bem conveniente ao propósito de seu artigo.

Tanto o feto quanto o recém-nascido certamente são seres humanos e pessoas em potencial, mas nenhum deles é pessoa no sentido de "sujeito a ter o direito moral à vida".

Conforme pensam os autores, os seres humanos podem ser rotulados como "não-pessoas". É possível aos autores determinarem com objetividade quais seres humanos têm direito moral à vida, quais podem ou devem morrer, sem qualquer censura recaindo sobre os seus algozes? Esta idéia já foi levada a termo, em algumas ocasiões, sob o argumento de que algumas pessoas eram menos pessoas que outras: os judeus, os negros, os contrários ao regime, que foram considerados moralmente diferentes e inferiores. Nossos bebês são a nova minoria a ser caçada pelo sistema.

Outra consequência, pensando de forma pragmática, recai sobre o neonatologista, que é então o único dos médicos que trata de seres humanos sem necessariamente lidar com pessoas, não tendo ele a mesma necessidade de encarar seu paciente como sujeito com direito moral à vida, pois o recém-nascido não é uma pessoa. Estes médicos seriam, então, médicos parciais que ignoram ou deveriam ignorar o caráter moral da profissão médica? Creio que meus colegas neonatologistas discordariam profundamente das conclusões que podemos tirar do artigo.

Utilizamos "pessoa" com o significado de um indivíduo que é capaz de atribuir à sua própria existência pelo menos algum valor básico de tal forma que ser privado de tal existência representa uma perda para ele.

E se eu resolver utilizar "pessoa" com o significado de um indivíduo capaz de publicar um artigo científico moralmente aceitável? Os autores desse artigo infanticida passariam a não ser considerados pessoa e, portanto, sem direito moral de viver.

Que autoridade têm esses autores de usar o termo "pessoa" da forma como foi usado? Por que não utilizaram o termo pessoa da mesma forma que tantos outros definiram, sem incluir na definição de pessoa, sempre portadora de um porvir, características que espelham sua complexidade, tais como presença de um corpo, elementos de personalidade, caráter, comportamentos, vida privada e pública, passado, presente e dimensão transcendental?[50] Reduzir a definição de pessoa a algo tão restrito como fizeram no artigo é de um simplismo ofensivo. Em plena discussão sobre a busca de uma medicina integral ou "holística", observar um artigo que reduz a pessoa a uma característica isolada é de uma imprudência temível.

Isso significa que muitos animais não-humanos e indivíduos humanos retardados são pessoas, mas que todos os indivíduos que não estão em condições de atribuir qualquer valor à sua própria existência não são pessoas. Ser meramente humano não é em si mesmo razão para atribuir a alguém o direito à vida.

Essa é uma afirmação "grandiosa", que por si mesma exigiria toda uma vida de pesquisas e estudos multidisciplinares para poder ser feita de forma coerente e convincente. Mas os autores a enunciam com um senso de autoridade intelectual

exemplar, afirmando tamanho paradigma assim tão facilmente. Eles simplesmente descartam alguns milhares de anos de história sobre o valor do ser humano em um curto parágrafo.

Se o dado concreto de “ser um humano” não é razão para atribuição de valor real, e se a única coisa que vale é resultado de uma atribuição arbitrária baseada na vontade do homem e não no valor objetivo da realidade em si, caímos no subjetivismo puro. Isso implica que, se algum dia eu não atribuir valor à vida alheia, estou no direito de eliminá-la. Independente do valor que ela tenha objetivamente, se é que tem para alguns, o que importa é a vontade de quem a estuda e classifica como válida ou inválida. Os nazistas aplaudiriam em pé este circo de horrores, esse triunfo da vontade![51]

Na verdade, muitos humanos não são considerados sujeitos a um direito à vida: embriões desprezados onde a pesquisa em células embrionárias é permitida, fetos onde o abortamento é permitido, criminosos onde a pena capital é legal.

O autor cita questões controversas que são submetidas a diversas legislações, diferindo conforme o país. Realmente alguns “perdem” o direito à vida, mas não há uma lei que afirme que tal indivíduo deixe de ser “pessoa”. Uma coisa é negar o estatuto de pessoa a alguém, outra coisa é negar-lhe o direito à vida, como quando um prisioneiro é sentenciado à morte por causa do mal concreto que provocaram a pessoas inocentes. O prisioneiro não deixou de ser pessoa de forma alguma. Embora eu até acredite que se fosse considerado animal pura e simplesmente teria mais valor frente a certos grupos sociais.[52]

A questão aqui é que, embora seja difícil determinar exatamente onde um sujeito começa ou cessa de ser uma ‘pessoa’, uma condição necessária para um sujeito ter o direito a X é que ele seja prejudicado por uma decisão que o prive de X.

Os autores descambam numa fantasiosa criação de argumentos, pressupondo definições que não são aceitáveis de forma alguma, como se fossem verdades das mais conhecidas e acatadas no mundo inteiro. Atualmente há definições muito mais adequadas e aceitas do que significa ser uma “pessoa”. No aspecto biológico mais básico, por exemplo, o ser vivo humano começa quando nasce, quando é gerado; termina quando morre definitivamente. Juridicamente, religiosamente e, conseqüentemente, socialmente, uma vez vivo, o ser torna-se

sujeito de direitos, torna-se membro da comunidade humana. Qualquer outra coisa, além ou aquém disso, irá requerer uma série de justificativas demasiadamente complicadas e, na maioria das vezes, arbitrária como os autores deste artigo fizeram.[53]

Quanto à condição necessária para um sujeito “ter um direito” seja o fato de que alguém ser privado de tal direito gere prejuízo ao mesmo sujeito, farei alguns comentários com o auxílio da dialética.

O direito subentende o dever, não subentende capacidade de se sentir lesado. Explico melhor: se eu possuo o direito ao atendimento médico, é porque alguém tem o dever de prestá-lo. Se eu possuo o direito à vida, é porque outros têm o dever de respeitá-la.

Dentro desse contexto que considero mais real que o apresentado, observemos a seguinte situação: se eu estou saudável, mas tenho o direito à assistência médica, e em determinado período ocorre uma greve no posto de saúde, o meu direito à assistência médica foi cancelado por ausência de pessoas dispostas a cumpri-lo. Contudo, como eu estava saudável, eu não fui prejudicado, nem tomei consciência da minha perda de direito. Logo, de nada fui privado concretamente, em nada sofri, em nada poderia ter sido melhor e, naquele momento a privação do direito ao atendimento médico não me prejudicou. Portanto, esta “regra” de que só é um direito se ao ser privado eu sofro, não se aplica a este exemplo, pois eu tinha o direito ao atendimento, fui privado de tal direito, não sofri nada, mas meu direito foi desrespeitado.

A todo direito corresponde um dever. O direito dos fetos e bebês à vida se baseia no dever que todos nós temos de proteger os seres humanos, principalmente aqueles em estágios tão iniciais.

E quando é o próprio direito a algo que nos faz sofrer? A privação de um direito pode ser um alívio. Por exemplo, vamos supor que um ente muito querido venha a falecer, e que por direito eu tenha como herança a casa onde o mesmo morava. Ao passar lá e cuidar do local, sinto grande dor e tristeza, e o sentimento de perda e dor é aguçado. Poderia até mesmo estar tentado a abrir mão desse “direito” e deixá-lo para pessoas menos favorecidas para tentar me afastar um pouco de recordações tristes. Ora, mais uma vez eu pergunto: que “regra” é essa

que define que só é um direito aquilo que ao ser retirado me fere ou prejudica? A casa era por direito minha, mas tal direito me trouxe dor. A retirada do direito poderia ser até agradável, reconfortante sob o aspecto emocional.

Mas vamos fingir que a mágica verbal de Giubilini e Minerva, por um instante, seja verdadeira, que seus argumentos saiam do mundo do faz-de-conta e se cristalizem na realidade. Não é possível imaginar uma situação na qual um estuprador pedófilo psicopata que nutre grande prazer em exterminar crianças se sinta extremamente ferido ao ser privado de suas atividades obscenas por um policial? Afinal de contas ele foi frustrado em seus intentos, não foi? E isso lá é parâmetro para ditar que ele foi ferido em seu direito? Para a discussão sobre o que determina um direito, há que se levar em conta os valores da sociedade, toda a questão dos Direitos Humanos Universais, o Direito Natural, e principalmente a universalidade do direito: o que vale para mim também vale para você. De certo, esta discussão é feita em extensos e complexos tratados, não por definições arbitrárias.

Temos diante de nós um clássico exemplo de "*non sequitur*". Do fato de alguém ser prejudicado em ser privado de algo, não decorre que este algo é seu direito. Do fato de alguém ter direito a alguma coisa, não procede que necessariamente ele será prejudicado se aquela coisa lhe for retirada.

O direito a algo, e muito mais o direito à vida, decorre dos valores incrustados na cosmovisão da sociedade, valores organizados numa escala hierárquica na qual a manutenção de um valor ou ideal elevado pode custar o prejuízo de um valor inferior. Na nossa sociedade, ousaria dizer que a vida tem mais valor do que o prazer ou a comodidade. Mesmo que alguém priorize o prazer, a posição de tal pessoa não é coerente com a realidade, quando confrontado por outros valores primordiais e incomparavelmente mais importantes.

Há muitas formas nas quais um indivíduo pode ser prejudicado, e nem todas elas requerem que o mesmo valorize ou até mesmo esteja consciente do que foi privado. Uma pessoa pode ser prejudicada quando alguém rouba dela o bilhete premiado de loteria, mesmo que ela jamais descubra que aquele era o bilhete premiado. Ou uma pessoa pode ser ferida se alguma coisa foi feita a ela ainda no estágio fetal que altere para pior sua qualidade de vida como pessoa (por exemplo, sua mãe tenha usado drogas durante a gravidez), mesmo que ela não esteja ciente disso. No entanto, em tais casos estamos falando de uma pessoa que pelo menos está na condição de valorizar a diferente situação em que se encontraria se não tivesse sido ferida ou prejudicada. E tal

condição depende do nível de seu desenvolvimento mental, o que, por sua vez, determina se ela é ou não é uma pessoa. Aqueles que são apenas capazes de experimentar dor ou prazer (como talvez fetos e, certamente, recém-nascidos) têm o direito de que não lhes seja infligida dor.

A impressão que se tem é que os autores inventaram um mundo de criaturas simples e matemáticas, em nada parecidas com o ser humano real. Onde vivem estas pessoas, numa bolha? O bebê é uma criatura sem consciência que, de repente, por meio de pura mágica e criação *ex-nihilo*, vira uma criança na qual pipocou uma consciência do vácuo? Negar a potencialidade como uma realidade atual dos seres é insustentável. Dividir o desenvolvimento do ser humano em estágios ontologicamente diferentes é inconsequente. Se determinado ente carregar em si características que permitirão sua transformação num ser adulto, tais características são traços atuais. Falando o óbvio de uma forma bem direta: fetos humanos não viram cavalos ou samambaias, viram humanos.

Se, adicionalmente à experiência de sentir dor ou prazer, o indivíduo é capaz de elaborar qualquer objetivo (como pessoas atuais e pessoas não-humanas), ele é prejudicado se for impedido de alcançar seus objetivos por ter sido morto.

Bem, é claro e óbvio que se alguém tiver um objetivo e for impedido de realizá-lo, pode ser que ele seja prejudicado. Mas o “pode ser” não quer dizer “sempre é”. Vamos imaginar uma situação real na qual o indivíduo tem o objetivo de cometer o suicídio. Ele vai até a ponte e deseja pular da mesma, mas na última hora um bombeiro o resgata. Posteriormente, encontrando felicidade num casamento, o mesmo se arrepende do dia em que foi impedido de atingir seu objetivo e manda um presente de natal para o bombeiro que o privou da morte. Como este exemplo se encaixa na teoria dos autores?

E o que dizer do caso de um pai que priva seu filho do uso de drogas injetáveis tão desejadas pelo mesmo?

O problema do artigo é a ênfase no privar alguém de algo ou na percepção de tal privação como fundamento para definir o que é pessoa, ou qualquer outra coisa que seja, quando o fundamento gritante, que bate à porta, é justamente o fato objetivo e concreto de alguém estar vivo. O problema não é privar a pessoa de algum objetivo, o problema é matar a pessoa! Os autores simplesmente se

esquivam do que é essencial na questão e se atém ao que é supérfluo. É um erro básico, ginasiano por assim dizer.

As definições e palavras utilizadas lembram mais figuras de linguagem do que termos técnicos e precisos.

Agora, dificilmente se pode dizer que um recém-nascido tem objetivos, já que o futuro que imaginamos para ele (o recém-nascido) é meramente uma projeção de nossas mentes em suas vidas em potencial.

O futuro que observamos para alguém é mera projeção, ou é decorrente do potencial verdadeiro que este alguém possui em ter futuro? Se nós não projetarmos um futuro para o feto, ele simplesmente some? Posso projetar o que quiser independente de características já atualizadas no feto ou no bebê e elas se realizarão? Não. Não posso projetar que ele se torne um elefante quando crescer, ou que adquira asas e voe. Há algo objetivo e irredutível que orienta qualquer projeção mental de um potencial futuro, mesmo que esse "algo objetivo e irredutível" seja irrelevante para alguns autores. Eu não projeto no futuro de um cachorro de estimação que ele se torne um empresário de sucesso.

O que os autores querem nos fazer acreditar é que não podemos imaginar e apreender valor num potencial futuro porque é potencial. Ou, se o fazemos, fazemos de forma puramente subjetiva e sujeita à negação valorativa.

Além do mais, novamente coloco a questão que não podemos afirmar que o bebê não tem objetivos. Ele chora porque sente dor, ele chora porque quer dormir, ele chora porque quer mamar. É claro que o bebê não irá virar o rosto para sua mãe e aos dois meses pedir gentilmente: "Querida mãe, por obséquio, você poderia me ceder um pouco de leite?" Mas isso não demonstra de forma alguma que ele não possui objetivos. Há uma carência e uma necessidade em suprir tal carência, e tal necessidade é um objetivo, mesmo que extremamente simples do nosso ponto de vista.

Pode ser que comece a ter expectativas e que desenvolva um nível mínimo de autoconsciência num estágio muito inicial, mas não nos primeiros dias ou nas primeiras semanas após o nascimento.

Os autores não informam em que se baseiam para tirar tal conclusão. Se não há nenhum rudimento de autoconsciência, simplesmente nada, de onde a mesma

surge? Se não há um potencial, uma consciência latente em ato, a consciência desperta não poderia surgir. Neste caso, existiria algo como a consciência "*ex nihilo*" (que brota do nada), ou o feto pode ser definido como uma ausência total de autoconsciência. Por acaso, existe algum método que possa determinar que os bebês não possuem autoconsciência? E por fim, ficariam os bebês sem autoconsciência por dias, semanas, ou meses? Lembremos que, na Holanda, crianças são mortas após vários meses de vida.

O fato de que o bebê se encontra em seu estágio pré-verbal não significa que ele não tenha autoconsciência. E justamente o fato de que ele não fala é o que torna impossível que os autores do artigo façam tal afirmação.

Por outro lado, não somente objetivos, mas também planos bem desenvolvidos são conceitos que certamente se aplicam àquelas pessoas (pais, irmãos, sociedade) que podem ser positivamente ou negativamente afetadas pelo nascimento daquela criança. Logo, os direitos e interesses das pessoas atuais envolvidas deve representar a consideração que prevalece numa decisão sobre abortamento e abortamento pós-nascimento.

Levando o raciocínio adiante, poderíamos concluir que se eu possuo maior capacidade de planejar algo ou atribuir valor a algo, minha vontade deve imperar sobre o direito daquele que planeja menos? E se os pais não desejam o bebê vivo, mas para uma grande parte da sociedade a vida é um valor inegociável? O desejo dos pais impera sobre o desejo do resto da população porque seriam considerados proprietários de um bebê-mercadoria, destituído de valor pessoal objetivo? Tire o valor objetivo da realidade e tudo será o terrível triunfo da vontade, ou pior, o triunfo da vontade subjetiva da massa. É a estrada para o relativismo total, é Cristo condenado e Barrabás libertado, é Sócrates sentenciado, é a guilhotina e os espetáculos mortais do coliseu romano, onde cristãos eram devorados e gladiadores se matavam para a diversão alheia. É o fim de nossa sociedade e o surgimento de algo pavoroso.

É verdade que um status moral específico pode ser atribuído a uma não-pessoa pela virtude do valor que uma pessoa atual (por exemplo, a mãe) atribui a ela.

Da forma como os autores definem, valor seria um conceito arbitrário e fictício e não um conceito que atribuímos às coisas ao perceber nelas algo que transcende a matéria, algo que nos coloca diante de uma idéia absoluta e

inalcançável em sua plenitude do que é bom, do que é belo e do que é justo. Nós atribuímos valor a uma vida porque a vida tem valor em si mesma. No pensamento dos autores, a vida deixa de ter valor concreto e não passa de um conceito sem ter qualidades inerentes que nos fazem considerá-la como sendo boa. Se fosse assim, a conclusão óbvia é que a vida não tem valor próprio, e da mesma forma que hoje lhe atribuímos valor, podemos de uma hora para outra deixar de lhe dar valor, concluirmos que a vida não vale nada e começarmos a atirar uns nos outros.

No entanto, essa consideração "subjetiva" do status moral de uma criança recém-nascida não desfaz nosso argumento prévio. Vamos imaginar que uma mulher está grávida com dois gêmeos idênticos que são afetados por desordens genéticas. Para salvar um dos embriões, é dada à mulher a opção de usar o outro embrião para desenvolver uma terapia.

Neste ponto, inicia-se um argumento utilitário baseado numa situação hipotética sem reflexo na vida real. Mas mesmo utilizando essa aula de ficção, só é válido este questionamento porque a mãe já projeta valor sobre a vida de seus filhos, já imagina que os dois devem viver, se possível. E já imagina que existe potencial de salvar um deles se, infelizmente, o outro se sacrificar.

Se o argumento serve para alguma coisa, serve para reforçar o valor da vida e o valor atribuído ao potencial.

Se ela concorda, ela atribui ao primeiro embrião o status de "criança futura" e ao outro o status de mero meio para curar a "futura criança". No entanto, o status moral diferente não surge do fato de que o primeiro é uma "pessoa" e outro não é, o que não teria sentido algum, dado que são idênticos. Pelo contrário, o status moral diferente depende apenas do valor particular que a mulher projeta sobre os embriões. No entanto, tal projeção é exatamente o que não ocorre quando um recém-nascido se torna um fardo à sua família.

Os autores falam de uma forma muito fria e impessoal. Qualquer mãe tomaria essa decisão com uma terrível angústia, com a noção de que naquele momento de dor um terrível sacrifício foi feito para gerar um pequeno milagre onde antes só existiria tragédia. No argumento, parece que a mãe é uma calculadora besta de hipóteses matematizáveis, e não há nada mais falso. O que claramente é um argumento a favor da vida, mesmo que potencial, após uma mágica verbal, se torna a apologia bem atualizada da morte.

O status moral entre as hipotéticas crianças não é diferente. É o mesmo, mas forçado a uma decisão cruel por uma situação inevitável. O autor pode até imaginar uma mãe enxergando o seu filho oferecido em prol do outro como uma peça de reposição descartável, mas para qualquer mãe normal seria completamente abominável a idéia de ser acusada de “instrumentalizar” um de seus filhos, de torná-lo objeto ou de considerá-lo inumano. E tudo isso fazendo muito esforço para aceitar uma situação totalmente hipotética.

Pode até ser que um dia a tecnologia chegue a tal ponto, mas querer justificar a morte de bebês, utilizando-se de ficções e de hipóteses tão abstratas, não pode ser considerado ético.

Como descrito no livro de James A. Marcum, *An Introductory Philosophy of Medicine: Humanizing Modern Medicine*.

Triumph des Willens, o Triunfo de Vontade, é um filme de propaganda nazista produzido por Leni Riefenstahl.

É importante considerar que a legislação brasileira até o presente momento considera crime o aborto em todos os casos, inclusive estupro, risco de vida da mãe e feto com má-formação. O dispositivo da lei que existe exclui a pena do crime nestes casos, ou seja, o crime foi cometido, sendo a pessoa que o cometeu criminosa perante a lei. Porém a mesma não será punida por ser um caso especial – NE.

No livro de E. J. Cassel (*A Natureza do Sofrimento e os Objetivos da Medicina*, Oxford University Press, Nova York, 1991, p. 37), por exemplo, pode ser observado que “Ao contrário de outros objetos da ciência, pessoas não podem ser reduzidas aos seus componentes para que se entenda melhor o que são”. Cassel também afirma que pessoas são entidades singulares e que distinções entre corpo, mente e contexto ambiental são artificiais, e que na definição de uma pessoa estão incluídos o corpo, a personalidade, o caráter, os hábitos, as atividades públicas e as atividades íntimas, o passado, o futuro e a dimensão transcendental. Também inclui uma segunda instância na qual afirma que personalidade envolve contextos culturais pessoais e sociais, incluindo as relações com si mesmo, com a família, com a sociedade e com instituições políticas. Bem mais amplo, menos abstrato e menos reducionista do que observamos no *artigo do infanticídio*.

CAPÍTULO 6

A FALTA QUE A METAFÍSICA FAZ

O FETO E O RECÉM-NASCIDO SÃO PESSOAS POTENCIAIS

Embora fetos e recém-nascidos não sejam pessoas, eles são pessoas em potencial porque podem desenvolver, graças a seus próprios mecanismos biológicos, aquelas propriedades que farão deles "pessoas" no sentido de "sujeitos de um direito moral à vida", ou seja, no aspecto de que serão capazes de ter desígnios e apreciar a própria vida.

A mágica com palavras é curiosa. O malabarismo verbal faz com que o leitor pacientemente exercite sua mente para imaginar de fato que os autores descrevem algo real. Após alguns parágrafos se esforçando para acreditar num mundo onde tais absurdos façam sentido, mesmo a mente cautelosa pode relaxar e começar a aceitar conclusões decorrentes de tais premissas absurdas.

Se qualquer encadeamento lógico se basear em premissas falsas, é claro que a conclusão será provavelmente falsa, mesmo que a forma do discurso lógico esteja correta. Pode até ser verdadeira por mera coincidência, mas não terá validade científica ou filosófica nenhuma. É como dizer que:

1. Todos os patos são astronautas;
2. Eu sou um pato;
3. Logo, eu sou um astronauta.

As premissas (1 e 2) são simplesmente absurdas, mesmo que formalmente o raciocínio esteja correto. Eu poderia até ser um astronauta, porém jamais por causa das premissas anunciadas. Mas, para uma mente que não foi treinada para detectar a mentira, as maiores loucuras parecem realidades absolutas, desde que se aceitem as premissas. Todo esse artigo não passa de uma tentativa de empurrar tais premissas. Uma vez que você as aceite, seu cérebro estará submetido às manipulações mais grosseiras, mesmo que adornadas por um toque de elegância pseudológica.

Pode-se alegar que alguém é prejudicado ao ser impedido de tornar-se uma pessoa capaz de apreciar sua própria vida. Logo, por exemplo, alguém poderia dizer que nós teríamos sido

prejudicados se nossas mães tivessem optado por nos abortar durante sua gravidez, ou se elas tivessem nos matado logo após nosso nascimento.

Exatamente.

No entanto, mesmo que você possa beneficiar alguém ao trazê-lo à existência (se a vida valer a pena ser vivida), não faz sentido dizer que tal pessoa é prejudicada por ser impedida de se tornar uma pessoa atual. A razão é que, por virtude de nossa definição de "prejudicar" na sessão anterior, para que tal prejuízo ocorra, é necessário que alguém esteja na condição de experienciar tal prejuízo.

Aqui está a pegadinha. Toda a enrolação e as premissas falsas culminam neste ponto. Tudo foi montado para finalmente afirmar que quando mata-se um bebê, não mata-se uma pessoa, embora mate-se um ser vivo.[54]

A aceitação dessa loucura, inevitavelmente, leva à permissividade para outras ações. O que impede um psicopata com graves distúrbios de tomar posse de bebês prestes a serem mortos para satisfazer desejos de ordem sexual, ou para testar vivissecções ou até mesmo para realizar torturas excruciantes? Quem poderá impedi-lo, já que aquilo não é uma pessoa? Se não há a menor pitada de dignidade e valor no recém-nascido e no feto, por que não usá-los para petiscos ou como iguarias para restaurantes de canibais chiques? Por que não utilizar os fetos e crianças para desenvolver cosméticos? Empalhá-los para decoração de ambientes? Ou produzi-los para vender órgãos? Se antes de serem considerados pessoas, fetos e bebês forem tidos como meros animais, encontrarão qual tipo de apoio da sociedade protetora dos animais? Ou serão menos que animais?

Se qualquer traço de dignidade ainda existir, o mínimo que se deve fazer é prezar pela vida, esta sim, premissa verdadeira e essencial para qualquer outra coisa. Mas os autores exibem certos valores, ou os deixam subentendidos ou ainda fazem algumas concessões escancaradas por todo o texto. E quais valores são estes? São os valores hedonistas da busca do prazer pelo prazer, só que submetidos a uma hierarquia artificial entre seres humanos. Hierarquia na qual quem não pode se defender deve morrer pelo conforto dos mais fortes e capazes.

Logo, quem protegeria um bebê de uma horrenda sodomização coletiva promovida por um grupo de pedófilos? Os pedófilos têm planos de longo prazo

nas suas vidas e podem ser prejudicados na sua obtenção de prazer enquanto que o bebê não. De fato, segundo os autores, ele não é nem mesmo uma pessoa.

Qualquer lógica respeitável, mesmo que fazendo concessões ao hedonismo, compreenderia que, para ter-se prazer, é necessário antes de tudo a própria vida. Todo o texto parece uma desculpa para possibilitar, satisfazer ou ampliar o prazer de alguns a partir da morte de outros.

E que autoridade têm os autores, ou qualquer outra pessoa, para julgar que a vida alheia merece ou não ser vivida? Não há pessoas pobres ou doentes que são felizes, e milionários saudáveis e conscientes que se suicidam?

Se uma pessoa potencial, como um feto e um recém-nascido, não se tornar uma pessoa atual, como nós, então não há nem uma pessoa atual, nem uma pessoa futura, que possa ser prejudicada, o que significa que não há prejuízo algum. Então, se você perguntar a um de nós se sofreríamos algum prejuízo caso nossos pais tivessem decidido por nos matar quando ainda fetos ou recém-nascidos, nossa resposta seria "não", porque eles teriam ferido alguém que não existe (o "nós" a quem você está perguntando esta questão), o que significa ninguém. E se ninguém é ferido, não houve prejuízo (não houve mal algum).

Os autores negam o próprio senso de identidade que é a coisa mais básica da vida humana. Qualquer pessoa sabe, e não pode negar, que é essencialmente a mesma de quando era criança, e será a mesma daqui a alguns anos, mesmo que muitas mudanças ocorram. Ninguém no mundo era uma cadeira e virou uma pessoa para depois virar um tatu. Todos nós éramos, somos e seremos pessoas em diferentes estágios de desenvolvimento.

Estados nos quais a personalidade sofre desintegração, sofre a perda da unidade e, portanto, não reconhece que é a mesma de antes e será a mesma daqui a pouco, são estados patológicos, são doenças mentais claramente diagnosticáveis e não servem de exemplo para ninguém em termos de explicação do que é normal.

Não há sentido em querer convencer alguém de que o bebê era uma coisa e agora, crescido, virou outra, adquiriu de forma misteriosa uma "pessoalidade" que antes não existia de forma alguma.

Se um hipotético bebê, tão hipotético quanto as premissas dos autores, deixa de ser gerado porque seus pais usaram métodos anticoncepcionais, é claro que ninguém foi prejudicado, pois estamos falando de uma capacidade de gerar algo

que não se deu. Porém, uma vez gerado o ser vivo, o diferencial que é a realização de um potencial prévio, dado pelo início da vida humana, já ocorreu. Uma vez vivo, o bebê “atualizado” está capacitado a se tornar adulto. O ser vivo atualizado possui a potência manifestada. Há uma grande diferença entre evitar ter um filho antes da concepção (ou fecundação) e matar o filho concebido.

Antes da fecundação, não existe um ser vivo manifestando potencialidades. A idéia mesma do ser vivo é neste caso potencial. Aí sim não faz o menor sentido em se falar de prejuízo ao feto ou ao recém-nascido, na medida em que não passam de uma idéia, talvez de um objetivo.

Uma vez que o ato se concretizou, planejado ou não, lá está o ser vivo atualizado, concreto. É inerente de sua constituição que tenha todo o potencial humano, mesmo que tenha deformações, doenças e outros problemas.

Uma conseqüência desta posição é que o interesse de pessoas atuais supera o interesse de pessoas meramente potenciais que se tornarão pessoas atuais. Isso não significa que o interesse de pessoas atuais sempre supere qualquer direito das gerações futuras, pois nós devemos certamente considerar o bem estar das pessoas que habitarão o planeta no futuro. Nosso foco é no direito de se tornar uma pessoa em particular, e não no direito de ter uma boa vida uma vez que alguém comece a ser uma pessoa. Em outras palavras, estamos falando de indivíduos particulares que podem ou não se tornarem pessoas particulares dependendo de nossa escolha, e não sobre aqueles que certamente existirão no futuro, e cuja identidade não dependerá de nossa escolha agora.

Vamos aos poucos de forma didática, pois o labirinto de palavras e silogismos pode confundir a realidade em nossa cabeça (e de fato faz isso mesmo). Segundo os autores:

1. O interesse de pessoas atuais supera o interesse de pessoas potenciais;
2. O bem estar das pessoas potenciais que no futuro serão atuais deve ser levado em conta pelas pessoas atuais;
3. Se pessoas em potencial são mortas antes de se tornarem pessoas, mal nenhum foi feito;
4. Devemos considerar o bem estar das pessoas que “certamente” habitarão o planeta no futuro.

Mas as gerações futuras estão em potência tanto quanto os indivíduos que as compõem, enquanto que as pessoas em potência (se considerarmos válidas as premissas centrais do artigo) serão atuais no futuro tanto quanto a geração

futura, não existindo distinção nos dois casos – pessoas potenciais de agora e pessoas "atuais" do futuro – a não ser por uma arbitrariedade subjetiva dos autores do *artigo do infanticídio*. Resumindo: Esse ser vivo que eu chamo de não-pessoa é potencial e eu posso matar sem maiores dores morais, aquele ser vivo que ainda não nasceu eu vou chamar de pessoa atual do futuro e terá minha preocupação porque eu quero.

Repito: mesmo acreditando que alguém possa ser pessoa em potência, negando a pessoalidade a um ser vivo humano, ambos, o do presente e o do futuro, são potenciais!

Voltamos à arbitrariedade de uma realidade subjetiva criada pelos autores e ao relativismo daí decorrente.[55]

O direito alegado de indivíduos (como fetos e recém-nascidos) de desenvolverem seu potencial, defendidos por algumas pessoas, é superado pelo interesse de pessoas atuais (pais, família, sociedade) de perseguir seu próprio bem-estar, pois, como acabamos de argumentar, pessoas meramente potenciais não podem ser prejudicadas por não serem trazidas à existência.

Bem, se alguém conseguiu aceitar que o feto e o bebê são pessoas que não existem, vai engolir qualquer coisa. Cuidado para não acabarem acreditando que seres humanos que lêem o *Journal of Medical Ethics* não são pessoas, ou pior, nem existem!

E, de novo, não era para levar em conta o bem-estar das gerações futuras? Que confusão.

O bem-estar de pessoas atuais pode ser ameaçado pela nova criança (mesmo que saudável), exigindo energia, dinheiro e cuidados que podem ser de difícil acesso à família. Algumas vezes tal situação pode ser prevenida por um abortamento, mas em outros casos, isso não é possível. Nesses casos, já que não-pessoas não têm direito moral à vida, não há razão para banir o abortamento pós-natal.

No meu entender, os autores do periódico perderam qualquer direito moral ao reconhecimento de inteligência própria. Só espero que esse não seja o critério para se definir quem é pessoa e quem não é.

Nós ainda podemos ter direitos morais em relação às gerações futuras apesar dessas pessoas ainda não existirem. Porém, dado que tomamos como garantido que tais pessoas existirão (sejam elas quem for), nós devemos tratá-las como pessoas atuais do futuro. Este argumento, no entanto,

não se aplica a determinado recém-nascido ou criança, porque não podemos tomar como garantido que existirão como pessoas no futuro. Se existirão é exatamente o que constitui nossa escolha.

Pode-se tomar algo não existente como garantido? Então o fato de pais tomarem por garantido que seus filhos são pessoas pode não ser respeitado, mas o fato de que os autores tomem por garantido que futuras gerações existirão é algo que nem precisa de prova?

O que constitui nossa escolha não é se existirão. Uma vez nascidos, a escolha é se sobreviverão com nossa ajuda e desenvolverão suas habilidades inatas, ou se os mataremos. A escolha é entre deixar que prossigam existindo, ou assassiná-los. Por mais que Giubilini e Minerva floreiem, é a decisão que separa o Bem do Mal. É uma questão moral, onde o caráter humano está em questão.

Note que esta conclusão absurda só é possível com a aceitação de que fetos e bebês não têm condição de experienciar tal prejuízo.

Não posso deixar de agradecer ao editor Cesar Kyn d'Ávila por me ajudar a descascar esse abacaxi espinhoso, ou melhor, argumento, escondido no meio de um labirinto de premissas.

CAPÍTULO 7

ALGUÉM TEM ALGUMA OBJEÇÃO?

ADOÇÃO COMO ALTERNATIVA AO
ABORTAMENTO PÓS-NASCIMENTO?

Uma possível objeção ao nosso argumento é que o abortamento pós-nascimento deve ser praticado somente em pessoas potenciais que nunca terão uma vida que valha a pena ser vivida.

Outra possível objeção é que não deve ser feito de forma alguma, ainda mais por razões fúteis como as descritas.

De acordo com isso, pessoas saudáveis e potencialmente felizes deveriam ser dadas para adoção se a família não pode criá-las. Por que devemos matar um recém-nascido saudável quando o dando para adoção não infringiríamos o direito de ninguém, mas possivelmente aumentaríamos a felicidade das pessoas envolvidas (adotados e pessoas que adotam)?

O estratagema escolhido pelos autores é claramente erístico. Pode ser descrito como alternativa forçada, e não foi usada aqui pela primeira vez. Consiste em apresentar ao leitor ou ao debatedor duas opções ou mais que sejam forçadas dentro do argumento favorável. Ao excluir outras opções, quem lança o argumento garante o consentimento de uma vítima desavisada. Neste ponto, as opções que os autores colocam são matar um recém-nascido saudável ou dá-lo para adoção.

Claramente, existem inúmeras opções diferentes. Não foram citadas, por exemplo, a opção de ter paciência e ir cuidando do bebê (uma opção escolhida por muitas mães), a prevenção da gravidez, o auxílio de instituições de caridade e de filantropia.

Ainda, não fica esclarecido o que é “não poder criá-las” (as crianças saudáveis e potencialmente felizes).

Penso na seguinte situação hipotética: a mãe morre no parto e o pai é atropelado na porta do hospital. Os avós, que vinham para o velório para ficar com o neto órfão recém-nascido, sofrem um acidente de avião na aterrissagem e

também morrem. Neste caso há uma situação de “não poder cuidar”, embora ainda possa haver o cuidado de amigos, instituições, parentes distantes etc.

Por outro lado, se na concepção de determinada pessoa, criar é disponibilizar escola privada de elite, curso de francês, alemão e inglês, natação, viagens ao exterior duas vezes por ano e toda a sorte de consumo que hoje a classe média se impõe, poucos poderão ser cuidados de forma “aceitável”.

Os termos são extremamente subjetivos e, por isso mesmo, imprecisos.

Nossa resposta é a seguinte. Nós discutimos previamente o argumento da potencialidade, mostrando que a mesma não é forte o suficiente para prevalecer sobre a consideração pelos interesses das pessoas atuais. Na verdade, por mais fracos que possam ser os interesses das pessoas atuais, eles sempre prevalecerão sobre o alegado interesse de pessoas em potencial se tornarem pessoas atuais, porque este último equivale a zero. Nessa perspectiva, os interesses das pessoas atuais envolvidas importam, e dentre estes interesses, nós também precisamos considerar os interesses da mãe que poderá sofrer distúrbios psicológicos por ter dado seu filho para adoção. É freqüentemente relatado que mães biológicas experimentam sérios problemas psicológicos devido à incapacidade de elaborar sua perda e lidar com sua tristeza. É verdade que tristeza e senso de perda podem acompanhar tanto o abortamento quanto o abortamento pós-nascimento assim como a adoção, mas não podemos assumir que para a mãe biológica a última é a menos traumática.

Nós não podemos também assumir que dar o filho para adoção é a mais traumática, mas sabemos que existe uma diferença crucial: uma das situações é potencialmente reversível; a outra, uma vez que está feita, é para sempre e constitui no assassinato de uma vida, vida que jamais desenvolverá seu potencial. Se a mãe se arrepender, nem esperança poderá nutrir, somente um profundo remorso que lhe seguirá até o fim, exceto para aquelas que amorteçam a sua consciência, o que é relativamente comum hoje em dia.

Em nenhum momento, os autores pensam na hipótese da mãe se esforçar para criar a criança, ainda que com muito trabalho. Esta opção evitaria o arrependimento e o sofrimento por doar a criança ou por matá-la; mas, certamente os autores do artigo argumentariam que ela se arrependeria de abrir mão de seu conforto e de sua “liberdade”. De qualquer forma, o expediente é o mesmo, o de apresentar opções forçadas.

É bem lógico que, para cada liberdade desejada, uma restrição está associada. É inerente ao próprio processo de escolha: sempre há uma limitação associada a cada situação vivida e escolhida. Se eu quero cuidar de uma criança, abro mão

de certas diversões. Se eu escolho matar uma criança, abro mão da tranqüilidade em minha consciência e das alegrias que obteria com esta criança. Se a dou para adoção, abro mão do conforto de tê-la por perto e de ter seu afeto. Se eu opto por não ter filhos e viver minha vida, abro mão da experiência de saber o que é ser pai. Como dizem os americanos: não existe almoço grátis. Tudo tem um preço, cada decisão nos limita em alguma coisa. Isso não é um problema, isso é uma realidade inevitável.

Por exemplo, "aquelas que ficam de luto por causa de uma morte devem aceitar a irreversibilidade da perda, mas as mães biológicas às vezes sonham que suas crianças voltarão para elas. Isso faz com que seja difícil aceitar a realidade da perda (no caso de adoção) porque nunca estarão certas se tal condição será ou não irreversível".

Será que a esperança de uma mãe arrependida não será jamais algo bom? Não valeria a pena buscar relatos positivos e negativos de tais experiências?

Nós não estamos sugerindo que essas são razões definitivas contra a adoção como alternativa válida para o abortamento pós-nascimento. Muito depende das circunstâncias e das reações psicológicas. O que estamos sugerindo é que, se os interesses de pessoas atuais devem prevalecer, então o abortamento pós-nascimento deve ser considerado como uma opção permitida para mulheres que seriam prejudicadas ao dar seus recém-nascidos para adoção.

Eles não sugerem razões definitivas, mas argumentam bastante a favor de um ponto de vista bem definido e fazem realmente um bom esforço tentando mostrar algum tipo de lógica na equação assassina.

CONCLUSÃO

Se critérios como custos (sociais, psicológicos e econômicos) para os pais em potencial são razões suficientes para abortar mesmo quando o feto é saudável, se o status moral do recém-nascido é o mesmo do feto e se nenhum deles têm qualquer valor moral por virtude uma vez que são pessoa em potencial, então as mesmas razões que justificam um abortamento também devem justificar a morte de uma pessoa em potencial, quando ela está no estágio de recém-nascido.

Duas considerações devem ser acrescentadas.

Primeiro, nós não propomos nenhuma afirmação acerca do momento no qual o abortamento pós-nascimento não seria mais permissível, e nós não achamos que, de fato, pouco mais do que alguns dias seriam necessários para que médicos detectassem alguma anomalia na criança. Em casos nos quais o abortamento pós-nascimento fosse requisitado por razões não-médicas, não sugerimos nenhum limite, já que depende do desenvolvimento neurológico de recém-nascidos, o que é algo que neurologistas e psicólogos estariam aptos a verificar.

Vejam qual é a objetividade e fundamentação dos autores: não acham que pouco mais do que alguns dias seriam necessários para encontrar alguma anomalia, mas se estiver tudo bem, pode matar mesmo assim.

Ora, podemos, dada a futilidade do tema, imaginar a seguinte cena: “droga, agora que meu filho nasceu, a Peugeot lança o modelo novo de carro. Querida, não vou suportar ficar sem o carro novo. Acho que devemos matar o bebê. Liga para o doutor”.

A situação parece absurda, mas absurda é a tese proposta pelos autores. É impossível não utilizar situações ridículas para descrever argumentos como esses.

Quanto à “chave de ouro” da primeira consideração, temos outra pérola da falta de objetividade: “é algo que neurologistas e psicólogos seriam aptos a verificar”. Não há uma referência na qual este argumento se baseie. E se alguém achar que estou abusando em alguns exemplos, não poderá jamais dizer que fui injusto, considerando a quantidade de buracos deixados no pensamento dos autores e de sua percepção do real.

Segundo, nós não propomos que abortamentos pós-nascimentos sejam uma boa alternativa a abortamentos. Abortamento numa idade inicial é a melhor opção, tanto por razões psicológicas quanto físicas. No entanto, se uma doença não foi detectada durante a gravidez, se alguma coisa deu errado durante o parto, ou se circunstâncias econômicas, sociais ou psicológicas mudam de forma que cuidar da prole se torna um fardo insuportável sobre alguém, então deveria ser dada a chance às pessoas de não serem forçadas a fazer algo que elas não podem proporcionar.

Mas se os autores defendem que tanto o abortamento quanto o infanticídio têm o mesmo status moral, ou seja, nenhum, porque o desconforto neste momento? Eles são iguais moralmente, mas são diferentes. Se você leitor, não entende, eu também não.

Se os autores falam de “melhor opção”, um juízo de valor está claramente definido. Logo, se os valores são diferentes, o julgamento moral, basicamente lançado em meio ao questionamento de valores e de melhor conduta a ser tomada, claramente irá variar. Os autores não conseguem começar e terminar um texto sem cair repetidamente em contradições.

Lembrando Sócrates ao se referir sobre a morte nos seus momentos finais, conforme relatado por Platão na obra *Fédon*, como falar com tanta liberdade

acerca de algo do qual simplesmente o ser humano não tem quase nenhuma experiência? Que arrogância extrema! Todo o artigo do infanticídio parece uma bravata inconseqüente, nada mais.

Lamento profundamente a existência de tantas besteiras escritas e, por mais grosseiro que possa ter sido o tratamento que dispensei ao que me obriguei a ler, creio ter me esforçado ao máximo para manter a razão frente à defesa do assassinato de bebês. Encerro o capítulo e a discussão direta do artigo “bioético” apresentado no *Journal of Medical Ethics* com certo desgosto, porém feliz ao observar que muitos colegas médicos realmente vocacionados manifestaram uma repulsa tão grande ou ainda maior do que a minha. Reação compartilhada por muitas pessoas comuns, que nunca antes haviam pensado sobre o assunto e se assustaram ao saber sobre o artigo. É bom saber que o bom senso ainda existe.

CAPÍTULO 8

REAÇÕES ADVERSAS

Até agora falei do artigo em si, e confesso que no início tive até um certo prazer sádico em expor erros tão grotescos. Mas devo confessar também que terminei o capítulo passado com um gosto ruim e com um pouco de pressa, algo semelhante à sensação referida por Clive Staple Lewis ao encerrar seu livro, o clássico *Cartas do Diabo ao seu Aprendiz*.[56] O assunto pode começar em tom irônico, muitas vezes engraçado, mas é sério, mortalmente sério e, lidar com a tortuosidade do pensamento que é necessária para justificar a morte, nunca deixa aquele que o analisa sair ileso, sem um sentimento de terrível asco.

No presente capítulo, vou explorar as reações desencadeadas pelo artigo. Algumas a favor, outras contrárias. Neste capítulo falarei sobre a liberdade de expressão, das intenções não expressadas e do perigo que ronda a medicina.

Inicialmente, gostaria de tratar do “quem” e do “onde”.

Os autores têm ligação institucional e ideológica com Peter Singer, também defensor do direito de matar bebês (embora, curiosamente, seja defensor dos direitos dos animais) e foram publicados num periódico onde o editor é Julian Savulescu, um filósofo e bioeticista australiano, envolvido com idéias eugenistas de aperfeiçoamento do ser humano por meio da tecnologia aplicada a uma utopia geneticamente orientada. Suas idéias são divulgadas por locais como a Universidade Singularity.[57] É claro que a eugenia é apresentada pelo Sr. Savulescu de forma muito agradável e tenho certeza de que isso sempre foi assim em outros casos passados.

Toda essa conversa de matar bebês defeituosos, mesmo depois de nascidos, e toda essa distorção lógica não veio do nada. Há toda uma ideologia por trás disso, há toda uma visão bem específica do que é a medicina, de qual é seu papel e de onde pode nos levar. A medicina proposta é uma medicina que transformará o homem e a sociedade imanente, no aqui e agora. Promete, assim como as grandes heresias cristãs do passado e as ideologias genocidas de massa do século

XX, um paraíso na Terra graças ao esforço do homem, ao módico custo de algumas vidas, na verdade, de milhões de vidas.

Mas que paraíso é esse? Que ser humano brotaria perfeito dessa manipulação genética e social proposta? Qual o preço a ser pago? Quais valores transcendentais, os únicos verdadeiros e norteadores das coisas imanentes, que serão feridos ou completamente esquecidos? Qual o resultado dessa grande troca de valores?

Utopias já tentaram se realizar em vários momentos de nossa história, ao custo de centenas de milhões de pobres vítimas que não se encaixavam no perfil. E agora temos essa velha idéia eugenista sendo ressuscitada, propondo o extermínio de uma camada da população incapaz de se defender, de abrir processos jurídicos ou de simplesmente sair correndo: nossos filhos.

Há um equilíbrio extremamente delicado em jogo: utopias e ideais podem ser benéficos desde que cuidadosamente pensados e criticados. É impossível viver sem ideais, por outro lado é possível viver com um ideal assassino e desintegrador da sociedade, ainda que sua roupagem seja bela e sua duração seja limitada.

Qual o papel da medicina dentro de tudo isso? Muitos não sabem, e a maioria das pessoas nem pensa a respeito, e é justamente aí que reside o problema. Se não há uma crítica adequada ou uma disposição em estudar o assunto, fica muito mais fácil convencer médicos e pais desavisados acerca de coisas do tipo: mataremos seu bebê por um mundo melhor. Pense na humanidade do futuro! Nossos descendentes longínquos ou até mesmo nossos netos poderão desfrutar de maravilhas! Pense na vida do futuro, e deixe a morte prosperar no presente.

O que acontece é uma das inversões que o filósofo Olavo de Carvalho cita em suas obras sobre a *mentalidade revolucionária*. É a inversão temporal,[58] na qual o que vem depois justifica o que está acontecendo agora ou já aconteceu, quando na realidade é o oposto: o futuro decorre do presente. Outra inversão da mentalidade revolucionária é a inversão moral, na qual o algoz se torna a vítima, e aquele que é morto se torna o elemento agressor. Considerar os pais como pobres infelizes submetidos à opressão de ter que cuidar de uma criança, e descarregar na criança a culpa e a solução final (morte) em nome de uma

autonomia sacrificada dos pais, chega a ser quase uma forma de delírio. A criança, indefesa, frágil e inocente é culpada pelos dissabores dos pais, vítimas que devem imolar o próprio filho em nome do conforto material ou psicológico.

Conforme mencionei anteriormente, o artigo recebeu muitas críticas. Abaixo mencionarei algumas das críticas mais duras ao artigo, como os autores a receberam e como responderam.

O editor do periódico de ética médica – Julian Savulescu – publicou até uma queixa, se sentindo ultrajado por certas ameaças lançadas ao jornal. Argumentou que é uma afronta à liberdade de expressão. Ele reproduz algumas críticas que eu mostro abaixo:

“Neste exato momento, eu acho que esses dois demônios em pele humana (Giubilini e Minerva) precisam ser entregues para imediata execução, sob o código de ‘abortamento pós-nascimento’, eles querem cometer homicídio – isso é tudo o que é! ASSASSINATO!!!”

“Esquerdistas são desprezíveis. Têm mentes criminosas. Pensar que uma pessoa deve ser considerada como ‘válida’ para viver é criminoso”.

“Parece-me que se as pessoas boas não se levantarem para se livrar de pessoas que acreditam em se livrar de bebês vivos, então isso significa que ninguém é bom, e seria mais fácil para Deus soltar um par de asteroides sobre a Terra”.

“Não posso nem comentar essa atrocidade. Eu sei que essas pessoas são assassinas em seus corações. E Deus as tratará como tal. Eles estão completamente mortos espiritualmente”.

“Eu preciso dizer que eu pessoalmente mataria qualquer um que estivesse fazendo um aborto pós-nascimento se eu tivesse a chance. Será que ficou bem claro?”

Embora este último comentário pareça violento de fato, pergunto se, em algum momento, qualquer um de nós, em nossa vizinhança, víssemos um senhor tentando matar um bebê, não tentaria interferir de alguma forma? Se os autores podem defender a morte de bebês, não será nem um pouco surpreendente que alguém defenda a morte dos autores baseando-se, sei lá, em que critérios. O sujeito pode defender um critério do tipo: pessoas são aqueles que protegem o próximo indefeso, os autores do artigo desejam a morte dos indefesos bebês, logo não são pessoas e podem morrer sem prejuízo de valor moral.

Não entendo direito porque a surpresa do editor, diante da violência verbal. A única diferença em relação ao que fizeram no artigo sobre infanticídio foi utilizar certo requinte verbal. Embora mascarada em tons sofisticados e pseudocientíficos, a violência sempre esteve debaixo das palavras dos autores ao defender a morte de fetos e bebês. Pessoas comuns, talvez com muitos *trolls*[59] no meio, simplesmente disseram de forma direta o que o artigo falou de forma rebuscada, abusando de falsos silogismos e premissas altamente questionáveis.

> **“Alberto Giubilini parece com um muçulmano, logo eu tenho que concordar com ele que todos os muçulmanos deveriam ter sido abortados. Se falhar o abortamento, sem vida após nascer – do jeito que ele quer”.**

O editor do periódico se assusta com o racismo (provavelmente colocado aí por um *troll*), mas será ele incapaz de perceber o “racismo” ao considerar que bebês não são gente?

O editor do *Journal of Medical Ethics*, Julian Savulescu, se desculpa dizendo que:

> **“Os argumentos apresentados, de fato, não são novos, em sua maioria, e têm sido apresentados repetidamente na literatura acadêmica e em fóruns públicos pelos mais eminentes filósofos e bioeticistas do mundo, incluindo Peter Singer, Michael Tooley e John Harris na defesa do infanticídio, que os autores chamam de aborto pós-nascimento”.**

Chamar os estudiosos citados de “mais eminentes filósofos e bioeticistas do mundo” é forte. É como dizer, em minha modesta opinião, que um show do Martinho da Vila na Academia Brasileira de Letras equivale à obra de Machado de Assis.

Savulescu ainda diz:

> **“(...) o objetivo do *Journal of Medical Ethics* não é apresentar a Verdade ou promover determinada visão moral. É apresentar argumentos bem fundamentados baseados em premissas amplamente aceitas. Os autores provocativamente argumentam que não há diferença moral entre um feto e um recém-nascido. Suas capacidades são similares de forma relevante. Se abortar é permissível, infanticídio também deveria ser. Os autores prosseguem de forma lógica a partir de premissas que são aceitas por muitas pessoas para concluir o que muitas dessas pessoas rejeitariam.”**

A Verdade com V maiúsculo normalmente é usada em tom de ironia por relativistas. É aquela velha história de que não existe a Verdade, ou ninguém pode mostrar a Verdade (somente quem enunciou tal frase negando tal possibilidade, entende?) É como dizer que “a única Verdade é que não é possível anunciar a Verdade”. É só uma frase contraditória e sem sentido.

Quanto à visão de determinada moral, eles promoveram uma visão moral específica que inclui morte de bebês para manutenção do conforto psicológico e material dos seus pais e da sociedade. A vida perdeu sua posição hierárquica na escala de valores, conforme subentendido pelos autores.

E, enfim, se fossem utilizadas premissas amplamente aceitas, o editor não estaria lamentando as respostas mal educadas que recebeu. As premissas podem ser aceitas em um pequeno grupo de estudiosos de bioética movidos por ideologias comuns, mas não se aplica à comunidade geral dos estudiosos do assunto, e muito menos à população como um todo. Acho que ele falhou redondamente em seu julgamento. E continuou falhando quando conclui dizendo:

> **“O que a resposta a esse artigo revela, através do microcosmo da rede (Internet), é a profunda desordem do mundo moderno. Não que as pessoas devessem argumentar a favor do infanticídio, mas a profunda oposição que existe agora aos valores liberais e a oposição fanática a qualquer tipo de atividade racional”.**

Por fim, Savulescu se coloca como a voz da razão encarnada, utilizando para isso a mais pura linguagem mitológica. Desordem do mundo moderno subentende uma ordem ideal. Fica óbvio que essa ordem ideal subentende muitos aspectos que Savulescu defende, e muitos desses aspectos estão dentro do espectro político e ideológico liberal de esquerda.

Oposição aos valores liberais dessa ordem ideal é um pecado absoluto – Savulescu chama de oposição fanática – contra a deusa Razão, doadora de sentido transcendente para a humanidade esclarecida, representada por ele e outros liberais. Oposição fanática se refere provavelmente a pessoas cegas à deusa razão-liberal, pessoas que ousam acreditar em outra coisa que não são aquelas verdades pregadas pelo evangelho de Singer, Savulescu, Giubilini e Minerva. Argumentação racional, nesse sentido, equivale dizer argumentação

baseada na verdade aceita e endossada pelo revisor do periódico em questão. A pior forma de preconceito é aquela que se julga imparcial e detentora da razão plena.

Por que não são ele e seus amigos transumanistas e/ou eugenistas, os fanáticos? Se a discordância o fere tanto assim, a ponto de deixar subentendido que a expressão alheia discordante é fanática e não participa do grupo que endossa suas premissas "amplamente aceitas", não seria ele próprio um fanático preso a determinada visão de mundo contemporânea?

Savulescu pode ter seus valores racionais e ordenados de fundo liberal, mas, segundo ele, o resto é fanatismo e violência, principalmente se o resto discorda dele ou se escandaliza com o que ele publica em seu periódico de ética. Ele pode acatar a defesa do assassinato de bebês indefesos e de fetos, mas violento é quem manda cartinhas revoltadas contra adultos.

Aqui está explicitado um choque entre duas cosmovisões. Uma é compatível com a medicina que ampara o doente, que o acolhe e conforta, e que valoriza a vida. Outra é uma medicina que busca a supermáquina, o ser humano transumanizado, aprimorado por valores representados de forma "racional" pelos "liberais".

A primeira é a medicina que nós conhecemos. A outra é eugenia travestida de argumentação pseudológica. Resta-nos perguntar, qual será compatível com a existência de uma boa sociedade.

Quero concluir afirmando que a medicina não é assassina de bebês. Qualquer médico que honre o nome de sua profissão, que tenha vocação, se negaria terminantemente a matar fetos ou bebês, acima de tudo por motivos tão imbecis e fúteis quanto os apresentados. Não é fazendo uma lei que permita tais atrocidades que o que é errado se transformará em correto. Um médico que aceita a profissão de executor e torturador, mesmo que agindo dentro da lei criminosa de um país que permite abortamentos e infanticídios, não é médico de forma alguma; não tem o menor direito de exigir ser reconhecido como tal. É um bandido letrado e proficiente.

Se a medicina se prestar a tais horrores, se o joelho dos médicos se dobrar aos carrascos de fetos e bebês, uma monstruosidade terá sido criada. No lugar do

ombro amigo de um médico preocupado com o bem do paciente e da vida humana, as pessoas verão surgir um terrível juiz. E desse juiz virá a sentença disparada por uma burocracia que definirá o quanto você é pessoa e o quanto você merece viver.

A medicina não é isso e não pode ser isso jamais. Ajude a cultura de seu país a negar a destruição de seus médicos e demais profissionais da saúde. Estamos sofrendo uma verdadeira lavagem cerebral e dependemos dos valores de nossos pacientes e de suas famílias para ajudar a defender essa coisa tão frágil e maravilhosa chamada de VIDA.

Cartas do Diabo ao seu Aprendiz é uma coletânea de contos bem humorados que relatam cartas de um velho diabo ensinando um jovem diabo a tentar um cristão. C. S. Lewis recria situações corriqueiras em tons cômicos e surpreendentes. Os leitores da época lhe pediam que escrevesse sempre mais a respeito das diabruras mal sucedidas do jovem tentador, mas o próprio Lewis encerrou as "cartas" justificando que elas lhe deixavam um gosto de cinzas na boca, uma amargura presente, por mais que tentasse dar contornos levemente irônicos às situações descritas.

Deixo ao leitor a curiosidade para procurar na internet e obter maiores informações sobre tais empreendimentos.

Nas palavras do próprio Olavo de Carvalho: "A esquerda – toda a esquerda, sem exceção – enxerga o tempo histórico às avessas: supõe um futuro hipotético e o toma como premissa fundante da compreensão do passado. Em seguida, usa essa inversão como princípio legitimador das suas ações no presente. Como o futuro hipotético permanece sempre futuro, e por isso mesmo sempre hipotético, toda certeza alegada pelo movimento esquerdista num dado momento pode ser mudada ou invertida no momento seguinte, sem prejuízo, seja da continuidade do movimento, seja do sentimento de coerência por baixo das mais alucinantes incoerências", em "Ser conservador é não ser jamais o portador de um futuro radiante" – entrevista de Olavo de Carvalho a Bruno Garschagen em janeiro de 2008.

Troll, na linguagem da Internet, é aquela pessoa que fomenta discussões acirradas ou utiliza argumentos ofensivos e violentos para gerar confusão no ambiente virtual. Geralmente o único propósito de um *troll* é causar confusão, ou gerar posições polêmicas e controversas para assustar editores sensíveis de periódicos que pregam o abortamento pós-nascimento.

ANEXO I

NO RASTRO DE HIPÓCRATES

O Juramento de Hipócrates é algo desconcertante.

No Brasil, onde as pessoas adoram fazer de conta, o juramento de mais de dois mil anos tornou-se uma formalidade. Só não é dispensada totalmente por muitos formandos e professores de medicina por ainda gerar aquela impressão de que a imitação da realidade que o brasileiro tanto gosta de fazer está um pouco mais próxima do original. Na incapacidade assumida de fazer algo pleno, basta a farsa. Poucos no Brasil querem a coisa de verdade, contentando-se com sua imagem projetada e distorcida.

Em algumas colações de grau o mesmo nem é feito. Mas até aí, tudo dentro do esperado no cenário de mediocrização do médico em geral. Não é só o Brasil que está destruindo o caráter de seus médicos, e entre outros que também estão acabando com a medicina, não somos nem mesmo o país de vanguarda. Até a parte ruim o Brasil continua imitando.

O Juramento também encontra seus críticos, como o Dráuzio Varella,[60] figurinha freqüente da Rede Globo e ídolo de muitos médicos brasileiros politicamente corretos e não-médicos que gostam de opinar sabiamente sobre a saúde. Dráuzio, seguro com seus mais de 30 anos de prática médica, afirma que:

“Está na hora de acabar com o ritual do juramento de Hipócrates nas cerimônias de formatura. Para que manter essa tradição? Os advogados, por acaso, juram que defenderão a Justiça? Engenheiros e arquitetos precisam jurar construir casas que não caiam?”

Antes jurassem, não é mesmo? Na verdade, advogados juram sim. Reformulando: antes tentassem cumprir o que juram.

“O juramento de Hipócrates está tão antiquado que soa ridículo ouvir jovens recém-formados repetirem-no feito papagaios. Que me desculpem os tradicionalistas, mas faz sentido jurar por Apolo, Asclépio, Higeia e Panaceia não fazer sexo com escravos quando entramos na casa de nossos pacientes? Ou não usar o bisturi, mesmo em casos de cálculos nos rins? Ou prometer ensinar nossa profissão gratuitamente aos filhos de nossos professores, como Hipócrates preconizava? Por que

não estender esse privilégio a todos os que estiverem dispostos a estudar? Existe visão mais corporativista?”

A interpretação literal do Juramento e a ocultação de seu valor simbólico e dos valores defendidos como princípios gerais são grotescas, mas não ousaria culpar o Dráuzio por sua falta de qualidade no imaginário ao julgar o Juramento. Poder-se-ia dizer que meu colega televisivo é mais uma vítima da mediocrização médica e da falta de cultura entre meus próprios colegas. E faço uma concessão: partindo do princípio que formandos repetem o Juramento como papagaios, realmente soa ridículo.

Considerando isso, o correto não é destruir ou banir o Juramento, o correto é ensiná-lo direito, ora bolas.

Antes de prosseguir, aqui está o Juramento em seu formato original.[61]

Juro por Apolo médico, Asclépio, Hígeia, Panacéia e todos os deuses e deusas, fazendo-os testemunhas de que, conforme minha capacidade e discernimento, eu cumprirei este juramento e compromisso escrito: “Considerar aquele que me ensinou esta arte igual a meus pais, compartilhar com ele meus recursos e se necessário prover o que lhe faltar; considerar seus filhos meus irmãos, e aos do sexo masculino ensinarei esta arte, se desejarem aprendê-la, sem remuneração ou compromisso escrito; compartilhar os preceitos, ensinamentos e todas as demais instruções com os meus filhos, os filhos daquele que me ensinou, os discípulos que assumiram compromisso por escrito e prestaram juramento conforme a lei médica, e com ninguém mais; utilizarei a dieta para benefício dos que sofrem, conforme minha capacidade e discernimento, e além disso evitarei o mal e a injustiça; não darei a quem pedir nenhuma droga mortal e nem darei esse tipo de instrução; do mesmo modo, não darei a mulher alguma pessário para abortar; com pureza e santidade conservarei minha vida e minha arte; não operarei ninguém que tenha a doença da pedra, e cederei o lugar aos homens que fazem isso; em quantas casas eu entrar, entrarei para benefício dos que sofrem, evitando toda injustiça voluntária ou outra forma de corrupção, e também atos libidinosos no corpo de mulheres e homens, livres ou escravos; o que vir e ouvir durante o tratamento sobre a vida dos homens, sem relação com o tratamento e que não for necessário divulgar, calarei, considerando tais coisas segredo.” Se cumprir e não violar este juramento, que eu possa desfrutar minha vida e minha arte afamado junto a todos os homens, para sempre; mas se eu o transgredir e não cumprir, o contrário dessas coisas aconteça”.

De volta ao Dráuzio.

“Embora o juramento contenha intenções filosóficas louváveis a respeito da ética no relacionamento com as pessoas que nos procuram em momentos de fragilidade física e psicológica, convenhamos que a visão social do pai da medicina deixava muito a desejar. Ele era médico dos cidadãos gregos e da aristocracia da vizinhança atraída por sua fama merecida; se alimentava alguma simpatia pelo contingente de escravos que constituía a maior parte da população da Grécia naquele tempo, soube disfarçá-la em seus escritos”.

Algumas pequenas concessões são feitas, porque hoje em dia fica mal você executar uma crítica passional, plena, inflamada. Você precisa criticar, mas criticar sutilmente, abrindo pequenos espaços para mostrar sua bondade e sua gentil tentativa de ver o outro lado da questão. Hipócrates era até louvável, mas...

Estranho achar que Hipócrates disfarçava em seus escritos a simpatia que tinha pelos escravos quando no próprio Juramento, que provavelmente tinha valor até mesmo litúrgico, o danado do médico escreve que *"(...) em quantas casas eu entrar, entrarei para benefício dos que sofrem, evitando toda injustiça voluntária ou outra forma de corrupção, e também atos libidinosos no corpo de mulheres e homens, livres ou escravos(...)"*. Acho que o editor aristocrata de Hipócrates deixou esta escapar, não é?

Quando vejo uma dessas críticas que se pretendem completamente amorfas, moderadas e inodoras, lembro cada vez mais de como é empolgante ler alguém com o "*talento da provocação*". Mesmo que discorde, é ótimo poder discordar enraivecido de alguém com veemência, com paixão. Não ficar nesse "nhém nhém nhém".

Por que Dráuzio e outros brasileiros em geral não elevam "*o menor problema ao nível do paradoxo e à dignidade do escândalo, manejando o anátema com uma crueldade combinada com fervor*", criando uma "*obra rica em excessos*"?[62] Até as discordâncias os brasileiros as fazem em tom de imitação, quase concordando, apaziguadas e em cima do muro, mornas como aquilo que é vomitado.[63]

Falando em concessões condescendentes do brasileiro típico, vamos adiante.

"Sem desmerecer o valor científico de Hipócrates, observador de raro talento, que fugiu das explicações religiosas e sobrenaturais, deixou descrições precisas de enfermidades desconhecidas na época e abriu caminho para a medicina baseada em evidências, repetir o juramento escrito por ele sem fazer menção ao papel do médico na preservação da saúde e na prevenção de doenças na comunidade é fazer vistas grossas à responsabilidade social inerente à profissão".

Duvido que no Brasil alguém consiga se formar médico sem escutar toda uma ladainha repetitiva de responsabilidade social, prevenção e preservação da saúde. A coisa é repetida à exaustão. Quanto à menção da prevenção e da preservação

no próprio texto do Juramento, o que é necessário é não fazer vistas grossas à simbologia utilizada, e ao valor subentendido ao se usar o nome de certos deuses antigos. Simbologia esta tão rica e significativa que entrou na Era Cristã preservada.

Apolo e Esculápio, ou Asclépio, remetiam à medicina propriamente dita, à cura e à salvação dos males. Higéia, filha de Esculápio, era associada à prevenção de doenças e à continuidade da boa saúde; cuidava da limpeza e do saneamento, dando origem à palavra higiene. Panacéia, irmã de Higéia, era a deusa da cura, irmã de Meditrina (longevidade), Algéia (beleza natural) e Akeso (recuperação). Considerando a linguagem poética, carregada de simbolismo, e os valores subentendidos, como um médico global pode ignorar que o Juramento já era atualíssimo, considerando os dias de hoje, há mais de dois mil anos?[64] A medicina moderna é que se afastou do Juramento original ao entrar no mecanicismo reducionista do Iluminismo e cair no cientificismo barato.

“Por outro lado, aos olhos da sociedade, a mera existência de um juramento solene dá a impressão de que somos sacerdotes e de que devemos dedicação total aos que nos procuram, sem manifestarmos preocupação com aspectos materiais como as condições de trabalho ou a remuneração pelos serviços prestados, para a felicidade de tantos empresários gananciosos”.

Aqui fica clara a técnica dos oito-oitenta, ou a restrição erística de opções. Não há uma separação abstrata entre cuidar do aspecto material e cuidar do bem do paciente sob um aspecto vocacional sacerdotal. Pelo contrário, médicos que cuidam de si e de seu local de trabalho beneficiam o paciente de muitas formas e cumprem sua vocação, seu chamado.

Subjacente à crítica de médicos movidos por nobres ideais sacerdotais, até mesmo ufanistas, não estaria um pouco daquilo que José Ortega y Gasset, ou o médico Jose Ingenieros, denunciam em suas obras?[65]

Talvez o médico hoje em dia seja tão mal falado, tão medíocre e tão avesso às discussões mais profundas por ser o resultado mesmo da rebelião das massas, por fugir da sua vocação como o diabo foge da cruz. Talvez o médico seja mal falado por ter aceitado se tornar um burocrata da saúde.

“Por causa desse pretenso sacerdócio, os médicos se submetem ao absurdo medieval dos plantões de 24 horas, seguidos por mais 12 horas de trabalho continuado no dia seguinte, em claro desprezo

à própria saúde e colocando em risco a dos doentes atendidos nesses momentos de cansaço extremo. Outros podem passar por isso uma vez ou outra, mas nunca sistematicamente, todas as semanas, contrariando o mais elementar dos direitos trabalhistas: o de dormir".

Do pretenso sacerdócio não se segue que seja necessário trabalhar como uma mula. E os sacerdotes medievais não eram sistematicamente submetidos a condições extremas. Talvez os médicos hoje se submetam a tais condições por coisas menos nobres que seus ideais, não acham? Reforço, estamos diante de um *non sequitur*. Da submissão a plantões desumanos não se segue que a causa seja nobreza de ideais.

"O que faz da medicina uma profissão respeitável não são as noites em claro nem o conteúdo do que juramos uma vez na vida, muito menos a aparência sacerdotal, mas o compromisso diário com os doentes que nos procuram e com a promoção de medidas para melhorar a saúde das comunidades em que atuamos".

Nisso eu posso concordar. A vocação não é uma aparência, não é o conteúdo de um Juramento. É o compromisso que está subjacente ao Juramento, é o compromisso diário com os doentes. E por ser um compromisso, que transcende coisas materiais, é um tipo de sacerdócio. Não pode ser tão difícil assim de entender, pode?

Para poupar o leitor, que pode acessar o texto original do Dráuzio e ler a seqüência de recomendações adequadas e óbvias e, por isso mesmo, jamais desnecessária, pois falar o óbvio ainda é algo difícil de encontrar no geral, vamos ao final, no qual é encerrada a crítica ao Juramento.

"Muitos procuram nossa profissão imbuídos do desejo altruístico de salvar vidas. Nesse caso, encontrariam mais realização no Corpo de Bombeiros, porque a lista de doenças para as quais não existe cura é interminável. Curar é finalidade secundária da medicina, se tanto; o objetivo fundamental de nossa profissão é aliviar o sofrimento humano".

Mas o Juramento não se restringe à cura. Se restringe ao bem do paciente e à não-maleficência. O que parece ter acontecido é uma mutação de Hipócrates num médico moderno, extremamente atarefado, cansado, saindo de um plantão de 24 horas e indo para outro de 12 horas, desumanizado, medíocre e preocupado com as aparências. Dráuzio enxergou seu "vilão favorito" no Juramento de Hipócrates, recriando o Juramento para que servisse à sua crítica.

É a desgastada técnica do espantalho: na falta de um oponente adequado, cria-se um.

A crítica amena do Dráuzio até poderia ser boa, se falasse realmente do Juramento e não de outra coisa qualquer rotulada de Juramento.

E olhando para o passado, veremos que Hipócrates não foi um tradicionalista reacionário. Pelo contrário, em sua época médicos se prestavam ao papel de infanticidas, abortistas, envenenadores a contrato e outras coisas menos salutares. Hipócrates fundou uma escola específica, um grêmio de nobres médicos que aderiam a uma série de valores. Valores estes que perduraram por mais de dois mil anos. Hoje, quando alguém quer voltar ao tempo da barbárie onde o ser humano deixava de ser pessoa e poderia ser jogado de cima de um monte por ter nascido deformado, ou ser morto dentro da barriga da mãe para não prejudicar sua aparência,[66] este alguém é que é o verdadeiro "reacionário", querendo jogar fora tantas conquistas que fundaram nossa civilização para regressar ao tempo do médico não-hipocrático, ao tempo das pessoas instrumentalizadas, desumanizadas.

Voltando ao Juramento, podemos interpretá-lo de diversas formas, e seremos influenciados pelo nosso imaginário, pelas nossas qualidades e pelos nossos defeitos ao fazê-lo. Se eu sou mesquinho, corporativista e cínico, verei o Juramento como algo desprezível.

Se eu tento ser um médico bom, apesar de minhas imperfeições, posso experimentar a rica simbologia do Juramento de Hipócrates e entender que ele não fala de corporativismo, fala de gratidão e lealdade. Ele não fala de homens que devem ser escravos, fala de pessoas que devem ser tratadas de forma humana independentemente de sua classe social. Não fala de médicos presos às aparências, mas fala de médicos que respeitam a fragilidade de seus pacientes e respeitam sua profissão.

É preciso também entender que o Juramento tem prescrições gerais, prescrições específicas com possíveis generalizações e contextualizações sem valor prescritivo.

Como prescrições gerais, geradoras de princípios práticos da profissão médica de forma direta, podemos observar:

– Respeito a princípios morais transcendentais como norteadores da profissão ao evocar os deuses;

– Utilizar o conhecimento para benefício dos que sofrem, utilizando para isso o melhor discernimento possível, isto é, não ser negligente;

– Evitar o mal e a injustiça, o que antecede e fundamenta os princípios basilares descritos na obra de Childress e Beaucham: *Princípios de Ética Biomédica*;[67]

– Buscar viver uma vida preservando seu caráter e seus valores (pureza e santidade).

Prescrições específicas que refletem valores generalizáveis ainda essenciais à prática médica incluem:

– Respeito ao colega médico, ao professor e ao aprendiz, embora o contexto dessas relações tenha mudado e os valores da sociedade cristianizada tenham liberado progressivamente a mulher de sua condição antiga de instrumento de prazer e reprodução para o homem e tenham abolido a noção de escravidão como algo normal na humanidade;

– Entender que para ser médico é necessário muito mais do que conhecimento. É necessária uma postura, um código de valores, o Juramento vivido, não apenas jurado para manutenção das aparências. Ao restringir o ensino da medicina àqueles que prestaram o juramento, conforme a lei médica, há o entendimento que para ser médico é preciso seguir um ideal de vida, de profissão (professar algo);

– Defesa da vida como algo digno em si mesmo, ao negar a prescrição de veneno ou fármaco letal, orientações que facilitem a eutanásia ou a realização do aborto. Obviamente este princípio é odiado e atacado continuamente pelos defensores do aborto e da eutanásia;

– Não executar atos para os quais não foi preparado, ao negar a realização da cirurgia da doença da pedra, reservando-a para os que “fazem isso”, subentendendo a responsabilidade e a auto-crítica consciente, pedra fundamental da humildade;

– Enxergar os seres humanos além de suas classes sociais ou gêneros, ao não diferenciar homens livres de escravos e mulheres de homens;

– Respeitar a fragilidade do paciente e ser confiável ao jurar não se aproveitar de forma indevida de sua posição como médico. O contexto do Juramento prevenia contra a obtenção de favores sexuais;

– Buscar ser um profissional de caráter, confiável e digno, ao se comprometer ao sigilo do que escutar, entendendo que tudo ocorre dentro de um contexto e que certas informações deverão ser reveladas como questão de justiça.

Até então, uma interpretação adequada e bem intencionada do Juramento, sem criar espantalhos malignos, demonstra que Hipócrates estava certíssimo. Usando as palavras de Paul Johnson ao se referir a Sócrates, ele era "um homem de nosso tempo",[68] embora eu prefira dizer que Hipócrates e Sócrates são homens de "todos os tempos".[69]

Mas ainda há aquelas contextualizações sem valor prescritivo, que mostram detalhes da sociedade onde Hipócrates vivia e trabalhava, mas não mostram exatamente quais eram os valores específicos defendidos pelo Juramento, valores estes que fazem diferir o médico do cidadão comum daquela época. E é justamente sobre as contextualizações não prescritivas que aqueles que querem destruir o Juramento irão tecer suas críticas.

A coisa é de um nível tão baixo e de uma forma de pensamento tão medíocre que seria cômica se não fosse trágica e se não acontecesse em nosso país.

Por exemplo, ao ler que no Juramento são mencionados escravos, alguns implicam com o velho barbudo (Hipócrates) e se queixam de que ele concordava com a escravidão. Ao lerem que no Juramento somente homens seriam ensinados, acusam-no de machismo. Ao lerem a invocação dos deuses antigos, acusam Hipócrates de superstição. Ao lerem que o ensino será restrito aos que juraram, gritam logo que era corporativista, como se na Grécia antiga ele estivesse à frente do sindicato dos médicos do ABC de Atenas ou algum absurdo extemporâneo do tipo. É medonha a incapacidade de interpretação e contextualização de alguns críticos, que não sei se são chamados assim pela sua atitude ou pelo conteúdo de seus cérebros, em estado crítico.

E para piorar, o crime que deve fazer com que os ossos de Hipócrates, ou a poeira que restou dos mesmos, se revire nas profundezas da terra ou do mar onde

se encontram: amputam o Juramento com a cara mais deslavada e ainda o rotulam como Juramento de Hipócrates.

Os exemplos são gritantes e auto-explicativos, ou depreciativos, como quiser.

Retirado da Universidade Federal de Minas Gerais,[70] da maioria das faculdades de medicina do Brasil[71] e, pasmem, do código de ética dos estudantes de medicina, alimentados com um conteúdo empobrecido e descaracterizado, como pode ser observado no portal do próprio Conselho Federal de Medicina,[72] aqui está o que sobrou do Juramento:

> **Prometo que, ao exercer a arte de curar, mostrar-me-ei sempre fiel aos preceitos da honestidade, da caridade e da ciência. Penetrando no interior dos lares, meus olhos serão cegos, minha língua calará os segredos que me forem revelados, o que terei como preceito de honra. Nunca me servirei da minha profissão para corromper os costumes ou favorecer o crime. Se eu cumprir este juramento com fidelidade, goze eu para sempre a minha vida e a minha arte com boa reputação entre os homens; se o infringir ou dele afastar-me, suceda-me o contrário.**
>
> **(Hipócrates, 450 a.C.)**

Onde estão os preceitos e princípios transcendentais? Tudo virou bons costumes e reputação. Onde está a valorização da vida? Onde está a devoção do médico à sua profissão? Realmente, se o Dráuzio olhou para “este” juramento amputado e debilitado, ele deve ter ficado com uma péssima impressão mesmo.[73] O que nossas instituições de ensino e conselhos médicos nos oferecem não passa, no fim das contas, de um espantalho disforme.

Com um desrespeito total ao passado e aos valores fundamentadores da medicina, com uma mediocridade de caráter acachapante e com esta versão esdrúxula e ridícula do Juramento ancestral de Hipócrates, chego a acreditar que nossa medicina faria bem em deixar de jurar esta versão amputada do Juramento para estudar um pouco mais e debater o que quer ser quando crescer em termos humanísticos.

Que Hipócrates tenha piedade de nossos médicos de hoje em dia.

---

http://drauziovarella.com.br/drauzio/o-juramento-de-hipocrates/

Conforme tradução de Wilson Alves Ribeiro Júnior em http://warj.med.br/pdf/juramento.pdf.

Trechos retirados do “Ensaio sobre o pensamento reacionário” escrito por Emil Cioran, que critica indiretamente a si mesmo ao ressaltar as qualidades e defeitos de De Maistre, como se ele fosse um alter ego seu. Cioran E. *Exercícios de Admiração*, Rio de Janeiro, Editora Rocco LTDA, 2011.

Ap 3,15-16: “Conheço as tuas obras, que nem és frio nem quente. Quem dera fosses frio ou quente! Assim, porque morno és, nem quente, nem frio, estou a ponto de vomitar-te da minha boca”. Bíblia de Estudo de Genebra. “Conheço tua conduta, não és frio nem quente. Oxalá fosses frio ou quente! Assim, porque és morno, nem frio nem quente, estou para te vomitar de minha boca”. Bíblia de Jerusalém.

http://medicinadoestilodevida.com.br/hipocrates/, escrito pelo Dr. Alexandre Feldman.

José Ortega y Gasset escreveu o livro *Rebelião das Massas*, e José Ingenieros escreveu o *Homem Medíocre*. Ambos denunciavam os perigos de se deixar uma sociedade ser guiada por pessoas medianas e ressentidas, ao mesmo tempo em que os melhores, os mais dedicados, os mais nobres, são destruídos ou reduzidos por um sentimento de ódio e inveja coletiva.

Como descreve Aulus Gellius, sobre a visão desfavorável que Favorinus (80 d.C. -150 d.C.) tinha das mulheres que abortavam para manter sua beleza, em *Noites Áticas*. V. também: http://abort73.com/abortion_facts/ancient_abortion_history/

Os princípios são *beneficência, não-maleficência, justiça e autonomia*. Beauchamp TL, Childress J.F., *Princípios de Ética Biomédica*. São Paulo, Loyola, 2011.

Paul Jonhson. *Sócrates, um homem de nosso tempo*.

Como Olavo de Carvalho explica em sua obra *História Essencial da Filosofia*, nos capítulos iniciais onde trata do projeto filosófico e da tríade Sócrates, Platão e Aristóteles, lançada pela É Realizações.

Cf. http://www.medicina.ufmg.br/noticiasinternas/wp-content/uploads/2007/07/juramento-de-hipocrates-meidicna-ufmg.pdf

Cf. http://usuarios.cultura.com.br/jmrezende/juramento.htm

Cf. http://www.portalmedico.org.br/arquivos/CodigodeEticaEstudantes.pdf

Essa é uma concessão que não pode ser feita de fato, pois Dráuzio cita trechos do original. Que pena.

ANEXO II

PELO DIREITO DE MATAR OS MONGOLÓIDES

No dia 10 de janeiro de 2009, um jornalista e empresário de nome José Loubeh publicou um texto de repercussão negativa no Jornal de Uberaba. Provavelmente ele não esperava tal reação.

Abaixo eu reproduzo o texto no qual ele desfilou suas pérolas sobre o abortamento eugênico de “mongolóides”, na coluna “Opiniões”:

> **“Síndrome de Down: terrível desordem congênita, indevidamente chamada por leigos “mongolismo”. Leigos? Até meu Aurélio velho de guerra (ed. 1986) registra “mongolismo” e “mongolóide”, que, após enérgico protesto da República Popular da Mongólia perante a ONU, foram abolidos. Inicialmente, por que não refundar as APAES? Essas ONGs, dirigidas por beneméritos cidadãos que lutam para conseguir escassos recursos (tão abundantes em eleitoreiras doações para blocos carnavalescos), deveriam ser dirigidas pelos religiosos que combatem o aborto! Eles facilmente custeariam as despesas com pequena parte dos dízimos e ofertas tomados dos pobres e humildes, que são os que mais sofrem, como veremos abaixo. Explico: não é de hoje que a medicina pode evitar o nascimento de bebês Down, ou “trissomia 21” (ver na internet reportagem na *Folha de São Paulo*, edição de 2 de maio de 2005). Os meios de comunicação, por ignorância ou (criminosa) má-fé, escondem que um corriqueiro exame de sangue – feito na 11° semana da gravidez –, em conjunto com ultra-sonografia, diminuirá em até 95% o risco de nascer um bebê Down! Quer dizer: se antes nasciam aproximadamente uns 100 bebês Down por 50 mil partos, o risco foi dramaticamente reduzido: 100 em 700 mil! Só que tem um porém (em tudo há um porém). O exame pouco adianta em países onde o aborto é proibido. O geneticista clínico Dr. Eduardo Vieira Neto, da clínica DLE, após estudo com 3.500 gestantes, confirmou a eficácia do exame e foi premiado pela Sociedade Brasileira de Patologia Clínica. “Esse exame é mais difundido em países com prática do aborto liberada”, diz Vieira Neto. Em São Paulo fazem o exame, por apenas 300 reais, os laboratórios Fleury (www.fleury.com) e DLE (dle.com). Agora, se a gestante em risco tiver dinheiro, esqueça este artigo! Pegue avião para Havana ou Lisboa, onde o procedimento cirúrgico em questão é gratuito, em modernas clínicas estatais”.**

Várias mães de crianças portadoras da síndrome de Down responderam furiosas às besteiras escritas, e com razão. Mães que sofreram, obviamente, mas que descreveram no mesmo jornal grandes lições de vida proporcionadas pela experiência de ter um filho portador da trissomia do 21.[74]

O senhor Loubeh defende que a medicina pode acabar com a trissomia do 21. Como? É simples. Evitando o nascimento, diz ele, com um eufemismo torpe

para fazer rodeios e evitar usar a palavra adequada: gerando abortamentos assassinos.

O colunista distorce a realidade e as leis do Brasil dizendo que não descobrir a trissomia do 21 com o fim de realizar o assassinato da criança “deficiente” é que é crime. Curioso, não? Sua proposta “legal” é matar 95% das crianças que teriam Down! Na visão moral inversa, deixá-las vivas é que é criminoso.

Após o desfile de argumentos desumanos, o colunista escreve como se o risco fosse para a mãe. Ela teria o risco de ter um filho que não é perfeito.[75] E para evitar esse terrível transtorno de ser obrigada a cuidar e oferecer carinho para uma criança imperfeita, a gravidez de risco poderia ser interrompida numa “moderna” clínica estatal no estrangeiro. Cuba neles!

Usando os termos do senhor Loubeh, risco teve sua digníssima mãe ao pari-lo.

Sobre as clínicas modernas de Havana, felizmente espero que nossos Hospitais-Escolas jamais sigam o exemplo da medicina pública cubana,[76] o que na minha modesta e humilde opinião (compatível com quase todos os professores de medicina brasileiros dos centros mais modernos) seria um grave retrocesso.

Gastaríamos nosso dinheiro em assassinatos feitos por açougueiros que se dizem médicos, e o dinheiro gasto em pesquisa e medicina de verdade seria reduzido.

Só mais um detalhe: triste perceber o consenso geral de que somente “religiosos” combatem o aborto. Onde estão os defensores dos direitos humanos? Como alguém ousa classificar a futura criança como inumana? E aquela velha generalização da religião exploradora de dízimos na seqüência é uma desculpa estúpida para destilar preconceitos infundados.

Experiência semelhante, decerto, à que Diogo Mainardi descreve em seu livro *A Queda*, num contexto um pouco diferente: seu filho sofre complicações ao nascer num hospital italiano e tem paralisia cerebral. O que há em comum é o relato emocionante de como conviver com pessoas portadoras de deficiência nos torna seres humanos completamente diferentes, melhores.

Na verdade ninguém é perfeito, nem eu, nem o senhor Loubeh.

Cuba é felicitada por muitos entusiastas como o paraíso da baixa mortalidade infantil (http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/01/cuba-registra-taxa-mais-baixa-da-historia-de-mortalidade-infantil.html e http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=132886&id_secao=7), mas as informações precisam de uma análise mais cuidadosa, pois o que se observa de fato é que no Anuario Estadístico de Salud (2012, p. 166, in: http://files.sld.cu/dne/files/2013/04/anuario_2012.pdf) há uma

informação reveladora. Apenas no ano 2012, foram feitos 83.682 abortos provocados, o que significa que para 1000 mulheres em idade fértil (entre 12 e 49 anos de idade), 26,5 abortaram seus filhos. No ano 2012, 39,7% (mais de um terço e quase a metade) das gravidezes terminaram em aborto provocado. Isto pode indicar um controle da mortalidade infantil por meio de uma mortalidade artificialmente conduzida e chamada por outro nome.

ANEXO III

NOVAMENTE, UM CURIOSO JOGO DE PALAVRAS

Fui presenteado há algum tempo com um exemplar do jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*. Era a época em que o governo verificara a possibilidade de aprovar um Programa Nacional dos Direitos Humanos em sua terceira versão, o PNDH-III, como ficou conhecido.

Por ser basicamente um programa que aumentava em muito o poder do governo e impunha uma série de valores que ideologicamente despertaram e ainda despertam muito receio na população, o PNDH-III não foi aprovado, mas deixou muitos militantes da esquerda brasileira eufóricos com as inúmeras possibilidades de manipulação legal sobre o povo.

Um dos pontos de discussão do PNDH-III era justamente a questão do abortamento. E sua falha em obter sucesso no Brasil gerou revoltas em alguns meios que se dizem intelectuais. Um desses intelectuais revoltados foi quem publicou a defesa do abortamento no *Le Monde*.

Como a aprovação do abortamento voluntário toca profundamente a prática médica e os valores médicos e humanos em geral, considero oportuno analisar o texto escrito com o fim de mostrar até que ponto um dos valores mais básicos da medicina, que é a vida, está ameaçado. Assim como o artigo do infanticídio, neste texto há extensa camuflagem e manipulação semântica.

O artigo criticado foi publicado no número 31 (ano 3) do *Le Monde* pela Dra. Regina Jurkewicz (doutora se refere ao título obtido por pós-graduação em Ciências da Religião, não ao fato de ser médica). Regina também participa da organização pró-aborto[77] de alcance internacional chamada “Católicas pelo Direito de Decidir” (CDD), que de católicas nada têm. Pergunte ao Papa se quiser.

Foi interessante perceber que, apesar de repudiado pela grande maioria da população em temas como o abortamento, o PNDH-III foi feito por

“representações do povo”, um nome politicamente correto para grupos de militantes políticos que gostam de deliberar sobre a vida e o destino alheio enquanto o homem comum tem que trabalhar para sustentar sua família. Mas sempre que alguém criticar o PNDH-III ou qualquer outro similar, sempre será alegado o fato de que foi feito por “representações do povo” exercendo a “democracia participativa”. No caso do PNDH-III, cerca de 14.000 pessoas; muito pouco em relação aos milhões de brasileiros trabalhadores de fato. Ficaram muitos milhões de fora da participação democrática.

Mas vamos ao artigo do *Le Monde*.

Título: A ESCOLHA SOBRE O CORPO

O título já diz muita coisa. Os olhos do leitor são direcionados para um valor que teoricamente conta muito, ao ponto de virar título do artigo, enquanto se evita falar em termos como vida ou abortamento de forma destacada. Ressaltar um valor referente à estética corporal, ou à escolha humana sobre um corpo, acima do questionamento sobre qual o valor da vida de alguém, qual o valor de um bebê e seu potencial para todo um povo, é algo que pode variar do fútil ao bárbaro e desumano.

Já a palavra “escolha” é sutilmente empregada para significar liberdade. Uma simples análise dialética revela prontamente que “escolha” subentende submissão à escala de valores alternativos aos valores cristãos ou aos direitos universais considerando o feto um ser humano vivo. Submissão a valores propostos pela militância cultural simpática à doutora Jurkewicz, coincidentemente, de origem inerentemente anticristã.

Toda liberdade é contingente (a não ser a Divina, mas tenho certeza de que a doutora não está no campo da teologia). Logo, dizer-se livre é dizer-se livre de algo em prol da submissão a outra coisa. Dizer-se apto a escolher é dizer-se apto a negar algo em prol da aceitação de outra coisa. A escolha não supõe somente liberdade, mas supõe servidão a diferentes escalas de valores, sendo que uma delas é profundamente anticristã e antiocidental. O fato é que o ponto de vista apresentado foi unilateral.

A maquiagem semântica é desprezível, mas é perfeitamente capaz de enganar os menos críticos (e tolos em geral), e de empolgar os inocentes úteis cujos cérebros já foram solapados. Muitas idéias são passadas de forma subliminar: estética do corpo, prazer do corpo, liberdade do corpo, etc. Mas outras são suprimidas automaticamente ao se erguer tais valores como algo importante.

Observando um trecho em destaque pelo editor do jornal, temos uma informação reveladora, ainda mais para uma doutora em Ciências Religiosas:

> **“No campo dos direitos reprodutivos, enfrentamos uma situação grave: de um lado está uma parte da sociedade e do governo sensível ao sofrimento de milhares de mulheres obrigadas a recorrer a abortos clandestinos; e de outro lado, setores religiosos fundamentalistas que atuam em nome de uma defesa abstrata da vida”.**

A situação grave não é a existência da discordância, de um outro lado, conforme Regina deixa subentendido. Graças a Deus existem pessoas capazes de discordar e concordar. Graças a Deus existe até mesmo a Regina Jurkewicz, de quem gosto muito de discordar com veemência!

Nós não vivemos, e não podemos aceitar viver, numa ditadura do pensamento Orwelliana, como no livro *1984*.

A doutora que protege o abortamento pode considerar que a existência de opositores ideológicos é um problema grave, assim como outros acharam (Stalin, Hitler, Mao, Pol Pot e demais figurinhas de caráter controverso), mas desde que ela fique no seu canto e aceite a realidade, o problema não passa daí, afetando somente algumas cabeças ocas facilmente influenciáveis.

O que poderia ser grave seria uma situação na qual milhares, ou milhões, de pessoas fossem prejudicadas ou morressem por causa da não-liberação do abortamento voluntário. Coisa que deve ficar bem clara desde agora como totalmente ilusória. Dados do DATASUS revelam que o número de mortes por abortamento em geral[78] é menor que 200 por ano em todo o Brasil. Isto não é um problema de saúde pública, mas sim, um problema de saúde moral e mental de alguns ideólogos. Isto é se desligar dos fatos.

Ao dizer que de um lado somente existe a sensibilidade ao sofrimento alheio, Regina mente e distorce descaradamente. Ela não detém o monopólio da bondade e ela não representa o único grupo de pessoas capazes de se sensibilizar

com a dor dos outros. Ela simplesmente comete um ato de vigarice intelectual, sentimentalista e barata, ao lançar esse pressuposto ridículo que transforma em monstros aqueles que discordam dela. Não passa de um recurso inválido que é tentar rotular o opositor de forma odiosa. Além do mais, qual a consideração que ela mostra em seu artigo pelos bebês indefesos?

Ao contrário do que afirma Regina, além de se preocuparem com a mãe, aqueles terríveis fundamentalistas ainda se preocupam também com o bebê, revelando de forma clara uma superioridade indiscutível na sensibilidade ao sofrimento alheio, sensibilidade que abarca mesmo aqueles incapazes de se defender ou de "escolher", como bebês e fetos.

Ninguém é obrigado a recorrer a abortamentos clandestinos. O abortamento clandestino é uma opção, não uma obrigação. Opções também ocorreram muito antes do abortamento ilegal: ter relações sexuais fora do casamento ou precocemente, não usar proteção durante a relação sexual, não procurar apoio religioso, médico ou psicológico durante a gravidez ou até mesmo antes dela, não valorizar a vida da criança que está para nascer, não se responsabilizar pelos próprios atos, culpar outra vida pelos seus erros, etc.

O abortamento clandestino é o resultado de muitas opções erradas (cada uma passível de melhor análise e intervenção) aliadas à existência de carniceiros que se dizem médicos e que estão prontos a realizar a pior das opções.

Regina transformou um problema, que é a dificuldade materna em ter o filho, num dilema falso, onde as opções são: preocupe-se com a mãe e mate o filho, ou preocupe-se com o filho e desconsidere a mãe. Isso não é a vida real, é uma simplificação tosca.

Mais um detalhe, agora de terminologia. Fundamentalismo não é fanatismo. Isso a doutora em Ciências da Religião deveria saber melhor. Porém "fundamentalismo" é uma figura de linguagem usada hoje em dia como palavra feia que designa pessoas ignorantes, fanaticamente cruéis e intransigentes, ligada no imaginário popular a terroristas que se dizem islâmicos. Creio que o uso ideologizado e notoriamente enviesado da palavra "fundamentalismo" por uma doutora em Ciências Religiosas só comprova a inaptidão ou a má-fé. O fundamentalismo em sua acepção original dentro da comunidade cristã buscava

justamente o “Fundamento”, a religião em sua forma original. Creio que as palavras que Regina queria usar são fanatismo estúpido, algo semelhante àquilo que certas pessoas sentem em relação à sua ideologia genocida[79] ou ao desejo de matar bebês.

A defesa da vida não é abstrata. A vida, mesmo sendo de difícil definição, é algo palpável e é pré-requisito de todos os outros valores imanentes a serem defendidos, pois sem vida o que nos resta neste mundo? Sem vida não há um corpo belo para se defender, sem vida não há nem mesmo uma escolha a fazer. Acusar a defesa da vida de ser abstrata é se recusar a enxergar a realidade ao seu redor.

Abstrato é usado pela autora como algo intangível, quase que inventado, algo imaterial e sem valor prático. Nada pode ser mais diferente disso do que a vida. A vida é real, é completamente palpável e, de regra, identificável. E a defesa dela pode ser tudo, menos abstrata. A vida das crianças abortadas pode não valer muito para a Regina, que hierarquiza a vida qualitativamente conforme estágios do ser humano, mas garanto que vale muito para a maioria das pessoas com bom senso, o suficiente para não a destruirmos.

Defender a vida é obrigação de qualquer pessoa com o mínimo de senso moral, religioso ou não. Defender a vida é uma das coisas que distingue nós, médicos, de um *serial killer* com aulas de anatomia e fisiologia. A defesa da vida é um dos pilares da sociedade, e Regina mente ao dizer que a defesa de um valor tão central é abstrata, mente muito. Ou mente ou simplesmente habita o mundo da lua, esse sim muito abstrato e distante de nossa realidade.

TORCENDO A ESTATÍSTICA

Para fundamentar suas opiniões numa pretensa “opinião pública”, a autora do artigo do *Le Monde* cita que:

> **“Há várias pesquisas nacionais que mostram a discordância da população brasileira [...] sobre a legislação vigente nessa área” e “foi divulgada uma pesquisa, cujos resultados apontam que a maioria dos paulistanos é contra a proibição do aborto”.**

O que não está dito é justamente o que faz toda a diferença. Vejamos as pesquisas citadas no *site* usado como bibliografia do artigo da Regina, *site* este organizado convenientemente pela própria instituição que se diz “católica” e que prega a legalização do abortamento voluntário:[80]

1. *A maioria dos católicos considera que a excomunhão não diminuirá o número de abortamentos ilegais*. Coisa óbvia, mesmo porque qual seria o impedimento de alguém que não respeita a lei de seu país em respeitar uma lei eclesiástica?

2. *A maioria das pessoas condena a excomunhão da mãe da menina do Recife que engravidou aos 9 anos de idade e da equipe médica* (baseados nos pressupostos de que (1) a menina corria risco de vida – o que ainda gera controvérsias – e de que (2) a gestação era secundária ao estupro por seu padrasto, o que caracteriza uma situação excepcional;

3. *A maioria das pessoas de uma região do interior do país tem a convicção de que o abortamento é pecado e que sua legalização aumentará o número de procedimentos*. Isto numa feira onde militantes pró-aborto foram “conscientizar”, isto é, doutrinar, as pessoas;

4. *A maioria das pessoas é contra o tratado entre o Vaticano e o Brasil* (Concordata); só imagino se as pessoas entrevistadas leram a *Concordata* na íntegra. Como regra geral, quanto menos alguém no Brasil leu sobre um assunto, mais confortável se sente em exprimir uma opinião;

5. *72% das mulheres católicas defendem o abortamento de fetos anencefálicos*. O que não é muita novidade, haja vista o raríssimo e trágico problema em questão, bem diferente dos incontáveis abortos por “comodidade”. Mas será que todos os que responderam à pesquisa sabiam dos diagnósticos diferenciais de

anencefalia? Duvido. E além do mais, por que todos os que defendem o aborto insistem em utilizar exceções à exaustão? Por que ninguém utiliza um exemplo de uma mãe que quer matar seu bebê para não ter estrias e ver o peito cair?

6. *A maioria das pessoas concorda com a pesquisa de células-tronco embrionárias*. Vale lembrar que o fazem após serem questionadas por uma pergunta um tanto tendenciosa e sem a informação prévia de que os avanços na época do questionário se encontravam principalmente no campo de células-tronco não-embrionárias, e que algumas pesquisas com células-tronco embrionárias haviam gerado câncer.

Essa é a bibliografia que justificava, na época, que a maioria da população "discorda" da legislação vigente, anunciada no texto como uma prova indireta de que "discordam" da ilegalidade do abortamento. Resumindo: Não confere.

As pesquisas não comprovam de jeito nenhum uma discordância da população frente à legislação vigente, e mesmo que discordasse da legislação, não se pode deduzir automaticamente que estão a favor de uma liberação indiscriminada ou ampla. É um blefe escancarado.

Já a outra bibliografia, usada para fins de defesa da tese estapafúrdia de que nosso povo quer abortar suas crianças, é uma pesquisa realizada pela "Nossa São Paulo", feita com 1500 pessoas acima de 16 anos somente na cidade de São Paulo. A pesquisa informa que mais de 60% são contra a proibição do aborto e apenas 6% estão satisfeitos com as políticas públicas acerca do tema.

E esse "contra a proibição do aborto" quer dizer contra a proibição em casos excepcionais como estupros e fetos anencefálicos ou quer dizer que se posicionaram contra a restrição ao aborto em geral? Uma pesquisa séria teria que revelar suas perguntas de forma bem explícita, infelizmente não consegui achar tais detalhes.

Pesquisando sobre a "Nossa São Paulo", é fácil descobrir que é uma rede de organizações "engajadas" politicamente. Logo, não é uma instituição que poderíamos considerar como idônea para pesquisar tal tema profundamente polêmico. Isso abre margem para muita especulação, ao ponto de se questionar se na elaboração dessa pesquisa não existiu uma cosmovisão prévia já estabelecida do que seria melhor obter das pessoas.

O que a “católica pelo direito de decidir” Regina não conta também é que outra pesquisa realizada nacionalmente, com uma amostragem maior que o dobro da utilizada pela “Nossa São Paulo”, representando a população brasileira de forma muito mais fidedigna, informa que:

1. Cerca de 68% das pessoas aprovam a atual legislação sobre o tema, e o índice vem aumentando desde 2006;
2. Cada vez menos pessoas desejam que o abortamento seja permitido em mais situações;
3. O número de pessoas que desejam a legalização do abortamento mantém-se estável nos últimos anos (10 a 11% da população).

A pesquisa é da Datafolha e desmente completamente os achados citados pela rede “Nossa São Paulo”. Considerando o histórico da Datafolha, o fato de não ser engajada em “ações sociais” de forma intervencionista e a melhor elucidação da metodologia, eu prefiro acreditar mais nela que na “Nossa São Paulo”.[81]

O que a autora Regina deseja fazer é pura e simplesmente engenharia social de péssima qualidade, é incutir atitudes, valores e opiniões na população usando estatística de forma tendenciosa. É defender uma suposta “liberdade de decidir” que mascara a imposição de uma opinião sem fundamentos adequados. É inserir na cabeça das pessoas os valores que detonarão a visão tradicional do que o médico deve defender, preparando o caminho para o dia em que médicos rotineiramente destruirão bebês dentro e fora de úteros, conforme já anunciam Giubilini e Minerva no artigo anterior.

Falando sobre credibilidade e acusações de fundamentalismo, lembro-me de outra pesquisa interessante que mostra quais são as instituições de maior credibilidade para os brasileiros: família, corpo de bombeiros e Igreja (76% de credibilidade conforme o Ibope em 2009). As “católicas” abortistas que tanto combatem a Igreja fundamentalista estão por fora desses 76% com certeza.

O artigo da doutora Regina é composto por figuras de linguagem dúbias e dados que não comprovam o que ela quer mostrar. A ausência de critérios melhores, ainda mais considerando que a autoria se deve a uma “doutora” em Ciências da Religião, é reprovável.

O ELEMENTO ESQUECIDO DA EQUAÇÃO SANGRENTA

Num abortamento voluntário, por definição ilegal, temos três agentes envolvidos diretamente:

1. O primeiro agente é a futura mãe (ou cúmplice de crime, dependendo de sua "decisão");
2. O segundo agente é o médico abortista (ou abortófilo, aborteiro, ou qualquer outro termo que você julgue mais correto politicamente para designar alguém que se diz médico e enfia instrumentos em um ser humano para eliminar outro ser humano em troca de algumas moedas);
3. O terceiro envolvido, e o único incapaz de decidir algo ou agir frente aos outros, é a criança ou feto.

O texto de Regina, repleto de eufemismos e linguagem politicamente correta, para entrar na mente alheia sem ferir moralmente, simplesmente só considera digno de atenção o primeiro agente. Somente a "escolha" do primeiro agente vale alguma coisa em termos de Direitos Humanos na concepção dela. Isso é estratégico, mesmo que não intencional, pois foge do repúdio imediato à menção do assassinato de uma nova vida, ou do caráter do médico que se presta a tal serviço de carrasco.

Não adianta fingir, não dá para apagar a presença do médico conivente e da criança indefesa dentro dessa equação sangrenta.

Mas o que faz a autora da apologia abortista? Ela fala de outros direitos e sujeitos de direito. Poderíamos enumerar:

1. Direitos sexuais e reprodutivos incluídos dentro dos Direitos Humanos;
2. Direitos de mulheres, jovens, crianças (exclui o feto, obviamente), deficientes físicos, homossexuais, bissexuais, transexuais e transgêneros.

Porém, o silêncio dela em relação aos fetos como sujeitos de direito oprime justamente aqueles que mais necessitam da defesa do Estado ou do cidadão comum, aqueles que são incapazes de brigar e de protestar, muito menos de publicar artigos em panfletos ideológicos como o *Le Monde* ou em periódicos científicos como o *Journal of Medical Ethics.*

A autora defende que, sem as mulheres, os direitos não são humanos (como se pudessem permanecer humanos ao pregar o extermínio de fetos). Nada mais óbvio. Mas onde está a “pegadinha”? O trecho seguinte é explícito:

> **“[...] direitos sexuais e os direitos reprodutivos são direitos humanos [...] universais porque abarcam todos os seres humanos desde o seu nascimento”.**

Para Regina, o feto não é humano e nem nasceu.

Filosoficamente já falei algo sobre Aristóteles e a questão do atual e do potencial como características de uma mesma substância. O feto é humano, é uma pessoa adulta em potencial que se encontra no estado atual de feto. Há uma identidade substancial que une os pólos de desenvolvimento, desde o feto até o idoso.

Por métodos científicos, o feto é inegavelmente e geneticamente humano.

Religiosamente falando, o feto carrega dentro de si personalidade e alma vivente diante de Deus.

Socialmente falando, o feto pode não se relacionar diretamente e ativamente, mas possui interação social indireta com o meio que o circunda. Provoca claras manifestações familiares e sociais que só não são visíveis para quem seja completamente estúpido ou para aqueles que habitem um mundo paralelo de faz-de-conta.

Logo, a definição da doutora em Ciências da Religião deve ser de origem política, econômica ou simplesmente baseada no seu achismo.

Aí mora um enorme perigo: definir o que é pessoa por critério subjetivo ou político, sem fundamentos adequados, é assustador. Isso abre portas para o que de pior a humanidade já presenciou, quando pertencer a um povo específico te desqualifica ou pertencer a determinada classe social faz de você um inimigo do “povo”.

Poderia se advogar também que o feto não seria humano por não ser produtivo economicamente, mas aí se entra na perigosa classificação que acabará por eliminar qualquer indivíduo improdutivo da sociedade, incluindo pessoas mais idosas e deficientes mentais. E, num governo totalitário, aquela pessoa produtiva que não preencheu as necessidades do sistema poderia ser comodamente taxada

de “não-pessoa”. A hipótese em si é terrível e creio sinceramente que Regina jamais pensou tal absurdidade. Deixemos esses conceitos eugênicos e sociais de pureza e produtividade para Stálin, Hitler e suas patotas.

Então de onde brotou essa idéia de que o feto não merece ser classificado como humano? Seria o feto então um cavalo? Seria um peixe? Seria uma pedra ou uma samambaia? Poderia ser um tatu-bola? O tatu-bola pelo menos é a mascote brasileira da Copa em 2014 e, quem sabe, poderia despertar um pouco de simpatia nos abortistas. Mesmo que fosse apenas outro animal que não o simpático tatu-bola, ainda assim a Sociedade Protetora dos Animais teria que ser alertada, ou o *Greenpeace*. Estão querendo matar os fetos e bebês! Salvem eles junto com as baleias!

A classificação é mesmo puramente política, baseada em certa ideologia. Não há qualquer outra forma de como pensar na classificação imposta pelo artigo do *Le Monde*. Poderia até pensar que a autora possui um ódio satânico pessoal contra crianças e fetos, mas aí a especulação iria longe, e nutro uma ingênua esperança de que tal ódio não seja o motivo que gere tanto desejo pelo abortamento alheio.

Poderia imaginar o lucro tremendo que médicos e associações que realizam o abortamento obtêm ao esquartejar crianças, e poderia buscar as fontes de financiamento de organizações como a *Planned Parenthood* e a “Católicas pelo Direito de Decidir”. Pessoas mais dedicadas do que eu já fizeram isto e obtiveram conclusões interessantes sobre o tão exacerbado “humanismo” dos defensores do abortamento. Deixo para o amigo leitor buscar as fontes por si mesmo e tirar suas conclusões sobre motivos econômicos escusos.

Numa frase de efeito, a autora dispara:

> **“[...] se os direitos sexuais e os direitos reprodutivos não são respeitados, então os direitos humanos não estão sendo respeitados”.**

Pense então no direito à vida! Se o direito à vida não for respeitado, nenhum outro direito será respeitado!

Regina até cita uma frase que diz:

“Temos o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza; temos o direito de sermos diferentes quando nossa igualdade nos descaracteriza”.

Alguém conhece um ser humano mais indefeso e “inferior” do que um feto? A doutora deveria ler as próprias frases que cita de boca cheia!

Que fraqueza mental leva alguém a não perceber o sentido das coisas que pronuncia? Como alguém pode mergulhar de cabeça numa linguagem tão politicamente correta para esconder uma coisa tão desumana e cruel? Que ideologia é essa que nutre tanto ódio pela vida? Que tipo de médico pode nascer de uma sociedade que crê nisso tudo? Deus nos livre de um médico desses.

SOLUÇÕES RADICAIS PARA PROBLEMAS EVITÁVEIS

A autora, uma “católica” pelo direito de decidir matar o feto, anuncia que a mulher exerce seu direito reprodutivo ao exercer a decisão de quantos filhos quer ter ou não, ao exercer a escolha de quando irá ser mãe e ao escolher a forma como isso se dará (que eu saiba, basicamente só há uma que ocorre naturalmente). Regina defende que tais coisas somente serão respeitadas quando as mulheres não forem esterilizadas sem consentimento e quando não forem mais criminalizadas por interromper uma gravidez (um eufemismo para abortar seu filho).

Até onde eu sei, uma campanha de esterilização forçada não é problema no Brasil, mas sim em países como a China, onde abortar não é tabu como aqui.

Quanto à liberação para abortar, já estamos no fim de uma série de decisões e problemas. O momento de engravidar, a forma de engravidar e quantas vezes engravidar são decisões prévias a uma radical decisão por abortar. Todas essas três etapas na vida de uma mulher se seguem imediatamente à decisão de manter relações sexuais: será monogâmica? Usará proteção? Usará anticoncepcional? Algum dia irá querer ter filhos? Fará laqueadura tubária? O abortamento voluntário ocorre quando a mulher, por pouca orientação ou orientação ideológica inadequada, já pulou todas as etapas anteriores e recorre à última delas: o assassinato de uma vida.

Não deseja filhos? Evite-os! Não espere uma gestação indesejada para fazê-lo, submetendo-se a carniceiros abortistas gananciosos e complicações médicas.

É claro que estamos falando na grande maioria dos casos de abortamento ilegal: abortamentos voluntários de fetos viáveis e nascidos por opção sexual da mulher e de seu companheiro que não se preveniram. Apelar para estupros, fetos anencéfalos e outras raridades é algo absurdo ao se argumentar contra ou a favor do abortamento voluntário. É misturar alhos e bugalhos para confundir a cabeça do leitor.

Mas a autora cai no auto-engano (ou no engano do próximo) ao imaginar uma situação idílica de abortamentos liberados para todos. Há vários pontos que precisam ser lembrados em resposta a algumas afirmações da doutora:

1. Continuar criminalizando o abortamento não diminui o número de abortamentos voluntários.

Não dá para afirmar isto. Regina afirma algo que ela acha que acontecerá, mas não se baseia em dados concretos. Ela acha que é assim, mas só se descobrirá quando se mudar a lei, e aí pode ser tarde, muito tarde. Pelo contrário: países que liberaram o abortamento notaram um incrível aumento no número de procedimentos cirúrgicos, trazendo aumento de complicações (pois o procedimento é invasivo e agressivo por natureza) e graves distúrbios físicos e psicopatológicos à sua população.

2. Clandestinidade fomenta criação de clínicas de médicos "fazedores de anjinhos".

Mentira cabeluda! Quem quer agir por fora da lei dá um jeito. A ocasião não faz o ladrão, mas o ladrão arranja uma ocasião para faturar uma grana, mesmo com a morte do próximo, convencendo uma mãe que seu filho não passa de um parasita a ser exterminado. Manter médicos assassinos na clandestinidade evita novas clínicas, e evitaria mais ainda se não existissem pessoas como a Regina e sua organização que defendem algo ilegal e incentivam os açougueiros de plantão.

3. Ao abortarem seus filhos, as mulheres católicas sofrem uma culpa imposta pelo Estado e pela Igreja.

Estado imputa legalidade e ilegalidade. Religião é que age na esfera da culpa moral. A César o que é de César. A Deus o que é de Deus. Abortou? É crime para a lei, e é pecado para a religião. Legalizar a coisa não abolirá a culpa moral, nem da mãe, nem do médico. Mas se for aceitável para o Estado, pode servir como anestésico moral de pessoas medíocres. Outro ponto a ser considerado: que tipo de mulher católica é aquela que escolhe matar seu próprio filho? É o exemplo que Maria, a mãe do Cristo, deu?

4. Existem teólogos com argumentos a favor do abortamento.

Pela doutrina dos católicos, abortar voluntariamente é ato que gera excomunhão imediata. Os protestantes concordam que abortar em geral é algo extremamente cruel e criminoso. Se algum teólogo defende o abortamento, só pode ser baseado em conceitos idiossincráticos ou no estudo secular e nada

comprometido moralmente com uma religião ou várias, provavelmente igual à doutora Regina neste aspecto. É como alguém que estuda religiões sem acreditar em nenhuma; ou um médico que estuda a medicina, mas não a pratica; ou um professor de educação física que nunca praticou um esporte na vida. Quão confiável seria a opinião teológica de um desses teólogos? Depende de quem quer saber...

5. Países que liberaram o abortamento voluntário reduziram a prática do mesmo, já que ofereceram uma educação sexual adequada, serviços de acesso a contraceptivos e atendimento digno.

Espera aí. Que confusão! Quem liberou o abortamento aumentou drasticamente o número de procedimentos, não o contrário. E sinceramente, medidas preventivas, educação e contracepção são coisas que já existem. Ao invés de injetar dinheiro em açougues humanos, porque não investir mais na formação de agentes de saúde comprometidos com a vida dos pacientes em dificuldade? Por que não investir mais em educação? Se aconteceu alguma redução nas estatísticas de abortamento em países que legalizaram o mesmo, foi devido à ação educativa feita por pessoas do movimento pró-vida (aqueles malditos religiosos “fundamentalistas”, conforme Regina).

Por que Regina não nos presenteou com bibliografias adequadas para suas afirmações?

Regina afirma que o PNDH-III escutou a voz do povo brasileiro. Mentira. Quatorze mil militantes é algo bem diferente de dezenas de milhões de pessoas. E pesquisas feitas por instituições de porte como Ibope e Datafolha mostram que o povo não quer algo parecido com a monstruosidade que espreita dentro do PNDH-III (apelidado carinhosamente por alguns jornalistas mais conscientes de Programa Nacional-Socialista de Direitos Humanos, em clara referência ao nazismo eugenista e totalitário).

DEUS É CÉSAR OU CÉSAR É DEUS?

Para encerrar a pequena discussão acerca do texto de doutora Regina no *Le Monde*, vamos entrar na tão debatida questão da diferença entre Estado Laico e Estado Laicizante.

1. Regina acha que proibir símbolos religiosos em áreas públicas é respeitar a pluralidade. Posição coerente com a de querer calar a boca dos religiosos defensores de fetos e bebês.

Respeitar a pluralidade não é omitir a manifestação alheia. No mundo de faz de conta da Regina e do PNDH-III, deveríamos então proibir manifestações de qualquer orientação religiosa, inclusive a orientação não-teísta (ateísta ou agnóstica). Logo, ausência de símbolos religiosos poderia ser tomada como provável manifestação ateísta. E aí o que faríamos?

Proibir manifestação religiosa é proibir cultura! Não existe um estado absoluto de pluralidade na ausência de manifestações da mesma. Num país majoritariamente cristão, para desgosto de Regina e de alguns outros, nada mais natural e respeitoso do que permitir manifestações culturais cristãs, ora bolas!

2. Regina acha que nossos governantes não devem ceder às pressões religiosas.

No mundo de Regina, se você for religioso, não tem direito de fazer pressão sobre o governo. Mas se o faz considerando seus valores mais profundos e íntimos, você é malvado e está errado. Mas ela pode manifestar seus valores seculares livremente e não pode ser acusada de nada. Esse é o mundo totalitário de Regina e seus amigos anti-religiosos que querem impor sua visão de mundo, visão que considero incoerente, totalitária e potencialmente assassina.

Nossos governantes devem ceder às pressões boas vindas do povo, sejam elas religiosas ou não. À elite governante cabe buscar o bem do povo, fundamentado nos princípios desse mesmo povo e em sua cultura. E sinto informar que nossa cultura é e sempre foi cristã. Logo, nada demais em perceber que a pressão é cristã também.

3. Regina afirma que o Estado laico não deve governar de acordo com nenhuma doutrina religiosa.

O Estado está fundamentado em princípios, em idéias, que geram atos e decisões. Doutrinas religiosas ou “irreligiosas” estão no cerne de todas as

civilizações, mesmo aquelas que se dizem ateístas (e que normalmente cobram o preço de seus súditos em sangue pela discordância ideológica, como aconteceu na União Soviética e na Alemanha nazista). A Ideologia Secular Liberal e a Utopia Socialista estão baseadas em ideais assim como as diversas religiões do mundo. Regina defende seu "tipo biônico" de cosmovisão enquanto ataca aqueles que admitem ter uma cosmovisão religiosa de fato. Se o Estado não for regido com base num sistema de idéias, será baseado em quê? No irracionalismo subjetivista de algum ditador?

E há mais um detalhe, o indivíduo nem precisa ser cristão para partilhar das idéias norteadoras da cosmovisão cristã, idéias como a igualdade dos seres humanos e sua dignidade inerente (são todos criaturas de Deus, feitos à sua imagem e semelhança), o valor da vida, a busca do bem e da justiça, etc.

4. Regina afirma que o Estado garante os direitos de pessoas religiosas ou não-religiosas.

Numa frase politicamente correta, Regina caridosamente concede que o Estado garante o direito dos religiosos. Se assim for, o Estado garante que os religiosos possam se manifestar da forma como quiserem, defendendo seus ideais e se posicionando contra políticas homicidas como a legalização do abortamento voluntário. A mania que certas pessoas, inclusive acadêmicos, têm de cair em constante contradição dentro de um mesmo texto e em relação à realidade é triste. Mais um fruto de nossas escolas deficientes.

Mais triste ainda é ver tal posição contraditória emitida por uma "doutora".

5. Regina lembra que legalizar o abortamento não obrigará ninguém a fazê-lo.

Mesmo que a simples idéia de se liberar o assassinato de incontáveis crianças já seja completamente estúpida e imoral, a questão ainda vai muito além disso! Organizações como *Planned Parenthood* e "Católicas pelo Direito de Decidir" atuam doutrinando pessoas acerca da "necessidade" de certos atos. No próprio site da "Católicas" há o estímulo para ser uma "multiplicadora". É engraçado como quem gosta de abortamento pode se manifestar de forma ativa e criar movimentos doutrinários (chamados de conscientização, na linguagem do politicamente correto), enquanto que aqueles que não defendem o extermínio

infantil são os “fundamentalistas”. Isso sem falar nos patrocínios e lucros que existem por trás de tais ideologias.

Matar dá dinheiro, sabiam? Tanto dá que muitos médicos carniceiros atuam na ilegalidade para assassinar fetos. Liberar não obriga, mas campanha maciça ao lado de uma legalização convence muita gente. E no processo, vidas serão perdidas.

E considerar de forma positiva a liberação do abortamento dizendo que liberar não obriga ninguém a fazê-lo é tão imbecil quanto dizer que liberar o roubo e o assassinato não obriga ninguém a roubar ou assassinar o próximo. Posso imaginar alguém argumentando: vamos liberar o estupro, só porque foi liberado não quer dizer que todos serão obrigados a fazê-lo ou que o farão.

6. Regina afirma que a atitude “laicizante” do Estado é fundamental para garantir a democracia do nosso país.

Os valores democráticos não surgiram do nada. A raiz dos valores democráticos atuais é cristã por excelência. Uma doutora em ciências religiosas deveria saber melhor. E outra coisa: um Estado democrático é laico, mas não é de forma alguma laicizante. Rotular uma parcela da população (considerável parcela, diga-se de passagem) usando de forma errada a palavra “fundamentalista” e deixar subentendido que seria melhor para todos se eles calassem a boca não é coisa de pessoas que convivem numa democracia plural, é coisa de totalitários perigosos.

E laico não quer dizer anti-religioso ou não-religioso. Em sua forma original remete a leigo, a um cristão que não compunha o clericato da Igreja. Governo laico é um governo onde quem governa são pessoas que não participam diretamente da hierarquia eclesiástica. Só isso. Podem ser religiosas ou não.

É difícil. Não tenho a pretensão de dizer que é fácil analisar um pequeno texto sofístico como esse tão repleto de pressupostos ocultados por uma linguagem politicamente correta e anestésica. Para cada coisa falsa dita há necessidade de diversos parágrafos de correção e esclarecimento, tamanha a doutrinação imposta pelo secularismo bocó.

Direitos são evocados por todos os lados, mas debaixo da casca superficial de tinta bonita está a verdade crua do fato: alguém pagará por essa decisão. Esse

alguém é um ser vivo, inegavelmente humano, que será destroçado e aspirado violentamente de dentro do útero de sua mãe. Sofrerá sim, só que será o sofrimento dos indefesos e inocentes. Será o sofrimento silencioso daqueles que não têm voz. Será o sofrimento daqueles que somente podem se debater, sem poder fugir, dentro de um pequeno útero enquanto são desmembrados.

E a mãe sofrerá, por mais que digam que é legal matar seu bebê.

E o médico sofrerá em sua consciência gananciosa, ou espero que sofra, pois seria um resquício de humanidade. Triste é ver alguém que diz ser colega médico inventando desculpas esfarrapadas para abortar enquanto tenta aplacar sua medíocre consciência moral.

Estado laico não é estado anticristão. Religiosos e não-religiosos têm que ter voz política sim. O que Regina e diversos ateístas militantes querem é que todos os religiosos se comportem como hipócritas: como pessoas que dizem algo, mas fazem coisas que não representam o que elas mesmas dizem defender. O texto do *Le Monde*, além de uma defesa do abortamento voluntário, é um estímulo à hipocrisia religiosa como única alternativa "sensata" para os cristãos que vivem num Estado laico. É puro papo-furado, além de ser um triste exemplo do que alguém que se diz intelectual ("doutora") é capaz de fazer com a consciência derrubada pela ideologia farsesca e incoerente da atualidade.

Lamentável.

Ou como preferem ser chamadas: pró-escolha.

Isso quer dizer que abortamento espontâneos ou por causa de doenças diversas que terminam em óbito também entram na casuística, e não somente por tentativas voluntárias e ilegais.

Eric Voegelin definiria também fundamentalismo como um ato de entender palavras como conteúdos reais em si mesmas, sem buscar uma referência concreta e dialética na realidade onde tais palavras são emitidas e utilizadas. Seria um tipo de literalismo bobo, o que difere profundamente de um fundamentalismo cujo significado seria o de possuir uma fé sincera e não relativizada, que significa justamente o mesmo que ortodoxia.

No momento de revisão deste texto, não foram achadas no site das "Católicas" as páginas de tais pesquisas. Somente estão à mostra pesquisas mais recentes.

Pesquisando recentemente na Rede Nossa São Paulo pude constatar que eles iniciaram uma parceria junto ao IBOPE na execução de pesquisas. Isso pode aumentar a credibilidade de suas pesquisas, ou reduzir, a depender da intervenção governamental na metodologia das pesquisas com fins de manipulação da informação."

ANEXO IV

MEA CULPA?

A controvérsia sobre o artigo prosseguiu por meses até o momento quando escrevo este texto (2013) como era de se esperar. Opiniões inflamadas contrárias e favoráveis abundando. O *Journal of Medical Ethics* promoveu até uma série de publicações no formato de simpósio para discutir a repercussão e alguns detalhes do artigo polêmico. Na página da revista, um largo espaço foi aberto para respostas curtas, elaboradas por filósofos, neonatologistas e médicos de diversas especialidades, entre outros.

Independente de a idéia infanticida ter sucesso ou não, alguns detalhes são cruciais ao se analisar o fenômeno de uma publicação desse tipo e da discussão que se segue.

1. A revista que publica o artigo ganhou enorme publicidade e seu índice de citações aumentou muito por mérito de um artigo ser polêmico, não pela qualidade inerente ao mesmo. Isso abre espaço para redefinir alguns critérios de publicação nas revistas, onde o útil e o verdadeiro podem ficar em segundo lugar para abrir espaço ao polêmico. Só para ilustrar, o valor de um periódico hoje em dia é dado pelo número de vezes que seus artigos são citados, partindo do pressuposto que somente bons artigos são citados. O artigo do infanticídio não se enquadra neste pressuposto.

2. A simples discussão de uma proposta tão absurda, mesmo que se valendo de recursos linguísticos e lógicos, causa o que poderíamos chamar de anestesia do “senso comum”. Certas coisas, como matar bebês, simplesmente nem merecem uma discussão de igual para igual. Você não discute com um estuprador que quer violentar sua família e depois matá-la. Você manda prender o sujeito! A discussão de tal assunto na esfera pública gera o risco de se achar que se discute sobre algo corriqueiro, pensado e aceito por muitas pessoas, o que é falso. O trabalho serve, no final das contas, como elemento de engenharia social.

Mas observemos algumas publicações que resultaram da polêmica do próprio artigo e que foram apresentadas em simpósio.

INFORMAÇÃO EXPOSTA DEMAIS

O primeiro trabalho do simpósio a ser comentado[82] é o de Helga Kuhse, citada pelos autores Giubilini e Minerva como filósofa entre os grandes e colega de publicação de Peter Singer.

Helga lembra de que:

> **"Enquanto a própria questão colocada no título pode ser ofensiva para alguns, o artigo apresenta um argumento bem sólido [bem pensado – *well-reasoned*] para concluir que razões para justificar o abortamento valem também para justificar o infanticídio, mantidos os outros fatores iguais."**

Realmente a forma do argumento não o exime de ser ofensivo. Um *serial-killer* pode montar um belo argumento defendendo seu direito de matar e utilizando cosmovisões esdrúxulas, porém coerentes com seus propósitos. E, por razões que já afirmei e mostrei, o artigo não pode ser colocado entre aqueles bem sólidos ou articulados sem fortes questionamentos de ordem filosófica, científica e até mesmo pragmática.

> **"De acordo com Tooley, apenas 'sujeitos contínuos' são 'pessoas', e apenas pessoas podem ter 'direito à vida'".**

Por que tem de ser de acordo com Tooley? Por que não pode ser de acordo com a definição muito mais complexa e completa de Cassel, já apresentada antes nesta obra quando citei critérios expostos no livro de James Marcum?

O malabarismo verbal que nega condições e valores objetivos, no fim das contas, afirma que valores serão impostos por uma burocracia científica ou filosófica (ou ideológica) sobre povos maleáveis e abertos ao abuso mental e moral de forma arbitrária e subjetiva.

Falando sobre a liberdade de expressão e sobre a internet, Helga lembra de que, apesar de ser bom o fato de abrir assuntos à discussão para aqueles sem treinamento acadêmico:

> **"[...] o aspecto ruim é que o caráter de anonimato da Web permite a expressão de respostas rápidas e impensadas de mera repulsa e abuso".**

Pode representar também o bom senso de pessoas chocadas com o fato de que atos tão terríveis sejam apresentados com palavras tão pensadas e elaboradas

num periódico de renome.

Helga se revolta, e se lembra de um episódio anterior no qual ela e Peter Singer enfrentaram repulsa de várias frentes numa publicação controversa.[83] Mas é algo correto a autora se revoltar contra a opinião alheia que se revolta contra opiniões como a dela? Ao ponto de subentender que deveria haver algum tipo de controle ou censura no tom das respostas?

Para ressaltar que o público pode ter exagerado na revolta, Helga lembra juntamente com Minerva de que tudo não passou de um:

> **“[...] mero exercício de pura lógica”.**

Ora, se eu quiser brincar de exercícios de pura lógica, vou comprar um livro de raciocínio lógico ou vou ler o *Trivium* para aprender a jogar com a Lógica. Não vou comprar, assinar ou acessar um periódico de bioética e ética mundialmente famoso.

Uma lógica impecável não tem valor algum se baseada sobre premissas falsas ou totalmente incertas e imprecisas. Não passa de um recurso retórico de baixa qualidade. E não existe debate de idéias que não repercuta na esfera pública. Idéias têm consequências e geram responsabilidade. Creio que cientistas e pesquisadores deveriam saber de tais coisas.

UTILITARISMO EMOCIONAL POPULACIONAL

Biegler responde à controvérsia ressaltando a repulsa pública ao artigo.[84] Segundo ele:

> **"[...] o desconforto causado por esses tipos de argumentos gera uma consideração moral que deve tomar parte mais proeminente no debate".**

Embora seja reconfortante perceber que muitas pessoas ainda sentem repulsa diante de propostas abomináveis dentro do contexto de nossa sociedade (quase anticristã e antijudaica), números de pessoas revoltadas não é critério.

Aceitar por um instante que a satisfação ou repulsa das pessoas em valores quantificáveis é critério para se julgar o certo e o errado, que não existe nenhuma chance de se "abrir para a transcendência e para o Bem"[85] como critério de verificação objetiva e pessoal do certo e do errado, é se colocar ao lado da plateia que hoje pode condenar o erro, mas que amanhã irá condenar Sócrates e Jesus; e irá libertar Barrabás.

Biegler diz que:

> **"[...] um interesse na vida requer que um organismo conceba a noção de existência continuada e a si mesma como sujeito de tal estado (de existência contínua)".**

Lembra também de afirmações do tipo*:*

> **"[...] se a vida é interrompida antes dessa idade (a idade na qual o sujeito percebe sua existência contínua), nenhum interesse é impedido, nenhum direito é transgredido e nenhum mal é perpetrado".**

Errado, totalmente errado. É preciso lembrar que "noção pessoal" de algo é diferente de "valor inerente à coisa mesma". E eu faria uma pergunta que não pode ser esquecida: direito pressupõe o interesse só em "ato", ou também em "potência"? E os interesses da sociedade?

O mal pode ser perpetrado sim, objetivamente perpetrado.

Talvez por um pouco de condescendência, o autor afirme que:

> **"No entanto, pessoas realmente percebem um bem do conhecimento de que a sociedade protege o vulnerável do mal".**

“Resumindo, há utilidade no conhecimento de que a criança é protegida, uma utilidade reforçada pelas emoções desconfortáveis que acompanham transgressões nesse domínio”.

O autor encerra com um apelo emocional utilitarista que, ao invés de pesar contra o artigo original, na verdade enfraquece a possibilidade de uma defesa bem elaborada contra o abortismo e o infanticídio. A vida não é algo valoroso porque se for exterminada gerará um difuso e mal explicado sentimento de desconforto derivado de resquícios evolucionistas e protetores da espécie.[86] Nós nos sentimos mal ao ver o extermínio da vida alheia pela maldade objetiva da coisa. Na pior das hipóteses, o que se poderia admitir é que julgar a ordem causal entre desconforto e desrespeito à vida não é uma questão científica de forma alguma, na medida em que não pode ser falseada pelo critério de Popper.[87]

O artigo de Biegler parece falar contra o artigo do infanticídio, só parece. Se muitos ficarem em situação de desconforto ao ler o artigo de Biegler, provavelmente o artigo será de utilidade negativa e deve ser ignorado. Digno de risadas.

NA DÚVIDA NÃO EXPLODA O PRÉDIO

Michael J. Selgelid toma a palavra e levanta um ponto importante que parecia ter ficado na sombra. Na incerteza moral de um ato, o mais sábio a ser feito é abster-se de praticar tal ato.[88]

É a famosa pergunta: se a alavanca para acionar explosivos que irão destruir um prédio estiver na sua mão para ser acionada, mas você não tem certeza de que o prédio está vazio, você acionaria o dispositivo mesmo assim?

Uma decisão irresponsável, tomada dentro de um contexto de forte dúvida, é moralmente repreensível. Na dúvida envolvendo o conceito de pessoa, seria correto entender que bebês e fetos não são pessoas e sair por aí os matando a granel? Jamais!

Apesar da análise também seguir os ditames do utilitarismo e do pragmatismo, o autor ressalta pontos importantes, como:

> **“[...] o status moral de tais seres (embriões, fetos e bebês) é, em última instância, incerto. Se isto for correto, então o assassinato de tais seres seria moralmente problemático – porque se correria o risco de matar seres com status moral significativo”.**

Selgelid também discorda de que muitas pessoas aceitem como critério aquele utilizado para se definir o que é “pessoa” pelos autores Giubilini e Minerva; o que fala contra a defesa do artigo publicada pelo editor do periódico, Julian Savulescu, que afirmava serem as premissas utilizadas de ampla aceitação.

Mas Selgelid não dá o braço muito a torcer, e tenta assumir uma posição intermediária, afirmando que o feto passa por muitas transformações. Fato que, conseqüentemente, deveria ser utilizado para permitir uma política diferenciada do governo para cada estágio “evolutivo” ou de desenvolvimento do embrião até o bebê nascido. Isto é, conforme o bebê cresce, ganha mais direitos.

Isso subentende que existe uma mudança ontológica, uma mudança na estrutura do próprio ser, que faz com que um embrião deixe de ser embrião para futuramente se tornar um ser humano (ou, segundo alguns, uma pessoa), negando a noção lógica básica de identidade, que inclui ato e potência no decorrer do tempo. Outros autores já estudaram a noção de uma mudança

ontológica no embrião, e é uma questão ampla que pode ser estudada mais a fundo por quem se interessar.[89]

Embora o autor nutra ceticismo no que se refere a tais questões, dizendo que:

> **“Eu não acredito pessoalmente que a ciência, a lógica ou a filosofia possam demonstrar a verdade ou falsidade de qualquer uma dessas posições de forma final”.**

Creio que é um ceticismo coerente e cauteloso, ao reforçar que:

> **“[...] a prática que envolve a morte de embriões, fetos e recém-nascidos é moralmente problemática – porque tais práticas envolvem o assassinato de seres que podem ter status moral significativo, senão pleno.”**

E o que surpreende ainda mais, nos dias de hoje, é observar que, mesmo para um cético, Selgelid mantém sua posição coerente ao afirmar que:

> **“Governos (comprometidos com a separação entre Igreja e Estado) deveriam levar em conta visões religiosas plausíveis ou possivelmente verdadeiras sem adotar ou negar nenhuma visão religiosa em particular”.**

Se o agnóstico ou o cético ainda compreendem o significado de Estado Laico, ainda há esperança de discussão inteligente.[90]

RECONHECER O POTENCIAL É DIFERENTE DE PREVER O FUTURO

Finalmente o tema a ser abordado é o reconhecimento do valor do potencial, num artigo de Justin Oakley.[91] Ele diz que:

> **"[...] as capacidades moralmente válidas envolvidas nas concepções filosóficas padrões de 'personalidade' (tais como capacidade de autoconsciência, de formar relações sociais válidas com outras pessoas e de experimentar várias emoções) podem ser tidas de forma plausível como fontes de valor moral secundário ao potencial de serem desenvolvidas (essas capacidades), fundamentando, portanto, algum nível de status moral ao feto e à criança".**

Após discutir um pouco sem se aprofundar em questões de identidade e potencial, o autor conclui que o infanticídio pode ser realizado nos casos em que a criança sofra de forma insuportável, andando bem próximo das idéias do Protocolo Groningen.[92] No fim das contas, o autor parece confundir um pouco a diferença entre valorizar um potencial e adivinhar o futuro.

OS AUTORES NÃO FORAM “FELIZES”

Catherine Mills encerra a série de artigos do simpósio falando sobre o que é “pessoa” e sobre quais considerações deveriam ter sido feitas pelos autores do trabalho original ao utilizarem tal termo.[93]

Eu já comentei bastante sobre o eufemismo utilizado pelos autores e sobre o uso indiscriminado de distorções lingüísticas. Catherine acrescenta sua voz ao aconselhar cautela no uso das palavras. Ela lembra que, embora o debate de questões bioéticas frequentemente *“use o conceito de ‘personalidade’ como meio de arbitração moral”*, tal conceito pode oferecer riscos inevitáveis, pois ocorre dentro de um contexto.

Mas a autora parece ceder ao utilitarismo assim como seu colega Biegler. Ela afirma que:

> **“Atos de discursos performativos não podem ser julgados de acordo com seu valor-verdade, mas são considerados ‘felizes’ ou ‘infelizes’ conforme seu sucesso”.**

Concordo que definições de “pessoa” não são coisas usualmente precisas e concretas, sendo, pelo contrário, abstratas e muitas vezes simplificadoras. Mas considerar que a verdade de tais questões e conceitos pode ser atribuída à aceitação ou não pela sociedade é o caminho para se transformar qualquer coisa em verdade desde que haja uma boa engenharia social por trás.

A autora afirma ainda que:

> **“[...] a atribuição de ‘personalidade’ imediatamente e em si mesma muda o status moral do feto, e que tal atribuição pode ocorrer de forma independente das atuais propriedades do feto”.**

Argumento este que pode ser verdade, mas que não contém toda a realidade. A própria realidade admite em si algo de construção e subjetivismo, e algo de resistência e objetividade.

No final, fica parecendo que para a autora o problema de Giubilini e Minerva foi que eles não convenceram o público, pois utilizaram o discurso sem aprovação da autoridade social. O que abre espaço para que a verdade seja reduzida nesses debates às afirmativas que detêm a aceitação do público como principal critério.

Ainda bem que Sócrates, Platão, Aristóteles, Jesus Cristo e praticamente todas as personalidades que fizeram alguma diferença realmente positiva neste nosso mundo jamais ligaram demais para a opinião do público, ou "deste mundo".[94] Sempre fizeram questão de se distanciar do que há séculos pode ser chamado de sofística ou filodoxia, o amor às opiniões.

Mas o reconhecimento de que o discurso deve ser feito dentro de um contexto, e de que o próprio debate de idéias gera repercussão pública e resultados secundários muitas vezes intensos, é um ponto a favor do comentário de Catherine. Ela deixa bem claro que os autores não podem se eximir de culpa dizendo que tudo não passa de um "*debate de idéias*" ou de um "*exercício lógico*", e conclui de forma muito justa dizendo que filósofos:

"[...] devem considerar os efeitos do uso de sua linguagem, e dos argumentos que elaboram, além de uma estreita construção de veracidade e consistência lógica interna".

Kuhse H. Symposium on 'after-birth abortion'. Some comments on the paper 'After-birth abortion: why should the baby live?' *Monash Bioethics Review*, vol. 30(1), 2012, p. 44-47.

Kuhse H, Singer P. *Should the baby live? – The problem of handicapped infants*. New York: Oxford University Press, 1985.

Biegler P. "Public distress as a moral consideration in after-birth abortion". *Monash Bioethics Review*, vol. 30(1), 2012, p. 48-51.

No sentido utilizado por Eric Voegelin em suas obras de Filosofia Política. Leitura obrigatória para se buscar referências de ordem e análise numa sociedade.

Tese que o autor tenta empurrar sem detalhar muito, como se fosse verdade científica mais que comprovada, aceita e sabida.

Karl Popper afirmava que algo só pode ser dito científico se seu contrário puder ser comprovado por meio da metodologia científica. Seria o famoso critério de falseabilidade ou falsificabilidade.

Selgelid MJ. "Moral uncertainty and the moral status of early human life". *Monash Bioethics Review*, vol. 30(1), 2012, p. 52-57.

Morris J. "Substance Ontology cannot determine the moral status of Embryos". *Journal of Medicine and Philosophy*, vol. 37, 2012, p. 331-350.

A coerência e a inteligência ao se abordar tais assuntos que caminham no limite entre Ciência, Política e Religião também podem ser observadas na obra de David Berlinski.

Oakley J. "After-birth abortion and arguments from potential". *Monash Bioethics Review*, vol. 30(1), 2012, p. 58-60.

Que já foi discutido de forma razoável anteriormente."

Mills C. "The performativity of personhood". *Monash Bioethics Review*, vol. 30(1), 2012, p. 61-64.

No grego do Novo Testamento, chamado de "*ton kosmos*", e tido como um dos inimigos da alma humana, ao lado da carne (*sarks*) e do diabo (*diabolos*).

POSFÁCIO

Encerro aqui o ensaio sobre a “morte da Medicina”. Alguns podem dizer que exagerei. Talvez digam. Mas é inegável que existe uma pressão advinda de determinados grupos que induz à mudança de valores da sociedade e da medicina.

Cabe perguntar se a mudança na sociedade é algum mal, ou se é mau o reacionarismo diante de tais propostas. Fico com a resposta de Eugen Rosenstock-Huessy, afirmando que é impossível ser completamente reacionário ou progressista, sendo os dois ao mesmo tempo em tempos diferentes, ou como diria um grande brasileiro, o Nelson Rodrigues, sou reacionário contra tudo aquilo que não presta e progressista com tudo aquilo que é bom.

O princípio não é a transformação ou a cristalização em si. De forma simples e dialética, a transformação pode ser adaptabilidade e capacidade de melhorar, mas pode ser também maleabilidade e falta de caráter e resistência ao mal. Por outro lado, a firmeza pode ser fortaleza de caráter ou engessamento irracional. O princípio a ser levado em conta é se a mudança proposta trará o bem ou o mal à sociedade como um todo.

Minhas palavras não deixam dúvidas quanto à minha opinião, mas resta saber se existe realmente uma ameaça aos valores da medicina ocidental tradicional.

Além de toda crítica intelectual na sociedade contra a medicina ocidental, muitas com certeza produtivas e capazes de auxiliar na melhoria da mesma, fatos concretos já podem ser observados. Um dos menos debatidos e mais difusos é talvez a mudança do Juramento de Hipócrates.

Acessando os sítios digitais dos Conselhos Regionais e do Federal de Medicina, é possível observar que o Juramento presente no Código de Ética direcionado aos estudantes de medicina simplesmente omite qualquer referência

aos trechos nos quais o médico se compromete a jamais matar o paciente e jamais auxiliá-lo nessa tarefa, e nos quais promete que não induzirá ou praticará o abortamento. Vejo como uma obscenidade criminosa esse esquartejamento do Juramento de mais de dois milênios.

O Juramento de Hipócrates é um dos principais legados normativos da medicina ocidental, aceito até mesmo por cristãos de diferentes épocas, apesar de suas referências pagãs no original, aceito pelo seu conteúdo de elevada riqueza moral. Agora é oferecido aos nossos jovens estudantes de medicina em sua forma retalhada, abortado, mutilado.

Não se enganem, a cultura da morte já possui seus defensores, seus campeões. E para que o mal prevaleça, basta que os bons se calem, como já diria Martin Luther King Jr.

Não, não estou exagerando. Sim, mantenho minha posição na defesa da vida como uma posição coerente com o que significa a medicina em nossa civilização. E não, não mudaria as palavras utilizadas, por mais duras tenham sido, muitas vezes grosseiras, pois a ameaça feita à medicina e à vida das pessoas que confiam na medicina é calamitosa, por mais que seja travestida de termos polidos.

Nutro a esperança de ser lido e ser compreendido. Nutro a esperança de que os leitores entendam que suas decisões culturais e políticas podem alterar aquilo que chamam de medicina. Não peço de forma alguma a concordância de todos, pois nada é mais irrelevante do que aquilo sobre o qual todos concordam, mas peço que parem, leiam e pensem; pensem se realmente vale a pena retirar a vida do Juramento de Hipócrates, se vale realmente tirar a vida de nossas crianças e nossa geração futura.

O que está em jogo é muito maior que a medicina, é a nossa própria humanidade.

A morte da Medicina
Dr. Hélio Angotti Neto
1ª edição – junho de 2014 – CEDET
Copyright © 2014 by Hélio Angotti Neto

Os direitos desta edição pertencem ao
CEDET - Centro de Desenvolvimento Profissional e Tecnológico
Rua Ângelo Vicentin, 70 CEP: 13084-060 – Campinas – SP
Telefone: 19-3249-0580
e-mail: livros@cedet.com.br

Editor:
Diogo Chiuso

Revisão:
Thomaz Perroni

Capa:
Renan Santos

Desenvolvimento de eBook:
Loope – design e publicações digitais
www.loope.com.br

Conselho Editorial:
Adelice Godoy
César Kyn d'Ávila
Diogo Chiuso
Rodrigo Gurgel
Silvio Grimaldo de Camargo

VIDE Editorial – www.videeditorial.com.br

Reservados todos os direitos desta obra. Proibida toda e qualquer reprodução desta edição por qualquer meio ou forma, seja ela eletrônica ou mecânica, fotocópia, gravação ou qualquer meio.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Angotti Neto, Hélio

A morte da Medicina [recurso eletrônico]/ Dr. Hélio Angotti Neto – Campinas, SP: Vide Editorial, 2014.

eISBN: 978-85-67394-29-9

1. Medicina 2. Aborto 3. Desrespeito à vida humana I. Dr. Hélio Angotti II. Título.

CDD 304.667
304.667
179.7

Índice para Catálogo Sistemático

1.Medicina – 306.461

2. Aborto – 304.667

3. Desrespeito à vida humana – 179.7

SOBRE O AUTOR



HÉLIO ANGOTTI NETO

é médico graduado pela Universidade Federal do Espírito Santo, especialista em Oftalmologia pelo Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo e Doutor em Ciências Médicas pela Faculdade de Medicina da USP. Atualmente é professor e coordenador do Curso de Medicina do Centro Universitário do Espírito Santo, diretor do Corpo Editorial da *Mirabilia Medicinae* (publicação especializada em Humanidades Médicas), editor-associado da Revista Internacional de Humanidades Médicas e coordenador do *Seminário de Filosofia Aplicada à Medicina*. É membro da Sociedade Brasileira de Bioética, do Comitê de Ética em Pesquisa da UNESC, da Academia Brasileira de Oftalmologia e do Conselho Brasileiro de Oftalmologia. Marido de Joana Gonçalves Soares Angotti e pai do Arthur e do Heitor, mora em Colatina, interior do Espírito Santo.

SOBRE A OBRA

Segundo o autor, este livro surgiu do espanto, do choque em constatar os caminhos que as ideologias estão a arrastar a tudo e a todos. A Medicina, como ciência, deveria estar de fora de quaisquer tentativas de manipulação político-ideológica, que são sempre justificadas através de argumentações absurdas e totalmente anti-científicas. No entanto, as próprias ciências parecem ter sido seqüestradas por um discurso obscuro, mas muitas vezes sofisticado, que consagra o relativismo como uma regra geral.

O Dr. Angotti Neto, em face dos desvios conceituais em relação ao valor da vida humana, um princípio essencial à Medicina, propõe uma reflexão acerca dos preceitos éticos que a fundamentam. Seu diagnóstico é que a Medicina corre sério perigo de se tornar apenas um instrumento de engenharia social para atender às demandas puramente ideológicas de uma revolução cultural e ética destinada a modificar valores, atitudes e comportamentos.

É urgente, portanto, uma séria reflexão sobre o papel do médico na sociedade. Pois, segundo o Dr. Angotti Neto, “ser médico subentende não apenas uma forma de agir, mas também uma forma de agir como reflexo de uma forma de pensar, uma forma de ser, na busca de um ideal. No entanto, sob qualquer aspecto, essa causa formal do médico está intrinsecamente ligada ao respeito pela vida humana”.